

UFRRJ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS
SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA
E SOCIEDADE**

DISSERTAÇÃO

**Caboclos Contra o Progresso -
Conflito Ambiental na Guerra do Contestado**

Daniel Vieira Nunes

2017



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**CABOCLOS CONTRA O PROGRESSO
CONFLITO**

DANIEL VIEIRA NUNES

Sob orientação dos Professores
Prof. Dr. Héctor Alimonda †
Prof^a. Dr^a. Maria Verónica Secreto

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro, RJ
Setembro, 2017

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

N972c Nunes, Daniel Vieira, 1985-
Caboclos contra o progresso: Conflito ambiental na
Guerra do Contestado / Daniel Vieira Nunes. - 2017.
94 f.

Orientador: Hector Alimonda.
Coorientadora: Maria Verônica Secreto.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação de
Ciências Sociais em Desenvolvimento, AGRICULTURA E
SOCIEDADE, 2017.

1. História Ambiental. 2. Guerra do Contestado. 3.
Ecologia Política. I. Alimonda, Hector, 15/06/1949-,
orient. II. Secreto, Maria Verônica, 04/07/1967-,
coorient. III Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, AGRICULTURA E SOCIEDADE. IV.
Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade (CPDA)

DANIEL VIEIRA NUNES

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para
obtenção do grau de mestre em Ciências Sociais.

Dissertação aprovada em 20/09/2017.



Prof.ª Dr.ª Maria Verónica Secreto de Ferreras (UFF)
(Co-orientadora)



Prof.ª Dr.ª Leonilde Servolo de Medeiros (UFRRJ)



Prof. Dr. José Augusto Padua (UFRJ)

AGRADECIMENTOS

Essa dissertação foi um grande desafio pessoal, com muitos percalços, que só foram possíveis de serem superados em virtude do suporte, incentivo e auxílio de muitas pessoas que compuseram essa trajetória.

Tive a felicidade de ter o professor Hector Alimonda, um grande pensador latino-americano, um marxista herético e um homem acolhedor, como orientador desta pesquisa, mas também a tristeza de ter essa orientação interrompida. Interessava-se pela pesquisa com conselhos preciosos, mas também pela minha militância, minhas histórias, ajudando-me a superar as dificuldades que tive. Apesar da orientação interrompida, foi uma inspiração em todo esse percurso. Sinto-me agraciado por tê-lo conhecido e guardo com carinho os momentos que tivemos, seja no CPDA ou em algum barzinho. Dedico à sua memória a conclusão desta dissertação.

À minha companheira Stephanie, que me acompanhou a todo momento (e em todos os horários), estando ao meu lado nas situações mais difíceis desta jornada de trabalhar, estudar, pesquisar e dando suporte para que eu tivesse períodos de maior imersão, minha gratidão e meu amor.

À querida professora Maria Verónica Secreto Ferreras, agradeço pelo incentivo desde os tempos da monografia na UFF e pela sugestão de procurar o CPDA para realizar meu mestrado com o professor Hector Alimonda. Também por ter generosamente dado seguimento à orientação e de forma tão atenciosa.

Agradeço aos meus pais, Gustavo e Sandra, que tanto se dedicaram durante toda a minha criação, fazendo grandes sacrifícios para que eu e meu irmão pudéssemos ter as melhores condições possíveis de estudo. Apesar de eu estar mais velho, essa dissertação também é deles, assim como cada conquista minha. Ao meu irmão Moisés, todo agradecimento será pouco. Estamos juntos nessa vida.

Em todo percurso do mestrado, caminhei junto com o amigo e companheiro de muitas lutas Carlos Bittencourt Filho. Parableno-o pela sua brilhante dissertação e agradeço imensamente pelo seu apoio, sem o qual não teria conseguido concluir esse desafio.

Minha gratidão também à galera do XMNL, meus colegas de turma, pelo espírito colaborativo e bem-humorado. Estendo o agradecimento a toda comunidade do CPDA, professores, outros trabalhadores do programa e colegas estudantes de outras turmas do mestrado e do doutorado. Não posso deixar de agradecer também à coordenadora do CPDA, professora Maria José Carneiro, e ao colegiado pela compreensão diante das dificuldades que tive.

Agradeço a Marcelo Ramos, Denise Brown e à minha querida Stephanie pela ajuda direta na revisão, em traduções e na formatação.

Faço também menção de agradecimento aos professores Tarcísio Motta de Carvalho, Celso Sánchez e Paulo Pinheiro Machado, que me recebeu prontamente na minha rápida visita à UFSC. Todos dispuseram gentilmente um pouco de tempo e atenção para conversar, fazer críticas e orientações ao trabalho.

Meu muito obrigado a todos meus colegas de trabalho do Instituto de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, sejam eles professores ou da minha categoria de técnico-administrativos, pela compreensão nos momentos em que estive mais voltado para os estudos e pela força que sempre me deram.

Por fim, agradeço muito aos meus amigos, especialmente os “subversivos”, que entenderam meu afastamento das atividades militantes e me apoiaram a todo momento.

RESUMO

NUNES, Daniel Vieira. **Caboclos contra o progresso: Conflito Ambiental na Guerra do Contestado**. 2017. 148p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. 2017.

A pesquisa se debruça sobre a Guerra do Contestado (1912-1916) a partir do ponto de vista da história ambiental e da ecologia política. Buscando elementos que nos permita caracterizar o Contestado como um conflito ambiental, desenvolvemos um olhar sobre a bibliografia e fontes que pudessem extrair as noções de natureza de dois conjuntos de sujeitos: as classes dominantes comprometidas com a ideologia do progresso, representadas pelas classes dominantes locais identificadas com o projeto ruralista e pelo *holding* de Percival Farquhar, ator do imperialismo na região, ambos amparados no aparelho de Estado; e os caboclos do planalto Contestado através da análise de seu modo de vida caboclo em suas práticas econômicas e costumes, sua religiosidade e seu projeto político constituído durante o conflito. Entendendo que as ações das classes dominantes alteraram sobremaneira o modo de vida dos sertanejos assim como os ecossistemas do planalto Contestado, procuramos desenvolver argumentos que podem sustentar a tese da Guerra do Contestado como um conflito ambiental e da existência de um ecologismo caboclo.

Palavras-chave: Guerra do Contestado, Conflito Ambiental, História Ambiental

ABSTRACT

NUNES, Daniel Vieira. **Caboclos against the progress – The war of the Contestado as an environmental conflict.** 2017. 148p. Dissertation (Master of Arts in Social Science). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. 2017.

The research focuses on the War of the Contestado (1912-1916) from the point of view of environmental history and political ecology. Searching for elements that allow us to characterize the Contestado as an environmental conflict, we look at the bibliography and sources from where notions of nature from two distinct groups can be extracted. The first group is made up of the dominant classes committed to the ideology of progress. This ideology is represented by the local dominant classes with a ruralist project and the Farquhar holding company, which is part of the imperialism in the region. Both are supported by the state apparatus. The second group is composed of the “caboclos” of the Contestado plateau through the analysis of their “caboclo” way of life in their economic practices and customs, their religiosity and their political project constituted during the period of the conflict. Understanding that the actions of the dominant classes greatly altered the way of life of the “sertanejos” as well as the ecosystems of the Contestado plateau included in the perspective of the relationship between Modernity and Coloniality, that characterized the European and American presence in Latin America, and in the dynamics of accumulation by spoliation of the capital, we try to develop the aspects that can characterize the Contestado as an environmental conflict and the existence of “caboclo ecologism”.

Key words: Contest Warfare, Environmental Conflict, Environmental History

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa dos Campos no bioma Mata Atlântica	6
Figura 2. Embarque de vagões com toras na mata. O trabalho era efetuado com a ajuda de guinchos movidos a vapor comprimido, s/d. Imagem digitalizada. MTB (Museu de Três Barras)	45
Figura 3. Chegada das toras à serraria da Lumber. Imagem digitalizada, s/d. MTB	45
Figura 4. Toras rolando em direção a um “carro serrar”, responsável pela transformação das toras em pranchões, s/d. Imagem digitalizada. MTB	46
Figura 5. Vista parcial do setor de empilhação da Lumber, ao centro vagonetes carregados com tábuas recém serradas são levados para os estaleiros de empilhação, s/d. Imagem digitalizada. MTB	46
Figura 6. Mapa do território sob domínio rebelde em outubro de 1914	74

LISTA DE ABREVIACÕES, SIGLAS E SÍMBOLOS

BRC – *Brazil Railway Company*

EFSPRG – Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande

SNA – Sociedade Nacional de Agricultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
I – Contextualizando a Guerra do Contestado	4
II – Florestas e Campos do Planalto Contestado	6
1 BASES TEÓRICAS PARA O ESTUDO DO CONTESTADO ENQUANTO CONFLITO AMBIENTAL	10
1.1 A História Ambiental	10
1.2 A Ecologia Política	14
1.3 O Contexto da Era dos Impérios e a Acumulação por Espoliação	20
1.4 A Locomotiva da Ideologia do Progresso no Imperialismo	24
2 PROGRESSO NO PLANALTO CONTESTADO E DOMINAÇÃO DOS SERTÕES E SERTANEJOS	30
2.1 Ruralismo, Progresso e Natureza	31
2.2 <i>A Brazil Railway Company</i>	36
2.3 A Estrada de Ferro	37
2.4 A Madeireira <i>Lumber</i>	41
3 ECOLOGISMO CABOCLO	50
3.1 Formação Social dos Caboclos do Planalto Contestado	51
3.2 Costumes em Comum dos Caboclos	52
3.3 Os monges do Contestado	55
3.4 Modo de Vida e Catolicismo Caboclo	63
3.5 Folclore e Ecologia	66
3.6 Modo de Vida e Projeto Político Caboclo	73
3.7 Conflito Ambiental do Contestado	79
3.8 Conflito Ecológico Distributivo	80
3.9 Sistemas de Valoração e Epistemologia Política do Contestado	81
3.10 Ecologia Política da Diferença	83
3.11 <i>Ecologismo Caboclo</i> , Uma Aplicação do <i>Ecologismo dos Pobres</i>	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	89
FONTES DOCUMENTAIS	92
FONTES HEMEROGRÁFICAS	93
ANEXOS	94
Anexo I	94

INTRODUÇÃO

*Campesino, cuando tenga la tierra
Le pondré la luna en el bolsillo y saldré a pasear
Con los árboles y el silencio
Y los hombres y las mujeres conmigo
Cantaré, cantaré, cantaré, cantaré*

Daniel Toro - Ariel Petrocelli

Nossa pesquisa tem origem nas discussões sobre dois temas de interesse: a investigação de conflitos ambientais no passado, especificamente na América Latina, e a oportunidade de aprofundar estudos sobre a Guerra do Contestado, um conflito tão peculiar quanto importante da história do Brasil. Sobre este evento e tudo que o envolve, há muitas pesquisas já realizadas e à medida que novas são publicadas torna-se mais nítida a importância que esse conflito tem na história do Brasil em muitos sentidos. Deste novo tema, já se puxaram fios que revelaram importantes características da formação do Estado brasileiro na Primeira República e das forças armadas; das relações das classes dominantes agrárias locais e nacionais; do fortalecimento da ideologia do progresso e da modernização; muitos aspectos da chegada e estabelecimento de imigrantes estrangeiros; da entrada do capital estrangeiro imperialista e das transformações trazidas pelas estradas de ferro e outros empreendimentos que a envolveram; trouxeram questões sobre a estrutura fundiária, a posse da terra e conflitos decorrentes; sobre as características de movimentos sociais rurais, dos costumes dos camponeses, suas construções religiosas, rebeliões e seus anseios políticos; e ainda pode dizer muito das transformações dos ecossistemas locais do planalto Sul.

Estudos sobre o Contestado trouxeram certamente ainda contribuições e debates sobre outros temas de muito interesse acadêmico. Mas não podemos negligenciar alguns aspectos que envolvem a Guerra do Contestado e que alimentam nosso imaginário tornando-o ainda mais atraente a investigadores e curiosos. Referimo-nos àquelas instigantes histórias ainda hoje presentes na cultura popular que contam da presença de um santo ermitão profeta e milagroso que mobilizou multidões de fiéis, da existência de águas e ervas com poderes curativos sobrenaturais abençoadas pelo santo monge. Também, à constituição de um exército autointitulado “encantado”, pronto para uma guerra entre pelados e peludos, numa referência às cabeças raspadas do movimento revoltoso. São portanto muitos os fios enovelados, temas que motivaram muitas pesquisas e que compõem a historiografia e o conhecimento acumulado sobre a Guerra do Contestado, mas que a transborda.

Numerosos também são os indícios que nos desafiam a interpretá-lo na perspectiva da ecologia política, em diálogo com a bibliografia existente e perguntando às fontes se a Guerra do Contestado não se trata também de um conflito ambiental na medida da ocorrência de uma luta por acesso a recursos, mas também de um enfrentamento de diferentes noções de natureza e das formas de com ela se relacionar.

Esta pesquisa também se insere na interseção de dois campos de estudos: o dos movimentos sociais e o da história ambiental. Por muito tempo esses campos ficaram incomunicados, privilegiando, no primeiro, as formas organizativas e a articulação das demandas ante o Estado, e no segundo, a busca de novos objetos de pesquisa. Como diz Leonilde Medeiros (2017, 13):

A análise dos movimentos sociais tende a dar relevo ao que é visível, as mobilizações, na maior parte das vezes conduzidas por grupos organizados, realizando protestos e dirigindo demandas ao Estado, reclamando direitos já constituídos ou novos direitos, por meio de ocupações de espaços públicos.

Seguindo com Tilly (1999), essas ações produzem repertórios de ação particulares. O repertório moderno, por exemplo, envolve greves, atividades nos espaços públicos e relações com o Estado nacional. Mas fica claro que esses repertórios são históricos. Leonilde (2017, 13) convida a “pensar outros processos mais difusos, reticulares, baseados em formas de resistência locais e cotidianas, que se ancoram em concepções de direito fundadas nos costumes portanto locais, como mostra Thompson, (1998) e que se mantêm durante um tempo longo.”

No decorrer da pesquisa, deparamo-nos com uma vasta bibliografia composta por produções regionais, folclóricas e um percurso acadêmico com ricas produções que movimentaram um conjunto diversificado de fontes que foram analisadas sob diferentes pontos vistas, motivações e focos. Tal situação, fez com que tivéssemos diálogos próximos com muitas obras em seus dados e reflexões acumulados, mas que também nos exigiu fazer opções por autores que nos trouxessem dados, mas que propiciassem uma reflexão coerente a partir de categorias teóricas que fossem adequadas aos nossos objetivos e tenham se mostrado consistentes. Por isso, a produção desta dissertação, com as possibilidades e limitações que encontramos, certamente deixou de fazer diálogos com autores e fontes já visitadas. Há portanto outras possibilidades de caminhos e sabemos que não estão esgotadas as fontes de informações para refletir sobre o Contestado como um conflito ambiental. Contudo encontramos durante a pesquisa elementos suficientes para demonstrar nossa hipótese, organizados nos capítulos a seguir.

No primeiro capítulo buscamos apresentar os debates teóricos que nos baseamos para a interpretação de conflitos ambientais do passado na América Latina levando em conta os desafios específicos que a Guerra do Contestado nos provocaram. Buscamos especialmente em autores da ecologia política latino-americana instrumentos para utilizarmos a categoria de conflito ambiental e outras que dela se desdobram compreendendo que a história latino-americana está sobremaneira imersa na dinâmica Modernidade/Colonialidade. Entendemos que esse conjunto de reflexões cristalizadas em categorias e metodologias devem estar informadas pela história ambiental e pelas formas de abordagens próprias do exercício do historiador, contextualizando conceitos às situações pretérias. No mesmo capítulo, trabalhamos autores, como Hobsbawm, Rosa Luxemburgo e Raymond Williams, que refletiram sobre a ideologia do progresso em um período de forte expansão do capitalismo na América Latina e em outras regiões, buscando enfatizar as formas como expressam suas noções sobre a natureza colonizada. Consideramos como fundamentais ainda os acúmulos a respeito da interpretação das classes subalternas cujo modo de vida se baseia em práticas e normas costumeiras e demandam um olhar sobre as fontes que se diferem em geral das fontes mais convencionais (THOMPSON, 2001).

No capítulo II nosso intuito é de extrair das classes dominantes envolvidas na Guerra do Contestado suas noções de natureza que se mostraram expressadas de variadas formas. Primeiramente as buscamos nas classes dominantes locais identificadas com o projeto do ruralismo, que, embora não fosse uma fração de classe hegemônica nacionalmente, dominavam as ações das classes dominantes na região contestada sendo (CARVALHO, 2009). Empreendeu em diversos níveis do Estado brasileiro esforços na defesa de uma “vocalização agrícola brasileira” e da “regeneração da agricultura” por meio de sua modernização (MENDONÇA, 1997) que continha uma forma de encarar o caboclo e natureza. Trabalhamos no capítulo II as noções de natureza da *Brazil Railway Company* (BRC), concessionária da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (EFSPRG) e responsável por outras atividades econômicas, como a indústria madeireira, na forma modificou as relações sociais na região e se tornou ator fundamental nos eventos que deram origem à Guerra do Contestado.

Dedicamos o capítulo seguinte ao debate sobre o modo de vida caboclo e sua perspectiva ecológica. Começamos apresentando o acúmulo de alguns pesquisadores do

Contestado sobre os costumes dos caboclos e a maneira como subsistiam. Passamos a debater a presença e influência dos monges e todas as referências que faziam a respeito da natureza, contextualizando essas referências contando um pouco da vida desses homens elevados a santos, e encarado muitas vezes como apenas um santo sublinhando sua peculiar relação com a natureza. Em seguida refletiremos sobre o folclore e histórias fantásticas contadas dentro desse catolicismo caboclo, entendendo, como Edward Thompson (2001), que as fontes folclore são mais que curiosidades ou “reliquias”, mas são fontes válidas, não como fatos comprovados, mas como expressão de significados presentes na cultura cabocla. Baseados na notável pesquisa de Paulo Pinheiro Machado (2004) buscaremos também relacionar o projeto político expressado pelos sertanejos em luta contra a República com a defesa de seu modo de vida em sua relação com a natureza.

Ainda no último capítulo utilizamos algumas perspectivas construídas por autores da ecologia política para caracterizar o conflito ambiental do Contestado na dinâmica Modernidade/Colonialidade (ALIMONDA, 2011a). Os impactos dos “novos usos” da terra expulsavam àqueles que, tradicionalmente, a habitavam e tinham uma relação menos hostil com esta. Assim, categorias como conflito ecológico distributivo (ALIER, 2007), diferentes sistemas de valoração (ALIMONDA, 2014), epistemologia política (LEFF, 2003) e ecologia política da diferença (ESCOBAR, 2010), utilizadas para o estudo de conflitos ambientais da atualidade, expressam algumas ideias gerais, que contextualizadas, se mostraram úteis para extrair ecologia da Guerra do Contestado. Por fim, refletiremos sobre a questão: seria possível falar de um *ecologismo caboclo*¹ em contraposição à ideologia do progresso imbuída do ímpeto de mercantilização das relações de sociais e da natureza?

Fazemos ainda algumas sínteses que se referem aos debates realizados nos capítulos desta dissertação nas Considerações Finais. Também levantamos algumas reflexões sobre a importância da perspectiva da história ambiental para melhor interpretação histórica e compreensão da nossa sociedade e de como o enfrentamento à crise ambiental pode se alimentar do diálogo entre saberes e epistemologias políticas que surgem de resistências atuais, mas por que não também de experiências de resistências passadas do ponto de vista ambiental muitas vezes negligenciada nas pesquisas históricas.

Boa parte das fontes pesquisadas estão contidas na vasta bibliografia sobre a Guerra do Contestado e sobre temas correlatos. Dentre elas, há muitos depoimentos de sertanejos que participaram do conflito e de descendentes seus que nos serviram de análise. Foram colhidos por pesquisadores como Maurício Vinhas de Queiroz (1977), Oswaldo Rodrigues Cabral (1960), Marlon Brandt (2007), Euclides Felipe (1995), Telmo Marcon (2008), Duglas Teixeira de Monteiro (1974), Ivone Gallo (1999) e Paulo Pinheiro Machado (2001). Analisamos também relatos de militares participantes da Guerra do Contestado. Apesar de alguns estarem publicados em livro, são os relatos de participantes Demerval Peixoto (1920) e José Herculano Teixeira de Assumpção (1917), ambos presentes na biblioteca do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Os relatos feitos por José Vieira da Rosa (1918) foram publicados no jornal Terra Livre, que tivemos acesso na íntegra nos arquivos da Biblioteca do IHGSC.

Muitas das fontes de jornais encontram-se na bibliografia. Uma delas contudo estava presente no periódico *A Federação* e pudemos ter acesso na íntegra através do acervo digital da Biblioteca Nacional.

Há também decretos e leis presentes na bibliografia, contudo buscamos nos decretos de concessão da EFSPRG desde o período imperial informações que foram de grande importância para nossos objetivos. A eles tivemos acesso pelos arquivos digitais nos portais

1 Em referência à categoria *ecologismo dos pobres* cunhada pelo economista catalão Juan Martínez Alier (2007).

da Câmara Federal e do Senado Federal, onde se encontrava também o estatuto da *Madeira Lumber*, importante fonte que analisamos no capítulo II.

As fontes ligadas ao folclore estão compiladas na obra de Euclides Felipe (1995), um folclorista que percorreu por muitos anos o caboclo. Uma contextualização do uso dessas fontes e do próprio folclorista está presente no capítulo III.

Antes de adentrarmos os capítulos, para melhor leitura e identificação de muito do que neles expressamos, apresentamos breves contextualizações sobre a Guerra do Contestado, a bibliografia sobre ela existente e uma exposição do planalto Contestado baseada em autores que se dedicaram à história ambiental dos Campos e da Floresta com Araucárias presentes nesta região.

I – CONTEXTUALIZANDO A GUERRA DO CONTESTADO

Para que as questões tratadas em nossa pesquisa fiquem melhores situadas e para podermos identificá-las de acordo com personagens, acontecimentos e processos que envolvem a Guerra do Contestado, cabe uma breve apresentação do conflito a partir de algumas pesquisas sobre ele até hoje desenvolvidas².

Apesar de não ser um evento tão difundido no ambiente escolar sobretudo à luz de sua importância histórica, a Guerra do Contestado foi um dos conflitos armados de maiores proporções da história da República. Periodizada entre os anos de 1912 e 1916, teve como causas mudanças ocorridas na posse das terras, no acesso a recursos e na legitimidade de costumes constituídos por uma camada numerosa da população camponesa pobre, que vivia em uma vasta região interiorana no Sul do Brasil. Tais mudanças atingiram decisivamente milhares de sertanejos que se rebelaram em nome do que consideravam direitos seus, e tinham consciência que estes estavam sendo atacados pela República. A resposta foi um movimento que questionou a República e advogou uma *monarquia celeste*, baseada em um *comunismo caboclo*.

A região do conflito era contestada à época pelos estados do Paraná e de Santa Catarina e, em razão do litígio, o conflito é mais conhecido como Guerra do Contestado, mas na bibliografia, em diversas fontes e em depoimentos de antigos moradores da região colhidos por pesquisadores pode ainda ser chamada de *Guerra dos Fanáticos*, *Guerra dos Pelados contra os Peludos*, *Guerra Santa* ou por outros nomes. Em razão do estado de Santa Catarina ter vencido boa parte da contenda a respeito dos limites fronteiriços, a região do conflito pode ser delimitada, hoje, na região do planalto Catarinense. Trata-se de uma área originalmente coberta pela Floresta da Araucária e por campos abertos com serras de grande altitude em algumas partes, possuindo clima temperado e águas abundantes.

O movimento dos sertanejos possuiu um forte perfil de catolicismo popular, o *catolicismo caboclo*, cuja inspiração maior são os ensinamentos de monges que percorreram a região, mas que foram identificados por muitos da região como um único “santo”: São João Maria. Em sua conformação social, o grupo que é denominado como caboclo, ou sertanejo, é muito heterogêneo. É composto por posseiros expulsos de suas terras, ervateiros impedidos de colher a erva-mate, desempregados da estrada de ferro e mesmo opositores dos coronéis da região.³

A revolta começou em agosto de 1912, com o “ajuntamento” em torno de um “monge” chamado José Maria, que há tempos havia tomado para si a pregação em torno do descontentamento dos “excluídos”. Pode-se datar o período de enfrentamento entre o Estado e

² Para esta descrição mais factual da Guerra do Contestado, fundamentamo-nos em informações obtidas das pesquisas de autores como Maurício Vinhas de Queiroz (1977), Paulo Pinheiro Machado (2001) e Tarcísio Motta de Carvalho (2010).

³ Alguns assentamentos atuais remontam suas origens à guerra do Contestado como é o caso dos cafuzos de José Boiteux. (Cf. SCHIMITT, 1998).

os rebeldes, seguidores do monge, entre os anos de 1912 e 1916 – mas, certamente, o conflito dura mais tempo do que essa periodização. Os impactos dos “novos usos” da terra expulsavam àqueles que, tradicionalmente, a habitavam e tinham uma relação menos hostil com esta. Nesse sentido, podemos tomar como importante que nossa perspectiva de análise seja também ambiental.

Segundo narrativas, o início da guerra é estabelecido quando as tropas catarinenses perseguiram caboclos, que fugiram em direção ao Paraná, até chegar ao sertão de Palmas, na localidade denominada Irani. Foi aí que, em 22 de novembro, ocorreu o primeiro combate, culminando na morte do monge José Maria e do Coronel João Gualberto, comandante do Regimento de Segurança paranaense.

Cerca de um ano após o combate do Irani, Eusébio Ferreira dos Santos liderou alguns seguidores de José Maria até a localidade de Taquaruçu, onde esperavam o retorno do monge para assumir a frente de seu exército encantado, o que ocasionou a formação de assentamentos sertanejos, chamados de “redutos” pelos seus opressores fazendeiros. O rápido crescimento dos assentamentos, além de demonstrar a forte crença na ressurreição do monge, incomodou os fazendeiros do planalto catarinense.

A primeira investida contra os assentamentos, que aconteceu em dezembro de 1913, teve como resultado a derrota das tropas do exército e da polícia catarinense, aumentando a fama dos rebeldes e, conseqüentemente, o número de seguidores. Em janeiro de 1914, o assentamento de Taquaruçu contava com aproximadamente 600 habitantes. Nessa época, iniciou-se o deslocamento para uma nova vila santa em Caraguatá.

Os sertanejos remanescentes do acampamento de Taquaruçu foram arrasados no dia 08 de fevereiro, em combate que permaneceria na memória daqueles sertanejos como uma grande injustiça cometida pela República, já que as tropas do exército não pouparam sequer mulheres e crianças.

O crescimento do número de rebeldes era vertiginoso. No final do mês de março de 1914 já somavam mais de 2.000 pessoas, que estavam sob a liderança de Elias de Moraes, antigo oficial da Guarda Nacional, e de uma vidente de nome Maria Rosa. Nesse período, uma epidemia de tifo obrigou uma nova mudança do assentamento para Bom Sossego. O Estado faz uma nova investida contra os rebeldes. Sob o comando do experiente General Carlos Frederico de Mesquita, o exército atacou algumas áreas já abandonadas pelos rebeldes e critica a “politicagem” existente no planalto. Considerando sua tarefa cumprida, o general deixa na região apenas um contingente de 200 homens, sob o comando do Capitão Matos Costa.

Em junho de 1914, Bonifácio Papudo, Antônio Tavares Júnior e Aleixo Gonçalves, importantes líderes da oposição política da vila de Canoinhas, aderiram ao movimento caboclo, formando seus acampamentos e mostrando que o raio de ação dos rebeldes continuou se ampliando. A principal liderança, neste contexto, é Francisco Alonso de Souza, conhecido como Chiquinho Alonso.

Numerosos, em setembro de 1914, os rebeldes deram início a uma grande ofensiva, atacando as principais vilas de toda a região, várias estações da EFSPRG, instalações da serraria *Lumber* e colônias de imigrantes europeus. O Estado, na figura do governo de Hermes da Fonseca, reage à ofensiva, nomeando o General Fernando Setembrino de Carvalho para assumir o comando de uma nova campanha militar, neste mesmo mês. Todos os recursos bélicos que se fizessem necessários foram colocados à disposição. Cerca de 6.000 soldados foram levados para o front de batalha, além de terem utilizado largamente o apoio dos chamados vaqueanos, milícias dos coronéis da região.

Em novembro, o movimento passa a ser liderado por Adeodato Manoel Ramos, após a morte de Chiquinho Alonso no ataque à colônia de Rio das Antas. Como tática de proteção aos ataques do exército, os rebeldes iniciaram a concentração dos vários acampamentos no

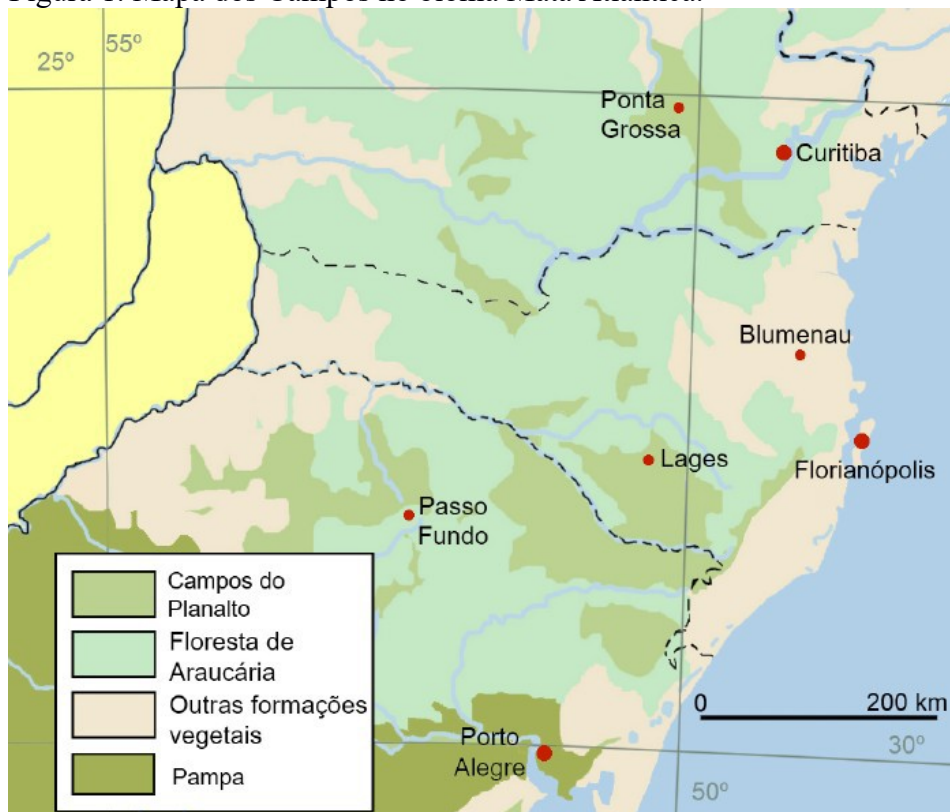
Vale de Santa Maria. Depoimentos de um rebelde e o relatório de um militar estimam em mais de 10 mil pessoas apenas neste novo assentamento.

O General Setembrino obteve êxito em sua estratégia de cerco e, em janeiro de 1915, ocorreram as primeiras rendições em massa. Os meses que se seguiram foram marcados por intensos combates, seguidos da execução de muitos rebeldes e o consequente arrasamento do assentamento de Santa Maria. Sentindo a situação sob controle, grande parte dos militares deixou a região do Contestado em maio de 1915, ficando um pequeno contingente sob o comando do major José Vieira da Rosa, que conhecia muito bem a região e fechou aliança com vários vaqueanos, estes encarregados de reprimir os acampamentos restantes e de caçar os rebeldes escondidos nas matas. Em dezembro de 1915, o assentamento de São Pedro, o último dos assentamentos, foi arrasado. Contudo, Adeodato, líder do movimento de resistência caboclo, só foi capturado e preso em julho de 1916.

II – FLORESTAS E CAMPOS DO PLANALTO CONTESTADO

Quando falamos da região onde ocorreu a Guerra do Contestado e por onde se deram os processos as relações humanas que mais diretamente levaram ao conflito, estamos nos referindo a áreas que encontram-se dentro do bioma terrestre da Mata Atlântica. Esta é uma região do Planalto-Sul composta por um mosaico onde predominam os ecossistemas Campos e Floresta com Araucária. (BRANDT, 2012, p. 17) Apesar de nos dias de hoje podermos designar essas áreas dentro do planalto norte catarinense, optamos por chamá-la de planalto Contestado da maneira como designa Miguel Mundstock Xavier de Carvalho (2010) referindo-se a questão dos limites. Adicionamos como justificativa o teor histórico dessa designação, como uma referência ao conflito em estudo. Apresentaremos então, com base na bibliografia especializada no tema, um pouco da história da formação e as principais características desses ecossistemas que predominam no planalto Contestado.

Figura 1. Mapa dos Campos no bioma Mata Atlântica.



Fonte: BRANDT, 2012, p. 22.

A Floresta com Araucária, ou Floresta Ombrófila Mista conforme terminologia do IBGE, já ocupou aproximadamente 200.000 km² do Planalto-Sul⁴ antes de se iniciar o processo mais intenso de desmatamento que se desenvolveu a partir de fins do século XIX. As áreas de floresta não são sempre contínuas pois muitas são vezes interrompidas por campos e encontram-se em áreas com altitudes superiores a 500 metros. Sua característica aparente mais marcante são as araucárias (*Araucária Angustifolia*), espécie arbórea de longos e retos troncos e copas distintas em forma de guarda-chuva que sobressaem-se por sobre o topo da floresta. Apesar desta característica marcante que nomeia a floresta, ela é composta ainda por muitas outras espécies de árvores e abriga uma fauna diversificada. Estão fortemente presentes contribuem para a caracterização desse ecossistema também as espécies arbóreas “como a imbuia (*Ocotea porosa*), a canela lageana (*Ocotea Pulchella*), a erva-mate (*Ilex Paraguariensis*), o butiá (*Butia Eriostatha*), a bracatinga (*Mimosa Scabrella*), o xaxim (*Dicksonia sellowiana*) e tantas outras” (XAVIER CARVALHO, 2010, p. 38), dentre os animais da região.

A origem da Floresta com Araucária remonta uma história muito mais longa do que aquelas de que estamos habituadas e que remetem a culturas humanas. Para a Floresta com Araucária, podemos tomar como ponto de partida o limite entre as eras paleozóicas e mesozóicas, há cerca de 251 milhões de anos, época em que os continentes estavam unidos conformando a Pangea. Essa história de longuíssima duração tem como referência o início das *Araucariaceae*, família de coníferas da qual a *Araucária angustifolia* pertence. Com o longo processo de divisão dos contingentes explica-se a existência da araucária e da floresta nesta região específica do sul do Brasil, assim como o porquê de outros membros dessa família terem se distribuído em distintas regiões do globo: na América do Sul (parte do território do Chile e da Argentina), sudeste australiano, Nova Zelândia, Nova Caledônia e ilhas da Oceania, Nova Guiné, ilhas da atual Indonésia e o limite norte de distribuição na península da Malásia. Cabe salientar que além das separações dos continentes, o clima do planeta e especialmente dos continentes teve muitas mudanças e por isso fósseis da *Araucariaceae* foram encontrados em muitos outros lugares como a América do Norte, Europa, África, Índia e Antártida em razão (XAVIER CARVALHO, 2010, p. 41-43).

Dando um grande salto no tempo e chegando há cerca de 20 mil anos, dentro do período de expansão da última era glacial (entre 110.000 e 11.600 anos atrás), encontramos no Sul do continente americano, o Chile e a parte oeste da Argentina, cobertos por gelo até os 41 graus de latitude. Embora, na última era glacial, o Planalto-Sul brasileiro não fosse coberto por gelo, a temperatura era consideravelmente mais baixa que nos dias de hoje, com média de 5 a 7° C e mínimas de -10° C. Xavier Carvalho conta que a

floresta com araucária simplesmente não existia no planalto durante o período glacial e provavelmente ficava limitada a pequenas porções, refúgios mais úmidos nas bordas orientais do planalto e nos vales profundos e protegidos de alguns rios. Assim, vemos que a paisagem da época era completamente diferente da atual, moldada por um clima mais severo, pois a floresta com araucária só passa a predominar no planalto em período bem mais recente, bem depois do fim da última era glacial. (XAVIER CARVALHO, 2010, p. 46)

Quando o clima tornou-se mais quente com o fim da glaciação⁵ (cerca de 11 mil anos atrás) e após um período em que havia longas estações de secas, o ambiente tornou-se mais úmido e propício para a expansão da Floresta com Araucária para o planalto, o que ocorreu inicialmente pelas margens dos rios. Assim, as florestas passaram a expandir sobre os campos e a predominar na região na forma como estiveram até o fins do século XIX. Xavier Carvalho (XAVIER CARVALHO, 2010, p. 46-47) afirma que descobertas de Hermann Behling tem

4 Nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

5 Inicia-se o Holoceno, período que se estende até o presente.

confirmado a teoria de muitos autores que afirmam que dinâmica da araucária ainda hoje é de expansão sobre as áreas de campos, o que não ocorre devido às ações humanas.

historiador Miguel Mundstock Xavier de Carvalho em sua tese de doutorado intitulada *Uma Grande Empresa em Meio à Floresta: A História da Devastação da Floresta com Araucária e a Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970)* afirma que neste período, em fins do século XIX, ocorre uma situação única na história do ecossistema: “a invasão de levas crescentes de seres humanos, causando queimadas e derrubando árvores centenárias para o estabelecimento de serrarias, lavouras e criação de animais” (XAVIER CARVALHO, 2010, p. 39). Apesar de evidências da existência de populações indígenas na região há pelo menos 4.300 e da ocorrência de mudanças sociais na região com as primeiras chegadas de colonizadores europeus e processos consequentes, o autor afirma que de uma maneira geral é possível afirmar que o processo histórico de devastação iniciou-se com a construção da ferrovia Paranaguá-Curitiba e da Estrada da Graciosa, que tornou economicamente viável a abertura de serrarias na região de Curitiba, período anterior à construção da EFSPRG. Junto a isso, ao longo do século XIX ocorrem chegadas de imigrantes europeus que constituíram os primeiros núcleos coloniais “invadindo as bordas do ecossistema, como a Serra Gaúcha (Caxias), os arredores de Curitiba e a colônia São Bento em Santa Catarina” (XAVIER CARVALHO, 2010, p. 38).

Essa afirmação pressupõe que as populações indígenas viveram no planalto-sul por séculos sem contudo degradar significativamente o meio ambiente. O que não quer dizer o modo de vida das populações indígenas não impactaram o ecossistema. Há indícios de que suas atividades incluíam queimadas para cultivos e caça de animais, contudo baseado em fotografias e relatos do início do século XX e do século XIX mostram de forma inequívoca “o avançado estágio de sucessão ecológica das florestas com araucária, com árvores imensas e com uma abundância e diversidade da fauna muito superiores ao que existe hoje em dia”. Supõe assim uma convivência “sustentável” das populações indígenas com a floresta com araucária (XAVIER CARVALHO, 2010, 39)⁶.

Os Campos do planalto Contestado são denominados pelo IBGE de Estepes e encontram-se em altitudes muitas vezes acima dos mil metros. Nos Campos há capões⁷, matas ciliares e de galeria e bosques de Florestas com Araucária que se formam em meio ao Campo. Em outras áreas encontram-se também o butiá (*Butia eriospatha*)⁸. Muitas vezes Campos formam grandes extensões consideráveis, mas há também manchas menores (BRANDT, 2012, 21).

O clima é úmido como nas áreas de Florestas de Araucárias e a precipitação média anual é acima dos 1250 mm e tem oscilações térmicas “ao longo do ano que não se verifica em áreas mais próximas ao Equador”. Nas regiões com maior altitude as temperaturas frequentemente ficam abaixo de 0°C ocorrendo com frequência de geadas e nevascas. Essas condições ambientais, mais úmidas e com uniformidade pluviométrica, são ideias, segundo Brandt para a expansão das formações florestais sobre os campos. Ou como dizem Pedro Furtado Leite e Roberto Miguel Klein (1990 apud BRANDT, 2012, p. 23) “tudo o mais está tendendo para o florestal e continuará, se se mantiverem as atuais condições climáticas e o homem se colocar à margem do processo”.

6 Apesar das evidências, o autor relativiza um pouco esse quadro fazendo um contraponto, pois esse quadro pode levar a se considerar a floresta, ou a natureza de maneira geral, “como meramente o cenário, o substrato invariável sobre o qual se desenvolveu a dinâmica da história humana”. Como afirmamos baseados no próprio autor, houve muitas alterações no planalto-sul e na história da floresta com araucária antes que fosse possível quaisquer ações humanas. Trata-se portanto de “entender a floresta com araucária como algo dinâmico”, sendo útil a abordagem da floresta na escala dos milhões de anos (2010, 38-40).

7 Nome derivado do guarani que quer dizer mata redonda e referem-se a a ilhotas de matas. (MATTOS, João Rodrigues. O pinheiro brasileiro. São Paulo: Grêmio Politécnico DLP, 1972, p. 106. apud BRANDT, 2012, 21)

8 Espécie de palmeira muitas vezes associada às araucárias.

A inter-relação destes dois ecossistemas é no planalto Contestado é evidenciada-se não somente em termos “naturais”, mas nos processos de ocupação e nas atividades econômicas desenvolvidas. Nos Campos dominava a economia pastoril e a floresta era um impeditivo para o pasto. Com o avanço da instituição da propriedade privada e das relações capitalistas sobretudo a partir da primeira metade do século XIX e que foi se intensificando, muitos segmentos sociais mais pobres foram se tornando posseiros em regiões marginais nos Campos, avançando sobre as florestas. “Eram ex-escravos, negros libertos, foragidos da justiça, ex-agregados e peões” (BRANDT, 2012, p. 25) que compunham a população cabocla⁹ e viviam “da criação de animais, podendo usufruir campos e florestas em comum, além do extrativismo, caça, pesca e agricultura de subsistência” (BRANDT, 2012, p. 25)¹⁰.

Tais costumes, como veremos, eram encarados pelo projeto ruralista na região como técnicas e hábitos de trabalho “atrasados” que deveriam ser regenerados por novas relações de produção para atender às demandas de uma agricultura moderna. Em outras palavras, “tal pensamento estava ligado ao que se considerava uma necessidade: a modernização do país, que só seria conseguida com a ocupação efetiva do território visando incorporar estes espaços a uma nova lógica de mercado” (BRANDT, 2012, p.25). Assim, Floresta com Araucária, Campos e caboclos, cada uma a sua maneira, mas de forma interligada, são alvos da “necessidade” do progresso.

Não podemos deixar de citar nesta introdução mais geral das alterações ambientais no planalto Contestado, a introdução e multiplicação de plantas e animais exóticos, especialmente que se deu com chegada dos europeus em incursões pelo planalto-sul a partir dos séculos XVI e XVII. A “feição fisionômica dos Campos” oferecia a possibilidade de desenvolvimento de atividades ligadas à criação do gado, que exerceu grande importância social e econômica. Neste período “eram os gados bovino, cavalar e muar, o principal meio de transporte e agente motor”. A partir do século XVII, a formação dos caminhos de tropas e das primeiras fazendas de internada e criação, foram responsáveis por diversas transformações nos campos e florestas. A queimada para “abrir espaço” e o pastejo seletivo provocado pelos animais “atuou por mais de dois séculos na seleção de espécies animais e vegetais que apresentavam mecanismos de escape ou adaptação frente as novas condicionantes decorrentes das atividades humanas nesse espaço” (BRANDT, 2012, p. 41 et seq.).

9 Sobre os caboclos cf. Capítulo III.

10 Segundo Brandt, (2012, 26) “esse fluxo de povoamento rumo aos espaços marginais das formações campestres não pode ser analisado de maneira indissociada ao povoamento empreendido nos Campos. Essa ocupação não deixou, todavia, de colaborar com a expansão da pecuária, expandindo os campos sobre a floresta pela ação do machado e do fogo para a criação de gado bovino ou para a formação de lavouras”

1 BASES TEÓRICAS PARA O ESTUDO DO CONTESTADO ENQUANTO CONFLITO AMBIENTAL

Neste capítulo queremos apresentar as bases teóricas que consideramos mais adequadas para o estudo da Guerra do Contestado enquanto um conflito socioambiental, ocorrido na América Latina em pleno avanço do capitalismo e de sua ideologia do progresso sobre novos territórios. Por um lado, tais referenciais perpassam instrumentos conceituais e analíticos construídos pela ecologia política, especialmente na América Latina, afinal trata-se de uma pesquisa a respeito dos aspectos ambientais do conflito; por outro, nos fundamentamos também nos pressupostos teóricos da história ambiental, uma vez que analisamos um evento passado, do início do século XX, e de maneira alguma podemos abrir mão das contribuições próprias dos historiadores, seja no lidar com as fontes, seja no cuidado no uso de categorias teóricas devidamente contextualizadas, com destaque à historiografia que não tem ignorado as relações entre os seres humanos e o mundo natural como um fator fundamental da história. Mesmo trabalhando com estes dois campos reconhecidamente transdisciplinares, também traremos autores que não necessariamente se encontram reconhecidos neles, mas que trazem luz para um olhar sobre as fontes e sobre nossas interpretações e reinterpretações. Assim, queremos levantar uma reflexão do Contestado na perspectiva da relação Modernidade e Colonialidade, que caracterizaram a presença europeia na América Latina, na sua dinâmica expansionista, de intento dominador e espoliador, tanto sobre os mais diversos grupos sociais quanto sobre a natureza.

1.1 A História Ambiental

Começaremos afirmando a história ambiental, além de um novo recorte, como um necessário esforço por tornar mais ampliado o olhar sobre história. Muito além de estabelecer-se como um recorte específico dentro do ofício do historiador, que avalia com mais cuidado as influências do meio natural sobre a história e como este é modificado pela ação humana, a entendemos como um esforço para preencher lacunas importantes em pesquisas sobre o passado, com a devida abertura, diálogo e confrontação com todo o conhecimento acumulado. Neste sentido, desde a constituição da história ambiental como um campo de investigação, podemos encontrar muitas abordagens enquanto campo e também uma variedade de delimitações de estudos e objetos. Destes, os limites temporais escolhidos podem ser de curta ou longa duração; os recortes geográficos e biofísicos analisados podem ser inúmeros; em enorme variedade também, as culturas, sociedades ou pequenos agrupamentos sociais podem ser investigados em suas relações com o seu ambiente natural. No entanto, ainda que diante de um todo complexo bastante variável, preliminarmente vamos apresentar, de forma mais geral, que o objetivo da história ambiental está no aprofundamento da

compreensão de como os humanos têm sido afetados pelo ambiente natural através do tempo e, contrariamente e talvez de modo mais importante, na visão da insustentável situação global atual, como essa ação afetou e quais foram as consequências. (...) Assim, definida etimologicamente, a história ambiental lida com o papel e o lugar da natureza na vida humana. Ela estuda todas as interações que as sociedades do passado tiveram com o mundo não humano, o mundo que não criamos em nenhum sentido primário. (WORSTER, 1990, p. 25)

É bem verdade que a preocupação do pensamento científico no âmbito das ciências sociais com o mundo natural não é inaugurada com a consolidação do campo da história ambiental. Muitos estudos, mesmos os anteriores à modernidade, podem facilmente ser identificados como exemplos de produções teóricas e/ou pesquisas empíricas que envolvem a natureza ou o meio ambiente. A natureza não humana é tão intensamente irrefutável enquanto

necessária à sobrevivência humana, que mesmo no percurso de separação cada maior entre ser humano e natureza, torna-se tarefa impossível nas variadas áreas das ciências sociais ignorá-la, apesar de ter seu papel muitas vezes negligenciado. Contudo, com as preocupações mais recentes com a “insustentável situação global atual”, é que surge um campo de estudo sistematizado entre os historiadores que lida com papel e o lugar na natureza na vida humana. Neste mesmo contexto, também em outras ciências, floresce esse tipo de debate na esfera pública e na academia. São iniciativas como “economia ecológica, direito ambiental, engenharia ambiental, ecologia ambiental” que se influenciam mutuamente (PADUA, 2010, p. 82).

É nos anos 70, de grandes questionamentos diante da grave situação ambiental em escala mundial, que se forma o campo da história ambiental. Concomitantemente houve também receptividade das questões ambientais em muitas áreas científicas em busca de respostas a novas questões relacionadas a ações e intervenções humanas no meio ambiente e suas consequências, compreendidas muitas vezes como maléficas. Tais preocupações, ao longo do tempo, foram alterando a maneira de se pensar a sociedade de forma crescente e, em muitos casos, com certo grau de emergência. Por isso, inegavelmente, o surgimento história ambiental apresenta-se com motivações políticas, por mais que haja um certo incômodo por parte de muitos pesquisadores e intelectuais em assumir ou aceitar presunção da relação política e ciência.

O historiador José Augusto Pádua identifica essa relação através do que ele chama de “voz das ruas” na constituição da história ambiental, assim como a percepção desse desconforto entre muitos historiadores ambientais. Para ele, a negação desse tipo de “influência externa”, ou de uma confusão entre uma história ambiental, restrita ao campo científico, e um ambientalismo, entendido como uma esfera da ação política, vai na contramão do importante reconhecimento do historiador como um sujeito também inserido na história, “não isolado do tempo” e que “mira o passado com perguntas do presente”, citando Lucien Febvre. (PADUA, 2010, p. 81). Essa afirmação é muito importante de ser assimilada para o ponto vista teórico que defendemos, pois entendemos que o historiador ambiental precisa estar atento a ouvir muitas vozes, especialmente dos vencidos e subalternos da história. Ele se depara frequentemente com reflexões sobre as alterações humanas no mundo natural que não podem ser entendidas se são ignorados os aspectos de dominação entre os humanos. Acabam por desafiar os pesquisadores reflexões como, por exemplo, a de justiça ambiental, racismo ambiental, que possuem, nitidamente, forte conteúdo político. Aqui, portanto, está um ponto central da nossa reflexão teórica, da forma como vemos o Contestado e da relação da história ambiental com a ecologia política, o que retomaremos mais adiante.

Relacionadas a essas mudanças de percepção que colocaram a natureza em debate na sociedade como um todo, há outras no campo mais interno ao mundo do conhecimento, que Pádua chama a atenção e que afetam sobremaneira os desafios dos historiadores ambientais. Ele enumera três delas. A primeira é a percepção de que a ação humana produz impactos sobre a natureza, podendo degradá-la e afetar as condições de reprodução da vida, inclusive humana. (PADUA, 2010, p. 83). Sob o risco de tornar muito limitadas suas análises sobre as condições ambientais, tais impactos não podem considerados sem o auxílio de um leque de conhecimentos disponíveis de outros campos do conhecimento, como as ciências naturais, através de suas metodologias, fontes e evidências. (WORSTER, 1990, p. 26)

A segunda mudança, Pádua chama de “revolução nos marcos cronológicos de compreensão do mundo”. Consiste na apreensão do tempo da natureza, suas transformações e eras em escalas temporais largamente superiores aos parâmetros “bíblicos”, de 6 mil anos da criação da humanidade, ou ao período de aparecimento de sociedades dotadas de escrita¹¹. A

11 O historiador José Augusto Drummond, em artigo intitulado *A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa*, faz uma excelente reflexão a esse respeito quando introduz o tema da história ambiental. Sobre o

nossa própria espécie tem seu surgimento em tempo 33 vezes mais longínquo do que esses primeiros registros de onde normalmente se inicia a história da humanidade. A história natural está para muito além da cultura europeia e da experiência humana como um todo. (DRUMMOND, 1991, p. 178). Assim, a revolução cronológica nas ciências naturais, que nos faz trabalhar com uma história geológica de cerca de 4,5 bilhões de anos e de uma história biológica de 3,5 bilhões de anos, “produziu grande impacto epistemológico nos historiadores ambientais”, que passam a “repensar o lugar do ser humano no quadro mais amplo da história do planeta”. (PADUA, 2010, p. 89)

Warren Dean, em seu seminal livro *A Ferro e Fogo - A história e devastação da Mata Atlântica Brasileira*, quando descreve o surgimento da Mata Atlântica, inicia no marco dos 400 milhões de anos atrás com o aparecimento de plantas às margens do continente, quando a América do Sul ainda formava um bloco único com África, Antártida, Austrália, e Índia. (DEAN, 1995, p. 34) Depois de uma longuíssima história que passa pelo descolamento da América do Sul em direção às regiões tropicais do planeta e o advento de inúmeras eras glaciais, o encontro deste bioma de Floresta Tropical com os primeiros seres humanos caçadores deu-se somente por volta de 13 mil anos atrás. (DEAN, 1995, p. 38)¹²

Esse tempo geológico traz muitas implicações ao se conceber “a aventura humana no planeta, mesmo que seja apenas para tomá-la cronologicamente insignificante” (DRUMMOND, 1991, p. 179). Perceber a presença dos seres humanos nesta extensa paisagem temporal, nos dá impressão de vivermos em um ecossistema estável, que se movimenta lentamente no passar de eras, no intento de manter a ordem e o equilíbrio. A verdadeira sensação de pequenez do tempo humano diante de marcos cronológicos tão grandiosos, não pode contudo nos fechar os olhos para as pesquisas científicas que questionam a noção de estabilidade da história natural. Segundo Donald Worster, há muitos questionamentos entre cientistas de até onde vão de fato as consequências das ações humanas nos ecossistemas. Essas leituras encontram rupturas e desordens em ecossistemas que são apenas supostamente equilibrados a despeito das ações humanas. Contudo, se para Worster, os historiadores ambientais devem estar atentos a tais debates presentes na ciência ecológica, eles não devem obscurecer o fato de que a história natural apresenta um reino além das economias humanas, um mundo natural maravilhosamente organizado e vital à vida humana; tampouco podem servir para diminuir os impactos sem precedentes da intervenção humana no meio ambiente, que têm afetado sobremaneira nossa existência. Somos absolutamente dependentes dessa “economia natural” sem a qual, ou havendo mudanças em determinados pontos, não há possibilidade de sobrevivência para a humanidade. (WORSTER, 1990, p. 28-29)

Relacionado a este tema está a terceira mudança epistemológica no mundo do conhecimento que Pádua ressalta: pensar a natureza de forma histórica. Como a história humana, seu destino também não é conhecido, suas formações são configurações momentâneas “numa escala muito superior ao do limitado ‘tempo social’ humano” (PADUA 2010, p. 89), como demonstra o exemplo da Mata Atlântica, mas que interfere decisivamente em nossos destinos. Essa capacidade de influenciar não pode, no entanto, ser confundido com

tempo bíblico ele diz: “o próprio documento fundador de nossa civilização, o Livro do Gênesis, do Velho Testamento, ainda exige que os fiéis acreditem que o mundo foi criado há seis milênios. Esse prazo, que por muito tempo pareceu a quase todos gigantesco e indiscutível, permanece até hoje sem revisões oficiais. É bem verdade que alguns intérpretes atuais admitem que os milênios do Velho Testamento são meras figuras literárias”. (DRUMMOND, 1991, p. 178)

12 É controversa essa datação da chegada dos seres humanos na América do Sul. No entanto, o que nos importa neste momento é ordem de grande da presença humana na Mata Atlântica diante da história deste bioma. Segundo Warren Dean, o mais provável é que tenham chegado à América do Sul via Panamá, “embora haja evidências frágeis de contatos asiáticos e africanos”. Há datações dispersas de 50 mil anos atrás, mas essas são controversas segundo Dean. O que indica a maioria dos sítios arqueológicos é a chegada de humanos ao final da última glaciação há 13 mil anos. (DEAN, 1995, p. 38)

determinismos geográficos, raciais, ou outras implicações relacionadas ao “darwinismo social”. O esforço de assimilar que a natureza, com sua temporalidade diferenciada, está integrada à história humana, rejeita tais implicações deterministas do ambiente ou da história natural sobre os seres humanos. Ao buscar superar o fato da marginalidade das ciências sociais frente às dimensões do tempo geológico (DRUMMOND, 1991, p. 179), forma-se um todo complexo, em que a natureza também está em constante transformação. O que postulamos, sobretudo e apenas, é uma contraposição à hipótese convencional de que a experiência humana tem sido isenta de condicionalismos naturais, que os seres humanos são separados da natureza e que as consequências ecológicas de seus feitos devem ser ignoradas. (WORSTER, 1991, p. 202)

Neste sentido, baseamo-nos em uma história aberta, não teleológica, em que o resultado das interações dos atores e dos movimentos na história se fazem em caminhos não lineares, sujeitos a rupturas. Entendemos que o ser humano age a partir de suas compreensões, “imerso na linguagem, nos mecanismos de cognição e na presença de visões culturais historicamente construídas” (PADUA, 2010, p. 93), não de forma que o mundo biofísico se apresente de forma direta, sem mediações humanas, apesar de que, em sentido primário, a natureza não é criação humana e possui existência material *a priori* em relação às mediações humanas.

Para construir essa história ambiental, Donald Worster (1991) propõe a interação de três níveis, que também nos parecem fundamentais, para operá-la na nossa pesquisa sobre a Guerra do Contestado. Primeiro, entender a natureza, descobrir a estrutura e distribuição dos ambientes em estudo. Para isso é fundamental compreender e, como diz Pádua, falar “novas línguas” com auxílios de outras ciências, especialmente as naturais. Dialogaremos, assim, no próximo capítulo, com o trabalho do historiador e geógrafo Marlon Brandt (2012), a partir de sua tese *Uma história ambiental dos Campos do Planalto de Santa Catarina*. Num segundo nível, apreender os “modos de produção”, a tecnologia produtiva na interação com a natureza, a organização do trabalho humano e do “maquinário” na transformação da natureza. Portanto, compreender, no nosso caso, os modos de uso, costumes no trato com a natureza e a economia dos grupos sociais envolvidos no Contestado. Por fim, no terceiro nível, estão as percepções, ideologias, éticas, leis e mitos como parte do um diálogo de indivíduos e de grupos com a natureza, que, como veremos no capítulo IV, possuem enorme importância na investigação das relações e compreensões dos sertanejos envolvidos no conflito a respeito da natureza. Sobre esse terceiro nível, Worster afirma que:

as pessoas estão continuamente construindo mapas cognitivos do mundo ao redor delas, definindo o que é um recurso, determinando que tipos de comportamento podem ser ambientalmente degradantes e deveriam ser proibidos, e geralmente escolhendo os fins que se impõe à natureza. Tais padrões de percepção humana, de ideologia e de valores têm sido muitas vezes altamente conseqüentes, movendo-se com todo o poder de grandes camadas de gelo glacial, triturando e empurrando, reorganizando e recriando a superfície do planeta. (WORSTER, 1990, p.26-27)

Para trabalhar a história ambiental nestes três níveis, contudo, é preciso compreendê-los de forma não hierarquizada, evitando o risco de aderir *a priori* a qualquer teoria única de causalidade, e estar aberto ao contexto. Deve haver também um bom grau de abertura para lidar com os limites entre os conceitos teóricos, como o cuidado de não serem demasiadamente demarcados, como de fato não se apresentam no mundo real, na vida vivida. Por exemplo, a distinção entre cultura e natureza possui interseções que tornam difícil, e até infrutífero, em determinados casos, uma busca por distinguir de forma muito precisa até onde vai a cultura, ou onde começa a natureza. O ímpeto humano tem deixado suas marcas sobre rios, florestas, na genética, ao ponto de que se torna demasiado complicado distinguir cultura e natureza. As coisas produzidas são tão onipresentes que chegam a constituir uma “segunda

natureza”, vinda da capacidade de tecnologia da vida social que é ao mesmo tempo produto da cultura humana e condicionada pelo ambiente (WORSTER, 1990, p. 25-26).

Se é verdade que para o historiador ambiental é indubitavelmente útil ter certa nitidez do que cada conceito significa, por mais que interajam e apresentem fronteiras apagadas em muitas situações, também é verdade que, neste lugar de intersecção, por vezes de indefinição, entre natureza e cultura, mas também economia, trabalho, poder, religião, está muito do nosso interesse. Como veremos, a respeito dos caboclos, estão no encontro entre o cultural, o místico, o político e o natural, riquíssimas possibilidades de interpretação do seu modo de vida. Para Worster, o trabalho do historiador ambiental está em identificar esses níveis de operação, evidentemente que na medida em que são úteis ao contexto e ao tempo para o qual se direciona o estudo. Mas o grande desafio se esconde nessa conexão entre esses tais níveis e, assim, pensar os modos de produção e a cultura também como fenômenos ecológicos (WORSTER, 1990, p. 26).

Imerso nessa teoria aberta, apresenta-se então um sem número de possibilidades para o historiador ambiental. Com diálogos transdisciplinares, as pesquisas, abordagens e objetos mostram-se muito variados. José Augusto Pádua em *Um Sopro de Destruição* mostra que já no século XVIII e XIX estavam presentes no Brasil pensamentos críticos quanto à forma predatória como a sociedade se relacionava com a natureza (PADUA, 2002). Neste caso, buscou-se “extrair ecologia” do passado, não sem a preocupação de em vez de “projetar categorias ambientais e ecológicas do presente no passado, (...) utilizar essas categorias, com o devido cuidado, para pensar a existência de sociedades preterias”. (PADUA, 2010, p. 96)

Mencionamos já o marcante trabalho sobre a história da Mata Atlântica de Warren Dean (1995), que, com foco no bioma da Mata Atlântica, faz uma densa pesquisa histórica cuja delimitação é um recorte natural bem amplo e definido, que se transforma com as “invasões humanas”. Mas podemos mergulhar nas profundas mudanças na natureza em Cuba e no Caribe desde a colonização, com a abrangente pesquisa publicada intitulada *De los bosques a los cañaverales. Una historia ambiental de Cuba, 1492-1926*, do historiador cubano Reinaldo Funes Monzote (2008).

É nesta amplitude que também está a abordagem dos conflitos ambientais no passado, com a qual trabalharemos. Tomando emprestadas de Hector Alimonda as primeiras palavras da apresentação da notável coletânea e de artigos *La Naturaleza Colonizada*, podemos dizer que nosso trabalho será, em grande medida, o de investigar, desde o passado, o encontro e o conflito entre “distintas culturas humanas que foram construindo modos e estilos de convivência com a natureza, expressados em saberes, tecnologias, formas de organização social e elaborações míticas e simbólicas” (ALIMONDA, 2011, p. 11). Neste sentido, vamos dispor de instrumentos de uma história ambiental, que não encaramos simplesmente, como um novo recorte, ou uma especialidade, mas que provoca o desafio de tornar a história uma disciplina mais abrangente em suas narrativas do quem tem sido tradicionalmente a história social. Assim, em diálogo aberto, também buscaremos categorias e abordagens próprias das experiências e reflexões de estudos sobre conflitos ambientais e movimentos sociais na América Latina, identificados principalmente no campo da ecologia política, com a preocupação de pensá-las em perspectiva histórica, que na América Latina possui inegável caráter de colonialidade.

1.2 A Ecologia Política

De forma semelhante como compreendemos a história ambiental, o estudo da ecologia política deve ser encarado mais como um campo do conhecimento do que uma especialidade. Ele supõe diálogos plurais, multidisciplinares e até mesmo entre culturas. Para além de uma disciplina híbrida, trabalhamos com uma compreensão que integra diferentes fontes e disciplinas, mas também referências e práticas históricas diversas. (ALIMONDA, 2014, p. 4)

Nas análises de conflitos ambientais na América Latina, verifica-se repetidamente a busca por concretização de estratégias de desenvolvimento baseado em lógicas de intenso extrativismo de recursos naturais, quase sempre sem se ter em conta a oposição das populações locais afetadas diretamente pelos empreendimentos, quer sejam por megaprojetos de mineração, pelas monoculturas de exportação, por projetos de energia ou por grandes obras públicas. Se não ignoramos os custos ambientais e sociais desse modelo de desenvolvimento, os percebemos distribuídos nitidamente de maneira desigual, com grande desvantagem para as populações locais. Essa constatação dos conflitos ambientais atuais não pode ser entendida senão pela continuidade de uma condição de colonialidade das populações locais e da natureza latino-americana, que tem início há cinco séculos. (ALIMONDA, 2014, 2014, p. 5).

Essa discussão sobre distribuição de custos é o primeiro aspecto que levaremos em conta para verificar a Guerra do Contestado como um conflito ambiental. Para isso, as reflexões de Joan Martínez Alier nos parecem um bom ponto de partida para desenvolvermos, a partir delas, aspectos que privilegiaremos. Este economista catalão desenvolveu uma definição da ecologia política como o campo que estuda os conflitos ecológicos distributivos. Melhor explicando, ela se debruça sobre conflitos cuja razão está na forma como são distribuídos os custos e os potenciais de recursos naturais de determinados territórios. Alier entende por distribuição ecológica “os padrões sociais, espaciais e temporais de acesso aos benefícios obtidos dos recursos naturais e aos serviços proporcionados pelo ambiente como um sistema de suporte da vida”. O que determina essa distribuição entre os grupos sociais podem ser fatores naturais “como o clima, topografia, padrões pluviométricos, jazidas de minerais e qualidade do solo”, mas também pode ser nitidamente determinada por fatores “sociais, culturais, econômicos, políticos e tecnológicos”. Podemos ter como exemplos destas últimas razões: “grupos no meio urbano tão pobres e detendo tão pouco poder que não dispõem de condições para adquirir ou dispor de água potável”; ou, no contexto rural, a pobreza “que intensifica a coleta de lenha em terras áridas e a utilização de esterco como combustível com consequências negativas para a fertilidade do solo”. Com outras características, ainda podemos citar como situações de distribuição ecológica desigual por razões humanas “(...) os sumidouros e depósitos temporários de dióxido de carbono, a contaminação por dióxido de enxofre, as águas em flotações descartadas nos rios e a ‘biopirataria’.” (ALIER, 2007, p. 113).

Entendidos de tal forma, é possível pensar os conflitos ecológicos distributivos como categoria em eventos no passado, mas indo além, esse esforço pode demonstrar-se muito útil também para a compreensão de situações presentes, ao situá-las historicamente. Se, especialmente a partir da década de 70, o ambiental foi identificado em movimentos, conflitos e reivindicações específicas, os conflitos com origem na desigualdade de distribuição e acesso ao que a natureza oferece, ou na distribuição de consequências ambientais prejudiciais por razões sociais e políticas, também sempre existiram na história, mesmo que eles não contivessem, explicitamente, no discurso dos envolvidos, o aspecto ambiental.

Outro aspecto fundamental dos conflitos de distribuição ecológica está nos diferentes sistemas de valoração da natureza, considerando que valorar não designa, necessariamente, atribuir um valor monetário. Do ponto de vista econômico, Alier aponta que é mais adequado tratar da noção de incomensurabilidade de valores quando falamos de valoração nos conflitos ambientais. (ALIER, 2014, p. 5). Desta forma, os conflitos de acesso aos recursos naturais, ou relacionados aos custos ambientais, podem se demonstrar como conflitos no interior de um só sistema de valoração, como o sistema monetário, ou através de um confronto entre sistemas de valoração. Este último caso,

(...) acontece quando os sistemas de valores são comparados em termos não comensuráveis: a perda da biodiversidade, a perda de patrimônio cultural, os danos à vida e ao sustento humano, as violações dos direitos humanos, os lucros de uma nova represa, de um projeto de mineração ou da extração de petrolífera. Existe um

choque de sistemas de valoração quando os discursos da justiça ambiental, dos direitos territoriais indígenas ou da segurança ambiental se desdobram em oposição à valoração monetária dos riscos e das cargas ambientais (ALIER, 2007, p. 353).

Muitas vezes portanto, os conflitos ambientais põem em contraposição a valorações que, pela incomensurabilidade, são muito complexas para serem pensadas em termos de compensação. Quando pensamos um sem número de conflitos entre colonizadores europeus e indígenas ao longo da história nas Américas, e entendemos que eles possuem uma dimensão de um conflito ecológico distributivo, é de se supor que, na maioria dos casos, veremos diferentes formas de valoração a respeito dos territórios em disputa e da relação com a natureza e seus recursos. Em situações como estas, ou em muitas outras, encontraremos recorrentemente atores que têm para si a natureza como um recurso de valor monetário capaz de se reproduzir, e outros que a tem como “um valor sagrado, não redutível a qualquer expressão material, e que estão dispostos a morrer por ela” (ALIMONDA, 2014, p. 6). A ecologia política portanto deve considerar as linguagens de valoração que prevalecem nesses conflitos. Esse ponto de vista também nos parece útil para se pensar os grupos envolvidos na Guerra do Contestado.

Na abordagem dos conflitos ambientais apresentada por Martínez Alier, a perspectiva da economia ecológica é privilegiada na medida em que “proporciona uma visão sistêmica das relações entre a economia e o meio ambiente”, no intuito de se contrapor à economia ortodoxa que considera que podem ser internalizadas, em preços, “externalidades”, como danos ambientais. (ALIER, 2007, p. 44). Podemos considerar contudo, que há aspectos para além da relação mais direta entre economia ecológica e ecologia política para pensarmos os conflitos ambientais, especialmente na América Latina. O próprio autor, reconhece aspectos além. Nas conclusões de seu marcante livro *O Ecologismo dos Pobres*, o autor, ao assumir sua maior imersão nos aspectos relacionados aos interesses materiais, não deixa de distinguir dois tipos de ecologia política para ao menos citar outro aspecto: além do primeiro tipo que é esse “estudo de diferentes níveis de poder e interesses distintos, que se confrontam com as demandas de recursos por parte de outros atores em um contexto ecológico particular”; apresenta um segundo tipo que “se refere a questões relacionadas com o significado (...) para as diferentes culturas, com a ‘construtividade social ou as reinvenções da natureza’”. Apesar da distinção, o mais pertinente para ele não é a opção por um tipo, mas uma conexão entre ambos. (ALIER, 2007, p. 338-339) Assim,

na fábrica ou no campo, nos guetos ou nas terras dedicadas à pastagem, as lutas pelos recursos ainda quando suas origens são materialmente tangíveis, também sempre se tem configurado em enfrentamentos a respeito de significado. (GUHA e ALIER, 1997, apud ALIER, 2007, p. 339).

Aprofundando essa segunda dimensão, podemos dizer que a ecologia política deve verificar e valorizar também os diferentes saberes, percepções e definições a respeito da natureza. Sobre os eventos passados, atentar para o silêncio talvez seja um caminho para encontrar essas diferenças. Como os silêncios são socialmente estabelecidos, muito é dito sobre “a riqueza e desenvolvimento produzido pelo café e o açúcar no Brasil, mas se faz silêncio sobre o custo da destruição do ecossistema da Mata Atlântica”. Iremos portanto nos debruçar a respeito dos conhecimentos e enunciações sobre as relações com a natureza, entendendo que eles são próprios a cada cultura e construídos historicamente. (ALIMONDA, 2014, p. 7).

Podemos concluir que os conflitos ambientais na América Latina, bem como de forma de geral, não podem ser reduzidos a conflitos de distribuição ecológica. Hector Alimonda afirma que os povos indígenas e camponeses latino-americanos possuem histórias demasiadamente prolongadas de saques, que não podem se limitar a conflitos de distribuição. São processos históricos predecessores de mecanismos de apropriação da natureza, que deram origem, muitas vezes, às desigualdades de distribuição. Levando em conta também os

aspectos relacionados aos saberes, Alimonda, em *La Colonialidad de la Naturaleza*, apresenta uma definição mais abrangente para a ecologia política:

É o estudo das complexas e contraditórias articulações entre as múltiplas práticas e representações (incluindo diferentes sistemas de conhecimentos e dispositivos simbólicos) através dos quais diversos atores políticos, atuantes em iguais ou distintas escalas (local, regional, nacional, global) se fazem presentes, com efeitos pertinentes e com variados graus de legitimidade, colaboração ou conflito, na constituição de territórios e na gestão de seus recursos naturais. (ALIMONDA, 2011, p. 47)

Este entendimento mais aberto vincula-se à noção de que a natureza sempre esteve relacionada a todas dimensões humanas que constituem as sociedades humanas. Polanyi, em *A Grande Transformação*, no capítulo intitulado *Mercado e Natureza*, apresenta que a função econômica é uma dentre várias funções vitais da terra. A natureza “confere estabilidade à vida do homem; é o lugar que o homem habita; é a condição da sua segurança física; é a paisagem e as estações.” (POLANYI, 2000, p. 228). O sistema de mercados ao estender-se a todas as esferas da vida humana, busca reduzir a terra (natureza) em mercadoria. Neste processo, muitos equilíbrios e modos de vida que davam sentido e identidade a indivíduos e culturas se desarticularam, e continuam afetando muitos povos indígenas e resistências camponesas em todo o mundo.

A transformação da natureza em mercadoria trouxe e traz implicações determinantes para os conflitos ambientais. Worster crê que a reorganização capitalista, especialmente na agricultura, “trouxe um conjunto de mudanças no uso da terra tão revolucionárias e arrasadoras quanto o da revolução Neolítica” (WORSTER, 2003, p. 33). As mudanças ocorridas numa reorganização integral da agricultura, com o objetivo de produzir excedentes para mercados distantes, implicou numa simplificação de muitos ecossistemas. As consequências dessa monocultura moderna, que Worster chama a atenção, são muitas. Vão desde a perda de biodiversidade que leva “a um grau sem precedentes de suscetibilidades à doença e à depredação e às explosões populacionais de pragas”, até a “uma demanda por capital e conhecimentos aos quais cada vez menos agricultores individuais poderiam obter”. (WORSTER, 2003, p. 38). Quando falamos em *frente pioneira* e *frente de expansão* anteriormente, também estávamos pensando nestas transformações decorrentes da agricultura de mercado. A agricultura que produz excedentes não se assenta em territórios “vazios”, mas sim sobre espaços de sujeitos invisibilizados, como os caboclos do contestado.

Hector Alimonda considera as origens da modernidade e a transformação da natureza e dos seres humanos em mercadoria um tema decisivo como uma ponte entre o passado e o futuro que pode ligar as lutas por resistência ao longo do tempo. “As resistências passadas e presentes podem ser lidas agora como defesas de sistemas tradicionais de organização social e de relação com a natureza frente aos embates da mercantilização, pela manutenção de uma ‘economia moral’ de onde uma ética coletiva regule as relações sociais e ambientais” (ALIMONDA, 2014, p. 13).

Assim, a crítica da ecologia política também deve ser a crítica dos sistemas estabelecidos na produção de conhecimento e das relações com a natureza. Ela critica o postulado da separação sociedade e natureza do cientificismo, que busca invalidar os conhecimentos populares sobre a natureza. Os estudos sobre os conflitos ambientais devem, portanto, também investigar as relações de saber/poder, assim como as formas de produção, circulação e consumo (ALIMONDA, 2014,, p. 13-14).

O economista mexicano Enrique Leff tem marcado, nas abordagens dos conflitos ambientais atuais, os saberes plurais e a constituição de racionalidades alternativas no contexto da América Latina. Neste sentido, falamos de uma ecologia política mas também de epistemologia política. Está em jogo não somente uma análise dos discursos como mediadores das práticas sobre a natureza, ou não somente a crítica que movimentos ambientalistas têm

feito à racionalidade da modernidade insustentável; está em jogo toda uma estratégia de reconstrução social que se apropria de discursos e remodela conceitos teóricos. Assim, as lutas ambientais também se dão “em um campo das lutas teóricas e de politização de conceitos”. Conceitos tais como biodiversidade, território, autonomia, autogestão, estão se reconfigurando no campo dos conflitos e das estratégias de reapropriação da natureza. Encontro e diálogo com saberes nativos têm sido parte fundamental nesse processo. (LEFF, 2003, p. 32).

A incorporação dos embates e encontros políticos epistemológicos nos parece frutífera para a pesquisa de conflitos ambientais do passado, mas talvez deva ter uma abordagem diferente ao ser mais contextualizada ao período em questão. Como veremos mais adiante, as pesquisas sobre a Guerra do Contestado têm demonstrado a força de um discurso das classes dominantes e do Estado na intenção de impor a lógica do progresso e produzir consenso em detrimento do que imputam “atraso” e “fanatismo” como próprios dos sertanejos¹³. Para isso, buscaram desconstruir as práticas e saberes “selvagens” e afirmar o conhecimento da ideologia do progresso. Em contrapartida, numa epistemologia política dos caboclos, podemos encontrar os saberes, costumes e discursos políticos que foram capazes de envolver milhares para a luta contra as forças republicanas e milícias agregadas. Mas, certamente a revolta não encontrou apoio em uma articulação acadêmica, em sentidos comuns ao do movimento, como verificamos em muitos casos de conflitos ambientais atuais a que se refere Enrique Leff. Inicialmente, nos parece que a abordagem da epistemologia política no período que abordamos e em conflitos tão sangrentos é mais útil no sentido de perceber o embate entre saberes e a busca por suprimir saberes por uma lógica colonial do que de em termos reapropriações de discursos.

Este olhar nos demanda um esforço de investigação a respeito das construções negligenciadas e diminuídas pela maior parte de historiografia, é preciso desconstruir o olhar sobre a história do ponto de vista supostamente civilizador do europeu. Para isso, utilizaremos a perspectiva da Modernidade e Colonialidade, ou seja, uma perspectiva multidisciplinar latino-americana do pensamento que questiona o desenvolvimento do capitalismo e seu processo civilizatório como um fenômeno europeu autogerado. “Crítica a base histórico-cultural e epistemológica da modernidade e questiona as grandes narrativas interpretativas da mesma ao longo de cinco séculos” (ALIMONDA, 2014, p. 14; 2007, p. 24).

Essa abordagem nos chama a atenção para uma “primeira modernidade” protagonizada pelos reinos ibéricos em suas expansões ultramarinas. Tem-se assim, em maior medida, a experiência da América como a primeira periferia do sistema colonial europeu, um lado oculto originário da modernidade. Segundo Hector Alimonda, esta perspectiva implica também verificar:

- a) a racionalidade das formas estatais e das empresas coloniais ibéricas;
 - b) a acumulação originária de capital e as que deram origem a essas conquistas;
 - c) a apropriação da biodiversidade natural dos trópicos como fundamento da modernidade (Coronil, 2000);
 - d) a aparição dos princípios da missão evangelizadora e da superioridade européia como articulações centrais do imaginário colonial eurocêntrico, como sentido comum hegemônico que impulsiona e justifica a empresa colonial, mas também como pulsão identitária presente em cada sujeito individual nesse processo.
- (ALIMONDA, 2007, p. 23)

A perspectiva da Modernidade/Colonialidade combate, portanto, o ato comum de se desconhecer o significado da experiência colonial como fundante da experiência histórica da modernidade. A modernidade constituiria assim um paradigma linear da evolução histórica, instituindo noções de “processos civilizatórios”, “progresso” ou “desenvolvimento”, que teriam sido uma experiência única, patrimônio de alguns povos europeus¹⁴. A colonialidade

¹³ Cf. Capítulo III.

¹⁴ Hector Alimonda chama a atenção para o fato das narrativas norte-europeias terem o costume de excluir os mediterrâneos, ibéricos em especial, desse processo.

dá-se no ato dos povos civilizados em conduzir o resto da humanidade que não foi capaz de alcançar tais níveis de civilização. Essa abordagem questiona portanto o eurocentrismo enquanto uma interpretação da história que atribui aos europeus uma capacidade de “construção de uma única história do conjunto da humanidade”. (ALIMONDA, 2007., p. 23).

Tal colonialidade também se desdobra, ou ocorre de forma simultânea, sobre a natureza. Alimonda chama a atenção para os processos de mercantilização e domínio da natureza necessários para a modernização européia. (ALIMONDA, 2014, p. 14). Boaventura de Souza Santos avalia o encontro da Europa com as Américas, no que ele chamou de descobrimentos imperiais, e apresenta uma relação de dominação sobre a natureza ou sobre os nativos. O descobrimento imperial supõe sempre a subordinação do descoberto. Assim

Se o selvagem é, por excelência, o lugar da inferioridade, a natureza é, por excelência, o lugar da exterioridade. Mas como o que é exterior não pertence e o que não pertence não é reconhecido como igual, o lugar de exterioridade é também um lugar de inferioridade. Tal como o selvagem, a natureza é simultaneamente uma ameaça e um recurso. É uma ameaça tão irracional quanto a do selvagem, mas a irracionalidade deriva, no caso da natureza, da falta de conhecimento sobre ela, um conhecimento que permita dominá-la e usá-la plenamente como recurso. (DE SOUZA SANTOS, p. 125)

A subvalorização da natureza americana pelos colonizadores foi tão intensa que demonstrou-se implacável a destruição da sua biodiversidade, substituindo-a por monocultivos de espécies exóticas para fins de exportação. A história ambiental do nordeste do Brasil e do Caribe, para ficar em duas dentre as primeiras áreas colonizadas, demonstra uma arrasadora substituição da vegetação e fauna nativas pela cana-de-açúcar. A natureza tropical, reduzida a terra, foi incorporada ao espaço hegemônico europeu, como uma das características da colonialidade da natureza que perdura hoje, por exemplo, através dos monocultivos da soja e agrocombustíveis. Outra faceta da colonialidade da natureza está na sua intrínseca relação com a colonização dos nativos americanos. Dois dados são suficientes para demonstrar essa relação a que se referem Boaventura de Souza Santos e Hector Alimonda: a vegetação e faunas nativas às populações originárias foram gravemente impactadas, sendo reduzidas a 10% ao número original nos séculos seguintes segundo estimativas¹⁵; o fato reconhecido de que os territórios que resguardam a maior parte da biodiversidade no continente estão em territórios indígenas¹⁶. Esse último fato ainda demonstra o aspecto da diversidade biocultural que possuem os grupos nativos. (ALIMONDA, 2007, p. 49-50)

Para a pesquisa de um caso latino-americano, como a Guerra Contestado, que ainda possui no conflito a presença do capital internacional, elites agrárias locais e a presença do Estado através das leis e da força, a articulação de ferramentas conceituais da ecologia política, informada pela história ambiental, com a abordagem da Modernidade e Colonialidade, demonstram-se suficientes para poderem nos ajudar a relevar perspectivas ainda não trabalhadas sobre o conflito.

A última categoria conceitual da experiência da ecologia política latinoamericana que queremos trazer neste apanhado de reflexões teóricas é a ecologia política da diferença. Trabalhando conflitos ambientais contemporâneos, e, especialmente a partir do pacífico colombiano, Arturo Escobar convoca para a construção de uma ecologia política da diferença, em uma América Latina que se construiu como “um teatro para a globalização imperial”, onde o dominador busca colonizar o subalterno para evitar a diferença em uma empreitada homogeneizadora. O autor aponta a brutalidade do desenvolvimento, como verdadeiros

15 Hector Alimonda chama a atenção que além da violência direta, são responsáveis por esse massacre também as epidemias vindas com os colonizadores que afetaram os indígenas e a destruição de seus ecossistemas (ALIMONDA, 2007, 50).

16 “Cinco das seis Reservas da Biosfera nos territórios da América Central se encontram habitadas por diferentes comunidades indígenas” (Toledo et al., 2001: p. 23-24 apud ALIMONDA, 2007, p. 50).

modelos imperiais de guerra que encontram populações que tentam criar maneiras de resistir e afirmar a diferença. (ESCOBAR, 2010, p. 34). Surgem então movimentos originando construções culturais e ecológicas em um território. São muitos os conflitos em que, para os que resistem, “o direito a existir é uma questão cultural, política e ecológica”. (ESCOBAR, 2005, 77).

Neste sentido, Escobar oferece um quadro da ecologia política da diferença, com integração de economias, ambientes e culturas diversas, como uma contribuição para se “ler” os acontecimentos mundiais em termos de diferença. Nos conflitos atuais, busca-se construir conexões entre diversas linguagens e práticas da diferença econômica, ecológica e cultural, numa resposta ao eurocentrismo e logocentrismo presentes numa suposta universalidade da modernidade e da globalização. Escobar tem na ecologia política da diferença a noção de distribuição cultural, apontando que os conflitos ambientais emergem de diferentes sistemas de significações, sendo estes também fontes de poder.

A ecologia política também estabelecida portanto “no encontro, confronto e hibridização” de racionalidades distintas e heterogêneas de relação e apropriação da natureza. A ecologia política na América Latina não pode deixar de se construir em diálogo com uma história ambiental, cujas origens remontam a uma história anticolonial e de resistência antiimperialista. (LEFF, 2003, p. 24) Podemos e devemos, portanto, de forma histórica, investigar as lutas de resistência, afirmação e reconstrução de identidades contra as estratégias de apropriação e transformação da natureza que estão em vigor na América Latina desde o período colonial, cujas características centrais estão na busca pelo acesso à terra e a outros recursos naturais e seu controle.

Ao discutir os aspectos da Modernidade-Colonialidade, Hector Alimonda defende uma ecologia política informada pela história ambiental, como também pela história econômica, social e política da região. Neste mesmo sentido de diálogo, nosso trabalho pretende inverter os fatores, ou seja, construir uma pesquisa em história ambiental em diálogo com categorias da ecologia política na América Latina que podem, de forma contextualizada, contribuir para um novo olhar para a Guerra do Contestado como um conflito ambiental. Se Donald Worster nos orienta em estudos de história ambiental a descobrir a estrutura e distribuição dos ambientes naturais num primeiro nível; em um segundo, apreender os “modos de produção”, como os modos de uso, costumes no trato com a natureza e a economia dos grupos sociais envolvidos; e, por fim, compreender as percepções, ideologias, éticas, leis e mitos no diálogo desses grupos com a natureza; especialmente nos dois últimos níveis, pretendemos identificar os aspectos informados pela ecologia política tais como conflito de distribuição ecológica, o encontro de diferentes valorações da natureza, de diferentes saberes e noções sobre a natureza (assim, numa epistemologia política), conflito de distribuição cultural e afirmação da diferença.

Como mostraremos no capítulo 2, reconhecemos que a Guerra do Contestado é um objeto de estudo já muito pesquisado a partir de diferentes olhares. Há pesquisas mais antigas e mais recentes que nos trazem grandes contribuições sobre o conflito em seus aspectos econômicos, políticos, culturais, religiosos e mesmo sobre as transformações ambientais do território. Em diálogo com muitos desses autores, apresentaremos a perspectiva dos estudos sobre conflitos ambientais apresentando um novo olhar sobre a Guerra do Contestado.

1.3 O Contexto da Era dos Impérios e a Acumulação por Espoliação

A Guerra do Contestado ocorre em um período de forte avanço das principais potências mundiais sobre os mais diversos territórios do globo e também de tensas disputas entre elas por colônias diretamente governadas ou por territórios formalmente independentes, mas sob forte influência destas potências. A América Latina se encontra, nesse período, sob

forte domínio, com grande avanço sobre muitas de suas áreas ainda não alcançadas pelo capital, ou, pelo menos, ainda não sob certas formas pretendidas de exploração econômica.

Esse período é consagrado na historiografia como o nome Imperialismo e se refere às décadas de antecederam à Primeira Grande Mundial. O termo Imperialismo em si causa alguma controvérsia pois é usado ainda hoje para designar o avanço das nações ou corporações sobre áreas de influência ou domínio. Mas trabalharemos com a perspectiva do historiador Hobsbawm, que vai chamar de Imperialismo, ou de Era dos Impérios, título da terceira parte de sua famosa trilogia, o período entre os anos 1875 e 1914. O termo Império não foi inaugurado neste período ou para esse período. Houve algumas nações que se chamavam Impérios e assim foram reconhecidas em muitos momentos da história, mesmo antes do contexto em questão. Entretanto Hobsbawm registra que este deve ter sido muito provavelmente o período da história mundial moderna em que houve o maior de número de governantes que se auto-intitularam, e eram por outros também reconhecidos, como imperadores. Contudo esse fato em si não é ainda o mais fundamental. Tratavam-se de novos tipos de Impérios, de caráter colonial, em que “a maior parte do mundo, à exceção da Europa e das Américas, foi formalmente dividida em territórios sob governo direto ou sob dominação política indireta de um pequeno grupo: principalmente Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália, Holanda, Bélgica, EUA e Japão”. Como sabemos, a exclusão da América Latina do grupo dos territórios formalmente divididos dá-se porque as características de dominação sobre ela estavam mais ligadas a uma nítida dependência econômica. Nela “a dominação econômica e a pressão política, quando necessárias, eram implementadas sem conquista formal”. O Imperialismo então se caracteriza por essa expressão especular da crescente divisão do planeta em fortes e fracos, em “avançados” e “atrasados” (HOBSBAWM, 2014b, 95-97).

Lenin foi um dos mais influentes pensadores sobre o Imperialismo. Em *O Imperialismo: Etapa Superior do Capitalismo*, caracterizou-o como uma etapa especial do capitalismo em que as associações monopolistas dos grandes capitalistas dominaram colônias e áreas de influência em todo o mundo, numa fase própria de política colonial, com forte expressão do capital bancário. (LENIN, 2010, p. 39-40). Esta luta pela partilha econômica e política do mundo pelo capital e sua correspondente política internacional dos Estados Nacionais, não redundava em apenas dois grupos, os que possuem colônias e as próprias colônias. Inclui-se aí “formas variadas de países dependentes que, dum ponto de vista formal, político, gozam de independência, mas que na realidade se encontram envolvidos nas malhas da dependência financeira e diplomática”, caso da América Latina.

Para Lenin, que escrevia em 1920, poucos anos após o êxito revolucionário na Rússia, o Imperialismo era “a véspera da revolução social do proletariado”. Entretanto, como sabemos, essa não foi a última fase do capitalismo. Mas, como Hobsbawm, podemos considerar compreensível que no contexto revolucionário na Rússia e de grande tumulto político na Europa, Lenin não visse aquele apenas como mais um momento da etapa de desenvolvimento do capitalismo, mas como etapa especial e de certa forma decisiva.

Contudo, o que nos interessa é trabalhar e contextualizar as características próprias do período expansionista do capitalismo, em suas relações com a natureza e populações que buscava dominar. Rosa Luxemburgo, em *A acumulação do capital*, dedica o capítulo chamado *A luta contra a economia natural* para se contrapor à ideia ilusória de que o capitalismo “se limita exclusivamente à ‘concorrência pacífica’, isto é, ao comércio regular de mercadorias, tal qual é praticado entre países capitalistas, como base única de sua acumulação” (LUXEMBURGO, 1970, p. 319) e mostrar que o capitalismo necessita permanentemente avançar para outros territórios e outras culturas, para o que está fora dele. Para ela, essa característica da dinâmica do capital, não está presente somente no período da acumulação primitiva nos moldes apresentados por Marx em *O Capital*, no capítulo *A assim*

chamada acumulação primitiva, como um “ponto de partida”, ou “pecado original” que precede a acumulação capitalista (MARX, 2006, p. 251), tampouco é uma característica própria do período imperialista, que a própria descreve em boa medida em *a Acumulação do Capital*.

Para Rosa Luxemburgo, o capitalismo em si possui fins específicos e necessários e por isso empreende uma luta contra o que ela chama de “economia natural”. Esses fins são:

I. Apropriação direta de importantes fontes de forças produtivas, como a terra, a caça nas selvas virgens, os minerais, as pedras preciosas, os produtos das plantações exóticas, como a borracha etc. II. “Libertar” operários e obrigá-los a trabalhar para o capital. III. Introduzir a economia de mercado. IV. Separar a agricultura do artesanato. (LUXEMBURGO, 1970, p. 319).

Para tal empresa,

o método inicial do capital é a destruição e o aniquilamento sistemáticos das estruturas sociais não-capitalistas, com que tropeça em sua expansão. Isso não significa já a própria acumulação primitiva, mas seu processo continua até hoje. (LUXEMBURGO, 1970, p. 320).

Numa só tacada, faz parte portanto do processo de avanço do capital tanto a apropriação da natureza, chamada por ela de *fontes de forças produtivas*, como a dominação das populações nativas. Tão importante como ter domínio sobre territórios fontes de matérias-primas é aniquilar aquelas culturas não-capitalistas que habitam esses territórios. Esse é o ímpeto destruidor de outras culturas pelo capitalismo das sociedades de origem europeia. Contudo, ainda estão muito presentes as concepções eurocêntricas da tradição do evolucionismo cultural na maneira como Rosa Luxemburgo se refere a essas outras culturas. Em um trecho inicial, ela caracteriza as culturas não-capitalistas como “formas sociais em diferentes graus de evolução, desde as hordas primitivas comunistas de caçadores nômades, até a produção camponesa”. Fica evidente aquela noção de “povos primitivos”, que ainda não alcançaram o grau superior na escala social de sociedades baseada na “economia de mercado”. Por sinal, o marxismo, ao menos em suas versões mais mecânicas de interpretação, sempre avaliou de forma positiva o desenvolvimento das forças produtivas, em uma visão otimista sobre o progresso da ciência e da tecnologia em sua capacidade de domesticar a natureza. (ALIMONDA, 2011, p. 32) Mas apesar do eurocentrismo evidente, Rosa Luxemburgo aborda o tema da colonialidade e da natureza em uma perspectiva própria, na qual denuncia a violência imperial como uma empreitada fundamentalmente desumana e socialmente destrutiva. (LOWY, 2015, p. 91) Os métodos empreendidos foram: “a política colonial, o sistema de empréstimos internacionais, a política de interesses privados, a guerra. Aparecem aqui, sem dissimulação, a violência, a trapaça, a opressão, a rapina. Por isso é difícil descobrir as leis severas do processo econômico nessa confusão de atos políticos de violência, nesse confronto de forças”. (LUXEMBURGO, 1970, p. 398)

Feito esse contraponto, queremos destacar que Rosa Luxemburgo compreendia o capitalismo como um sistema mundial, globalizado. Ele depende permanentemente da sua periferia como um pressuposto da sua sobrevivência. (LOUREIRO, 2015, p. 97) Por esse raciocínio é possível então afirmar que a apropriação direta da natureza, a que Rosa Luxemburgo se refere e que como sabemos, desde os períodos coloniais na América até a fase que Hobsbawm chama de Era dos Impérios, é parte característica permanente da sociedade sob hegemonia do Capital. Para Hector Alimonda, Rosa Luxemburgo questiona o modelo de Marx em “O Capital” que “não incorpora a subordinação colonial de povos e de naturezas como condição necessária para a reprodução ampliada desse regime de produção”. (ALIMONDA, 2011, p. 27).

David Harvey também desenvolve esse raciocínio. Primeiramente Harvey questiona o pressuposto que aparece nos textos de Rosa Luxemburgo de que o que gera tal ímpeto do capital seja uma tendência ao subconsumo, ou seja, uma insuficiência de demanda. Ele dialoga com Hannah Arendt para mostrar como o imperialismo colonialista, tal como uma

época de forte expansão, é dinamizado por uma crise de sobreacumulação, quando não mais encontrava investimentos produtivos dentro das fronteiras nacionais (HARVEY, 2003b, p. 119). Apesar de divergir sobre uma tendência a insuficiência de demanda que gera crises, Harvey afirma como verdadeira a conclusão da persistência da acumulação predatória do capital para sua sobrevivência. Ele a atualiza, na elaboração do conceito *acumulação por espoliação*. (HARVEY, 2003b, p. 115-121).

O conceito traz a ideia “de que o capitalismo tem de dispor perpetuamente de algo ‘fora de si mesmo’ para estabilizar-se”. Mas no entendimento de Harvey, para isso, o capitalismo pode usar não somente formações sociais não-capitalistas, ele pode produzi-lo ativamente. Ele defende que persistem todas as características da grande acumulação prévia, que possibilitou o surgimento do capitalismo, relatadas por Marx:

a mercadificação e a privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas; a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão dos direitos dos camponeses às terras comuns [partilhadas]; a mercadificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (autóctones) de produção e de consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (inclusive de recursos naturais); a monetização da troca e a taxação, particularmente da terra; o comércio de escravos; e a usura, a dívida nacional e em última análise o sistema de crédito como meios radicais de acumulação primitiva. (HARVEY, 2003b., p. 121).

Harvey ainda completa o conjunto da acumulação primitiva com características de apropriação e cooptação de realizações culturais preexistentes não apresentadas por Marx. (HARVEY, 2003b, 121).

A *acumulação por espoliação*, com o passar do tempo, cria novas formas de espoliação em relação à *acumulação primitiva*. O autor traz alguns exemplos, como a biopirataria, a destruição ambiental em nome de intensas atividades extrativistas e da monocultura que “resultaram na mercadificação por atacado da natureza em todas as suas formas”, a mercadificação de bens culturais, privatização de bens públicos (como educação) e de recursos naturais como a água. Isabel Loureiro, em artigo intitulado *A menos eurocêntrica de todos - Rosa Luxemburgo e a acumulação primitiva permanente* acrescenta a esta lista a “economia verde”, com seus mercados de carbono (LOUREIRO, 2015, p. 101). A realidade latinoamericana a esse respeito demonstra como os tratados de boas práticas para governança ambiental têm sido insuficientes, para dizer o mínimo, em conter a criminalização, repressão e assassinatos a resistências quando se trata do controle de recursos naturais. (ALIMONDA, 2011b, p. 12).

A *acumulação por espoliação* ocorre de variadas formas em diferentes tempos e territórios, mas é persistente o Estado como garantidor de antigas e novas expropriações seja através instrumentos jurídicos e ou mesmo exercendo violência direta. Hannah Arendt considera absolutamente fundamental o papel do Estado e destaca que ele passa a cumpri-lo de forma diferente a partir da época imperialista. Se antes o investimento de poder abria caminho para o investimento do dinheiro, como nos “descobrimentos”, com o imperialismo passa a seguir “humildemente a locomotiva do dinheiro exportado” (ARENDT, apud HARVEY, 2003b, p. 119). Harvey salienta o papel desenvolvimentista do Estado interligando as lógicas territoriais e capitalista do poder, mesmo que nem sempre convirjam. (HARVEY, 2003b, p. 121).

O que queremos demonstrar é que o capitalismo, em seu caráter espoliador, assume uma face extremamente agressiva ao meio natural e que busca a anulação de formas tradicionais de convivência não-capitalista. Ele não se apresentou assim momentaneamente na história, ou por uma opção lucrativa, mas é uma característica intrínseca a um sistema que busca criar ou destruir fronteiras territoriais para a reprodução de capital. O Imperialismo é, neste sentido, não o único, mas um momento de especial e violenta expansão da modernidade

sobre a América Latina. Esta, subordinada em aspectos de colonialidade no passado e no presente sobre povos e natureza tal qual nos apontam os autores da ecologia política latino-americana sobre a perspectiva Modernidade/Colonialidade.

1.4 A Locomotiva da Ideologia do Progresso no Imperialismo

A locomotiva do Imperialismo não foi adiante sem a construção de um vigoroso conjunto de ideias e justificativas de caráter pretensamente civilizatório que impactou e mobilizou sobremaneira as potências europeias. O Imperialismo empenhou em diferentes continentes um intenso processo de ocidentalização, em que as elites locais viam-se cada vez mais imersas nela. Não à toa, as ideologias que inspiraram o Imperialismo, tal qual o positivismo, foram também as doutrinas modernizantes que inspiraram os governos como o mexicano e o republicano no Brasil. (HOBSBAWM, 2014b, p. 124-125). Fazendo uma interessante analogia, Eric Hobsbawm vê esse conjunto de ideias como

um edifício alicerçado “nos fatos” ligados entre si pelos firmes andaimes de causas determinando efeitos e pelas “leis da natureza”, e construído com as ferramentas confiáveis da razão e do método científico, uma construção do intelecto, que também expressava, quando vista de forma mais acurada, as realidades objetivas do cosmo. Para a mentalidade do mundo burguês triunfante, o gigantesco mecanismo estático do universo, herdado do século XVII e, desde então, ampliado por extensão a novos campos, produzia não apenas permanência e previsibilidade mas também transformação. Produziu a evolução (que podia facilmente ser identificada como o “progresso” secular, ao menos nos assuntos humanos). (HOBSBAWM, 2014b, p. 374).

Essa visão histórica do progresso evolucionista era baseada, de forma explícita em Comte e Spencer, na convicção de que o método científico seria a chegada ao derradeiro estágio depois de passar por inevitáveis estágios anteriores. Era tamanha a confiança que acreditava-se que as conquistas das gerações ocidentais deste período, mais que impressionantes, eram finais. No pensamento dominante, especialmente entre os mais instruídos, o progresso material e intelectual era por demais óbvio para ser negado. Havia certamente quem considerasse que o progresso era descontínuo e contraditório, como Marx, mas que não chegava a negar, mesmo quando mais crítico, que este deveria se expandir. (HOBSBAWM, 2014b, p. 381-382)

Apesar de, as primeiras décadas do século XX, contexto do nosso estudo, a dominância das ideias do progresso deste imponente edifício ser um fato nítido, não podemos deixar de ao menos mencionar que, neste período, a paisagem intelectual se diversificou bastante e abalou esse edifício em diversos campos do conhecimento. Temos como exemplo pensadores proeminentes como Einstein, Freud e Planck, mas outros como Schönberg e Picasso, que, por diferentes caminhos, questionaram essa estabilidade científica repleta de verdades. Contudo, a sensação de ocorrência de uma crise intelectual neste momento ficou restrita entre alguns grupos de formação científica, possuindo ainda pouco impacto no pensamento comum. Na verdade, entre a maioria das pessoas, mesmo instruídas, eram triunfantes as realizações e promessas do progresso (HOBSBAWM, 2014a, p. 375 et seq.), o que, aliás, também é visível em muitos aspectos do nosso tempo. Era crescente o apoio do clima geral do “individualismo competitivo agressivo” diante do capitalismo industrial e do desenvolvimento científico. (WILLIAMS, 2005, p. 119).

A ideologia do progresso se relacionava com muito do que aquela sociedade vivia e havia vivido, mas é notório que, no campo das ciências, o que era mais representativo e que nela exerceu maior influência, foi a teoria da evolução de Charles Darwin. A teoria darwinista não trazia a evolução exatamente como uma novidade. Ela já era conhecida a partir duma história traçada desde o final do século XVIII (WILLIAMS, 2005, p. 117). Mas as bases darwinistas trouxeram, pela primeira vez, um modelo satisfatório para a origem das espécies por meio de termos que eram amplamente conhecidos e que “refletiam os conceitos mais

familiares da economia liberal, a competição”. (HOBSEBAWM, 2014b, p. 383) Também a ideia de competição não era propriamente nova, já estava prefigurada de forma vigorosa, por exemplo, no pensamento do inglês Thomas Hobbes (1588-1679), contudo ganha outros contornos. (WILLIAMS, 2005, p. 118).

A teoria da evolução pela seleção natural estava assumindo então dimensões bem além dos limites da biologia. Trazia o próprio homem para o processo evolutivo e assim abolia a linha divisória entre ciências naturais, humanas ou sociais; unia tudo numa só história cuja dinâmica é dada pelo progresso. Neste processo, reduz-se todos os fatores que acarretam em mudanças na vida social ao longo da história a um esquema baseado em regras de evolução biológica, que constitui o darwinismo social. (HOBSEBAWM, 2014b, p. 390-391).

Na antropologia cultural, através do método comparativo, passou-se a considerar que as diferentes sociedades passam por estágios de desenvolvimento evolutivo, passíveis de se classificar a partir de características comuns existentes. Um de seus maiores expoentes foi Lewis Morgan (1818-1881) que, para se contrapor ao que ele chama de “teoria da degradação humana”¹⁷, quis demonstrar que as diferentes sociedades podem estar em pontos distintos do desenvolvimento humano. São assim passíveis de classificação, a partir de um método de comparação feito em razão de um estoque original, o qual todos os povos humanos compartilham. Para ele, “a experiência humana tem seguido por canais quase uniformes” e que, apesar de diferenças, “as necessidades humanas (...) têm sido substancialmente as mesmas”. Essa evolução gradual se dá através da experiência e da luta por superar obstáculos “em sua marcha a caminho da civilização” e poderiam ser classificados estágios evolutivos como a selvageria, a barbárie e a civilização, além de subclassificações (MORGAN, 2005, p. 55).

As teorias de superioridade racial da “antropologia física” apresentavam como cientificamente adequado o conceito de “raça” para designar as diferenças entre os povos brancos, amarelos, negros, mongóis. Apesar de, em si, isso não implicar em relação de superioridade ou inferioridade, o argumento frágil das raças era apelo comum para se “provar” inferioridades raciais, especialmente se combinadas com as ideias evolutivas, tais como o método comparativo de Morgan ou Tyler (1832-1917)¹⁸.

Chega-se então às teorias racistas, sob a égide da ciência, que apontam “sobrevivências” de estágios anteriores à civilização que poderiam ser encontradas, em alguns casos, até nas nações civilizadas, que podiam ser detectados, por exemplo, nas superstições e costumes do campo. O camponês transformara-se na ligação entre o selvagem e o civilizado. Contudo, para o ponto de vista do Imperialismo, eram os povos não ocidentais em particular que representavam os estágios anteriores à civilização, seja pelo critério da evolução biológica ou da evolução cultural, ou por ambas, o que justificava a missão civilizatória do progresso em outros continentes. Evidentemente que os critérios eram bastante lisonjeiros para os conquistadores, uma vez que as supostas superioridade e inferioridade eram identificadas por critérios de sua própria sociedade.

Apesar de falsamente ciência, uma vez que se foi evidentemente incapaz de se comprovar seriamente essas noções evolutivas¹⁹, eram o “método científico”, a ciência positiva, e a crença na sua infalibilidade, as justificativas e impulsos para se estabelecer as relações de dominação sobre outros povos ou entre/sobre classe. Operavam com fatos e

17 Teoria que explicaria pelo declínio e pela degradação a existência de povos “selvagens” e “bárbaros” (MORGAN, 2005, p. 55).

18 Hobsbawm aponta a obra *Primitive Culture* de E. B. Tylor como a obra mais importante que expressa o método comparativo na antropologia cultural. (HOBSEBAWM, 2014a, p. 401)

19 “A tautologia darwinista (‘sobrevivência dos mais aptos’, sendo que a prova de aptidão era precisamente a sobrevivência) não podia provar que os homens fossem superiores às minhocas pois ambos sobreviviam com sucesso. A ‘superioridade’ era entendida pela redução da equação de igualar história evolucionista a ‘progresso’”. (HOBSEBAWM, 2014a, p. 403)

objetivos precisos que ligavam rigidamente causa e efeito, produziam leis uniformes, “era a chave-mestra do universo” (HOBBSAWM, 2014a, p. 405) que possuíam.

Nos EUA, Hobsbawm destaca que o “darwinismo social” irradiava o conteúdo da livre concorrência como lei fundamental da natureza, em que os mais aptos são os grandes homens de negócios e os menos aptos, os pobres. Mas também tinha conteúdo Imperialista: “A sobrevivência do mais apto também poderia ser indicada, e de fato assegurada, pela conquista das raças e povos inferiores ou pelas guerras contra Estados rivais”. No capítulo II, nos deteremos melhor, em termos práticos e ambientais, a respeito do Imperialismo estadunidense, quando tratarmos do sindicato Farquhar, o grande representante do capital internacional no conflito do Contestado. (HOBBSAWM, 2014b, p. 389-390)

No Brasil republicano o pensamento positivista teve enorme peso. Hobsbawm, de passagem, aponta que, para o pensamento oligárquico brasileiro do período (e também do México de Porfirio Díaz), a ciência significava poder e progresso, uma modernização que deveria ser imposta às atrasadas e supersticiosas massas rurais pelas elites esclarecidas. Significava ainda “o darwinismo social que legitimava os multimilionários americanos”. (HOBBSAWM, 2014b, p. 403-404). Também no capítulo 3, com ênfase na questão ambiental, vamos trabalhar melhor para o que Hobsbawm apenas chama a atenção. A partir do ruralismo, projeto da fração agrária subordinada da classe dominante brasileira, mas poderosa na região contestada, demonstraremos que muitos de seus “ilustrados” buscaram pela ideologia do progresso, e imbuindo-se de uma missão modernizadora, uma *regeneração da agricultura*, para a qual as populações rurais “atrasadas” muitas vezes era um empecilho. (MENDONÇA, 1997, p. 68-69).

Como o nosso foco neste debate está nas noções e relações com a natureza, queremos rapidamente destacar as noções a respeito da natureza que também compuseram o conjunto das ideias do progresso. Como já mencionamos, as relações de dominação que se estabeleceram sobre os povos da América Latina, seja sob a face colonial oficial ou sob relações múltiplas de dependência que se deram, apesar dos processos de independência na região, mantiveram a lógica da colonialidade e se vinculavam inexoravelmente numa dominação sobre a natureza latino-americana.

As ideias de natureza são próprias de cada cultura e variam nos processos históricos. Não trabalharemos com uma noção única de natureza portanto. Ao tratar desta questão, Raymond Williams destaca que não é possível, nem útil, definir *a priori* o que seria natureza. Não só por se tratar uma significação complexa. Para ele inclusive ela possui uma significação ainda mais complexa que termos como cultura, sociedade, classe, indivíduo, arte ou tragédia. O que importa não é seu significado, mas a história e a complexidade dos seus significados, uma vez que, na ideia de natureza, está contida uma quantidade extraordinária de história humana com múltiplos efeitos (WILLIAMS, 2005, p. 89-91), que são próprias a cada cultura e grupos sociais. A Era dos Impérios, pela qual nos interessamos, e sob a ótica dos conceitos dominantes, possui uma maneira peculiar de entender a natureza, e com ela se relacionar, que tem vínculos com os aspectos que já mencionamos, como a crença em uma infalibilidade do método científico, da ciência positiva, da lógica do progresso, do darwinismo social, das “leis naturais/sociais” invariáveis ou da lógica competição.

Mas, além da complexidade dos significados de natureza e do entendimento de que as noções e relações com ela estabelecidas são próprias de cada cultura ao longo da história, também é fundamental compreender que a ideia da natureza é a ideia do homem. Isso não deve ser tomado de forma geral ou abstrata, mas como a ideia dos seres humanos na sociedade e as ideias de tipos de sociedade (WILLIAMS, 2005, p. 94).

Durante a história ocidental esteve presente uma certa ambiguidade quanto às noções de natureza no que se refere ao pertencimento ou não dos seres humanos a ela. Quando se percebe a natureza, o ser humano se vê nela ou fora dela? Essa ambiguidade percorreu a

história passando por transformações na medida que os seres humanos moviam e reorganizavam o meio natural tanto quanto a si mesmos. Não é nosso intuito fazer essa discussão ou nos aprofundarmos nos conhecimentos sobre o pensamento ocidental sobre a natureza, mas queremos chamar a atenção para o que Williams diz a respeito do pensamento europeu do Imperialismo, ou da época do Imperialismo, como o momento em que a natureza é vista decisivamente como apartada dos seres humanos. Essa maior separação se deu porque estava plenamente assimilada a ideia de que, a partir ciência, seria possível descrever os processos naturais em seus próprios termos e assim, ao se alterar ou isolar certas condições em experiência, descobrir como a natureza funciona. Os humanos seriam então “uma mente separada observando uma matéria separada; o homem olhando a natureza”. Mas não somente observação, também a experimentação, a ciência aplicada, como os melhoramentos na agricultura ou a própria Revolução Industrial, demonstrou que a natureza consistia em “um conjunto de objetos que os homens poderiam operar.” (WILLIAMS, 2005, p. 102-103). Desta forma, os seres humanos sentiam-se impelidos a modelá-la, aperfeiçoá-la para sua necessidade dominante, em um período em que não se pensava nas consequências de tal remodelação. Quando percebidas, eram vistas em termos marginais. (WILLIAMS, 2005, p. 106-107).

Por outro lado, as noções de evolução e de seleção natural darwiniana foram o que trouxe novamente a ideia de homem como parte da natureza. Elas trouxeram para as formas naturais mais que uma constituição, trouxeram uma história em que os homens estão no topo da evolução da história natural. A noção darwiniana da seleção natural apropriada socialmente passou para o imaginário social a ideia de sobrevivência, e ainda de sucesso, como conquistas dos mais aptos, mais fortes, mais cruéis (como predadores do topo da cadeia) em um dado ambiente. Para Williams, neste ponto, “a ideia de homem fez parte novamente da ideia de natureza” amargamente através da ideia de selva social. Assim, por meio de exemplos seletivos, a experiência liberal e competitiva de sociedade foi projetada sobre uma natureza recém-alienada. “O que foi um dia uma ratificação, uma certa tolerância natural do egoísmo econômico implacável – a ideologia genuína do capitalismo e o imperialismo iniciais –, tornou-se também, nos nossos dias, uma desesperança, um desespero, o fim do esforço social significativo; pois a vida é assim, se é naturalmente assim, qualquer ideia de sociabilidade torna-se fútil”. Assim, a ambiguidade do pertencimento dos seres humanos à natureza mostra-se útil para aos intuítos de expansão e dominação imperial do capitalismo. Para Williams, tal movimento só ocorre porque, antes de tudo, “trata-se de projeções das ideias dos homens” e não das ideias de natureza sobre o homem. (WILLIAMS, 2005, p. 110-111).

Para finalizar este capítulo que diz respeito às principais bases teóricas que guiarão nosso olhar sobre a pesquisa, queremos apontar algumas preocupações a respeito da investigação do modo de vida caboclo, em suas noções e formas de lidar com a natureza. Como veremos melhor adiante, trata-se de um grupo social bastante heterogêneo, mas que é composto por uma população rural pobre, que apresentou tão forte identificação entre seus membros por interesses comuns e na defesa de um modo de vida que compartilhavam, que protagonizaram um conflito de tamanha grandeza. Esses pontos em comum que deram coesão ao movimento estão, por exemplo, muito relacionados a costumes e práticas econômicas construídas, bem como de visões religiosas próprias, fortemente marcadas no catolicismo caboclo e na crença dos monges, o que nos traz uma reflexão a respeito das metodologias mais adequadas para este tipo de estudo.

De fato, trata-se de um grupo social rural que, sintetizando as palavras de Edward Thompson: foi governado, numa extensão muito maior, pelo costume, ou seja, um grupo que possui formas agrárias costumeiras, expectativas costumeiras sobre certos papéis, relações com significados religiosos. Ao nos depararmos com essa situação, Thompson defende que é

preciso um olhar além de uma certa história convencional²⁰. (THOMPSON, 2001, p. 230). No caso dos caboclos do Contestado, nos deparamos com o desafio de investigações sobre costumes e significações presentes, por exemplo, em composições folcloristas, nas quais encontramos muitas menções às noções de natureza.

Isso nos traz uma primeira dificuldade relacionada às fontes. A pesquisa requer de nós a identificação de problemas que levem em conta o costume e os sistemas de valores que dificilmente foram expressados pelos seus atores a partir de fontes escritas mais convencionais. Thompson chama a atenção que, ao examinarmos uma cultura consuetudinária, as perguntas devem se voltar muitas vezes para a compreensão da textura das relações, que tem mais a ver com o “ser” do que com o “vir a ser”. Os processos de mudança merecem uma *pausa* para nos determos um pouco nos modos próprios de se viver dessa particularidade social, atentando para sua “vida doméstica” que possui muitas determinações e das quais emerge uma “vida pública”²¹. (THOMPSON, 2001, p. 234-235). Desta forma, poderemos trazer à tona a história esses atores, que na historiografia tradicional não são os atores principais (como militares, políticos, pensadores, empresários), mas que em nossa pesquisa queremos dedicar especial atenção como protagonistas.

Pela sua presença, as fontes do folclore têm para nós uma importância grande e, para utilizá-las, precisamos nos afastar da visão de folclore na qualidade de “reliquia”, resquício “de uma antiguidade remota e perdida, como ruínas desmemoriadas de fortificações e povoados antigos” (THOMPSON, 2001, p. 231). A ideia é buscar em significados coletados por folcloristas, como Euclides Felipe, no caso da Guerra do Contestado, informações que são além de “sobrevivências”, para isso, em uma atenção renovada pelas fontes do folclore, inserindo-as nos contextos sociais e “empregando-as seletivamente quando do exame de questões frequentemente desconhecidas pelos antigos folcloristas” (THOMPSON, 2001, 2001, p. 243). Como muitos destes contextos dos sertanejos do Contestado estão presentes em bom número estudos, pretendemos, em diálogo com esses acúmulos, trazer à análise dizeres, contos e mandamentos a respeito da cultura dos caboclos, que estão nitidamente mais no campo do folclore, imergindo-os nos contextos, para extrair mais sobre o seu modo de vida.

Outro aspecto importante de situar que trazemos das reflexões Thompson são os papéis que os protestos podem cumprir para demonstrar significados. A ausência de registros ou a existência de “registros históricos imperfeitos” são situações muito frequentes nos estudos de movimentos rurais do passado e podem acabar por esconder informações que, em situações de conflito, ou situações atípicas, podem se revelar:

Um motim ilumina as normas dos anos de tranquilidade, e uma repentina quebra de deferência nos permite entender melhor os hábitos de consideração que foram quebrados. Isso pode valer tanto para a conduta pública e social quando para atitudes mais íntimas e domésticas. (THOMPSON, 2001, p. 235).

Neste sentido, os processos de mudança, especialmente nos conflitos, merecem forte atenção para dialogar com o que se pode inferir das texturas de relações em dado modo de vida, em seu período de relativa estabilidade. Como tratamos de um conflito de grandes proporções, incluindo organização de redutos de rebeldes, confrontos violentos, ataques dos rebeldes a alvos determinados, podemos encontrar nas propostas políticas explicitadas, nas

20 No artigo Edward Thompson a que nos referimos, ele especificamente está falando da incapacidade da disciplina história econômica em apreciar o costume, bem como a de uma história das ideias mais habitual. Como um historiador marxista, escrevendo neste período, Thompson está também questionando as formas de análise que dão precedência à economia em relação a dimensões por muitas leituras consideradas de menor determinação social, como a cultura.

21 Thompson sugere neste sentido um diálogo com a antropologia social que se propõe a encontrar os sistemas de significação de culturas e costumes de forma sincrônica. Não se refere à antropologia que busca sistemas classificatórios que buscam estruturas universais, apesar de considerar que tipologias podem ser úteis para as pesquisas; refere-se mais à busca por compreender que diferentes grupos sociais podem ter formas particulares de estabelecer seus modos de vida em diferentes dimensões.

reivindicações e nos alvos do movimento alguns aspectos dos costumes de uma “economia moral”.

Sobre esta última categoria, talvez a mais conhecida e debatida das contribuições de Thompson, vamos nos deter melhor no capítulo III, onde refletiremos sobre o *ecologismo caboclo* e temas correlatos. Aqui, apenas mencionamos que “economia moral”, como uma confluência de raciocínios que busca compreender as razões para motins de forma mais complexa do que por motivos econômicos quantitativos, mas como ações respaldadas em costumes, na cultura e na razão (THOMPSON, 2005, 203-205), nos ajudará a perceber mais elementos do modo de vida caboclo, como já fizeram outros autores em diálogo com as contribuições de Thompson e a respeito do Contestado.²².

22 Cf. BRANDT, 2007 e CARVALHO, 2009.

2 PROGRESSO NO PLANALTO CONTESTADO E DOMINAÇÃO DOS SERTÕES E SERTANEJOS

Introduzimos que o principal objetivo da nossa pesquisa é comprovar a hipótese de que a Guerra do Contestado também foi um conflito ambiental na medida em que se confrontaram diferentes formas de se relacionar com a natureza e diferentes noções de natureza. Apresentamos também que, em nossa perspectiva, trata-se de um importante evento da luta de classes da história do Brasil em um momento de consolidação da República e da introdução das relações capitalistas na região do Planalto Contestado, a tal ponto conflituosa, que se desenvolveu uma das guerras mais sangrentas da história do Brasil.

Neste capítulo queremos discutir a atuação das classes dominantes locais, identificadas com o projeto do *ruralismo*, bem como dos atores estrangeiros do capitalismo de tipo imperialista com seus empreendimentos na região, no que tange às ideias que construíram a respeito dos caboclos e do ambiente natural. Essas ações não foram possíveis sem o estabelecimento de relações com o Estado de caráter ampliado, cujo principal papel é de organização “da unidade conflitual de aliança de poder e equilíbrio instável no compromisso entre seus componentes, o que se faz sob a hegemonia e direção, nesse bloco, de uma de suas classes ou frações, a classe ou fração hegemônica” (POULANTZAS, 1990, 145).

2.1 Ruralismo, Progresso e Natureza

Tarcísio Motta de Carvalho em sua tese de doutorado intitulada *Coerção e Consenso na Primeira República: a Guerra do Contestado (1912-1916)* buscou compreender esse conflito como um momento emblemático de constituição do capitalismo brasileiro e apresentou uma importante contribuição que identificou as frações da classe dominante que possuíam a hegemonia nos estados de Santa Catarina e Paraná, bem como seus projetos em suas expressões políticas e ideológicas (CARVALHO, 2009). Guiaremos-nos em boa medida pelas contribuições deste autor²³ e das fontes que coletou, em diálogo com outras pesquisas, para extrairmos as noções de natureza desses grupos sociais associando-as com a forma como encaravam os caboclos.

O autor aponta que na região do conflito existiam frações subordinadas das classes dominantes agrárias no Brasil, mas que na região eram hegemônicas. Essas frações buscaram ampliar a importância econômica da agricultura diversificada e voltada para o mercado interno praticada, por exemplo, nos estados do Paraná e Santa Catarina, diante das frações dominantes associadas especialmente à produção do café. Identifica portanto que os grandes fazendeiros da região ocuparam espaços no Estado e construíram aparelhos de hegemonia enquanto frações hegemônicas localmente, mas como frações subordinadas (mas não alheias ao Estado) a nível nacional²⁴. O Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio foi o

23 Sobre suas conclusões, não temos o que acrescentar e não é nosso objetivo desenvolvê-las. Ao longo deste capítulo contudo trabalhamos algumas ideias presentes em seus argumentos, análises de fontes e em suas conclusões, e as desenvolvemos a partir do nosso objetivo de encontrar as noções de natureza das frações de classe hegemônicas especialmente no estado de Santa Catarina.

24 Sobre o ruralismo, apontamos como referência a obra *O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)* de Sônia Regina de Mendonça. Discordando da noção tradicional de que o *Ruralismo* é uma ideologia que representa “uma contra-reação à progressiva perda de seu poder e prestígio diante dos interesses urbano-industriais”, a autora propõe uma leitura sobre o *Ruralismo* como um **movimento político organizado** que construiu “espaços de poder alternativos ao jogo político-partidário republicano”, “dotado de canais específicos de organização, expressão e difusão, consistindo numa das dimensões do próprio processo de construção da sociedade política no país, visando institucionalizar interesses não hegemônicos junto aos aparelhos de Estado” (MENDONÇA, 1997, 38-39).

principal espaço de atuação dessas frações no aparelho do Estado e a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), fundada em 1897, definida legalmente como uma sociedade civil, era um aparelho privado de hegemonia por onde se organizavam (MENDONÇA, 1997, p. 43).

Em sua matriz discursiva, em linhas gerais, o ruralismo pressupunha a “vocação agrícola do país” e, a partir de novas relações de trabalho e técnicas introduzidas por uma “elite seleta” de produtores rurais “modernos que buscava a redenção do trabalhador nacional e da massa rural, símbolos do atraso”. (MENDONÇA, 1997, p. 178) Apresentava a necessidade de formação e expansão do mercado de trabalho, embora possuísse uma forte característica conservadora na manutenção da estrutura fundiária vigente. Criticava ainda os métodos agrícolas “tradicionais” articulando os interesses agrários e industriais através de um discurso modernizante em uma atualização da “vocação agrícola brasileira”. (MENDONÇA, 1997, 178-179)

Os agentes ruralistas veiculavam a fé na ciência para a promoção da “regeneração da agricultura”. Segundo Mendonça,

Uma “elite ilustrada” se ressaltaria pelo monopólio da faculdade de apontar os erros do presente e do direito de prescrever os atos necessários a corrigi-los: o saber, tornado poder transformava a natureza e os homens em projetos de dominação. (...) Arautos do progresso, tais autores colocavam-se na posição de sujeitos da história do país, não por expressarem a opinião do povo, mas por estarem ao lado da voz do tempo, numa “cruzada” em prol da agricultura, que se alongaria por toda a república. (MENDONÇA, 1997, p. 68)

Assim, Mendonça traz o ruralismo como mergulhado na ideologia do progresso. O diagnóstico era de que havia um estado geral de “anarquia” nos regimes trabalhos, desorganizado pelo fim da escravidão. O trabalhador nacional passou a ser o alvo prioritário diante do que consideraram como “falta de braços para a lavoura” em termos qualitativos e quantitativos. Neste sentido, assim se expressou Achilles Lisboa, presidente da Sociedade Maranhense de Agricultura:

Nossa agricultura é vítima da falta de braços idôneos e desde há muito carece de trabalhadores do campo com qualidade. A falta de ambição do trabalhador nacional, o torna parte de uma população de incapazes, por doença, vícios, malandrice, ignorância e insubmissão absoluta aos mais importantes princípios de conduta que devem dirigir a ação individual da vida coletiva. (apud MENDONÇA, 1997, p. 76-77).

Desta forma, o homem produzido pela escravidão era o responsável pelo atraso e, claro, os ruralistas eram unânimes em isentar os grandes proprietários. O 13 de maio fora “uma espécie de fatalidade” e a solução estaria na reorganização do trabalho e da produção. Ela estava na migração do estrangeiro ou na inserção do mercado de trabalho dos “nacionais” de forma mais ou menos coercitivas. (MENDONÇA, 1997, p. 77).

A última opção possuía diferentes propostas para sua concretização e variou entre os extremos da repressão explícita e da educação. Urgia de toda forma “convencer” os “nacionais”, seja pela violência, seja pelo conhecimento, a incorporarem-se ao processo produtivo. Mas, junto a essa “cruzada” em expandir as relações capitalistas sobre uma massa de camponeses, estava uma noção de natureza que também supunha a incorporação de novas áreas naturais ao estatuto da mercadoria.

Mas a avaliação sobre a natureza contrastava com o atraso do trabalhador do campo. Enquanto o último significava o atraso e a indolência, o meio natural era exuberante e pródigo. O ímpeto civilizador contudo igualmente pesa sobre ele. Na visão ruralista, para que da natureza se extraia a riqueza que está “vacionada” a produzir, é preciso que seja colonizada pelas técnicas produzidas pelo progresso as quais o trabalhador nacional, na condição de “ignorância” que se apresentava, não estava convencido e tampouco apto a empregar.

Desta forma a separação do homem da natureza foi fundamento desse projeto, preparando o trabalhador do campo para extrair da natureza brasileira suas infinitas possibilidades (MENDONÇA, 1997, p. 162-163), desde que domesticada para o mercado. É um processo, como diz Alimonda, que remonta às origens da própria modernidade, cujas transformações da natureza e dos seres humanos em mercadoria ocorre de forma correlata (ALIMONDA, 2014, p. 13). Vejamos como na região do contestado esse olhar diferenciado mas complementar de trabalhador nacional e da natureza se apresentaram.

Carvalho aponta que estas frações de classe identificadas com o ruralismo se localizaram em muitos cargos de comando no interior da sociedade política nos estados de Santa Catarina e Paraná. Assim como outros estados não vinculados à cafeicultura buscaram ocupar também postos nacionais nos governos, a fim de ampliar a importância econômica da agricultura praticada nestes estados. Segundo o autor, nos governos de Hermes da Fonseca (1910-1914) e Wenceslau Brás (1914-1918), o discurso e a ação ruralista em superar o “atraso” e alavancar o progresso ganhou em importância e seu sucesso era “um dos elementos a legitimar a ocupação de postos ainda mais decisivos no próprio aparelho de Estado” (CARVALHO, 2009, p. 69).

O autor preocupa-se em identificar através de fontes que atestam nas ações e nos discursos dos governos estaduais elementos de construção do projeto ruralista. Encontra uma relação do ruralismo com a exclusão dos caboclos e a ação armada movida contra os rebeldes na Guerra do Contestado. Em diálogo com esse autor e com as fontes que apresenta, queremos desenvolver como o olhar sobre a natureza do Planalto Catarinense se relaciona com a exclusão do caboclo.

As principais atividades econômicas das frações identificadas com o ruralismo nos estados de Santa Catarina e Paraná eram a criação de gado e o complexo de exportação da erva-mate. Ambas atividades possuíam setores localizados nas regiões de maior altitude e interioranas do planalto, composto por serras e cortadas por rios e vales, foco da disputa de limites territoriais entre os dois estados, que se resolveu em 1916 (CARVALHO, 2009, p. 71).

As atividades relacionadas à criação de gado estabeleceram-se majoritariamente ao longo dos Caminhos de Cima²⁵, principal ligação entre o sul e o restante do país, por meio de fazendas e pousos para o descanso e engorda do gado transportado. A coleta da erva mate, por sua vez, foi, durante muito tempo, uma atividade característica dos camponeses pobres como atividade complementar. Com finalidade de consumo ou de pequena comercialização, sua coleta ocorria tanto nas terras devolutas ocupadas ou em terras de fazendeiros onde era empreendida por agregados. Contudo, na segunda metade do século XIX, o mate teve uma súbita valorização. O acesso aos ervais em fazenda passou a ser limitado e as terras ocupadas por posseiros que possuíam ervais valorizaram-se. Em decorrência, houve um processo de empobrecimento dos agregados pela limitação do acesso aos ervais nas fazendas e intensificação do “processo de expulsão de pequenos posseiros e, consequentemente, aumentando os conflitos e a violência na região” (CARVALHO, 2009, p. 71).

Os agentes do ruralismo em Santa Catarina tiveram como eixo norteador a noção de atraso do meio rural, autoproclamando-se promotores do progresso moral e econômico do estado. Compartilhavam das propostas do ruralismo no âmbito nacional, contudo havia menor peso para a diversificação da produção por parte de seus defensores²⁶. O discurso veiculado apresentava um diagnóstico de crise na agricultura decorrente principalmente do atraso do homem do campo. Segundo Carvalho, as classes dominantes, contudo, construíram

25 Sobre a constituição dos Caminhos de Cima e as atividades econômicas dos camponeses pobres, ou caboclos, cf. Capítulo III.

26 Carvalho afirma essa situação “porque na visão construída pelas frações dominantes, a imigração estrangeira ao longo do século XIX já possibilitara certo desenvolvimento de uma agricultura diversificada e voltada para o mercado interno” (2009, p. 90).

representações que classificavam e dividiam homem do campo em dois tipos: o imigrante e o caboclo (CARVALHO, 2009, p. 90). Como veremos, essa divisão também supunha uma expectativa diferenciada entre esses dois tipos de homem do campo sobre a aptidão que teriam para transformar a natureza de forma a condizer com a ideologia do progresso.

A principal proposta para superar o atraso e que norteou as políticas públicas no Estado foi a da expansão do ensino agrícola. Neste sentido, foi fundada em 1895 a Estação Agronômica e de Veterinária na colônia de Rio dos Cedros, próxima a Blumenau, sendo transferida em 1904, para um local próximo à capital. Dois Campos de Demonstração foram criados: o primeiro na Estação em Rio dos Cedros e o segundo em Lages, na região serrana. “Conformava-se assim um projeto de centralização das políticas agrícolas com base nestas instituições difusoras de técnicas, saberes e poderes” (CARVALHO, 2009, p. 91-92). Convencidos de tal projeto, as lideranças ruralistas atuaram tanto na sociedade civil como no aparelho de Estado construindo representações que nortegassem políticas públicas que propiciassem a superação do atraso.

As lideranças políticas catarinenses que ocuparam os principais cargos no aparelho do Estado no âmbito estadual compunham o Partido Republicano Catarinense e contrapuseram aos maragatos na Revolução Federalista²⁷. Dentre elas, Lauro Müller era a figura catarinense com maior importância política no cenário nacional. Engenheiro formado no Rio de Janeiro, onde teve contato com as ideias positivistas, foi o primeiro presidente republicano do Estado Santa Catarina (nomeado por Marechal Deodoro da Fonseca), depois tornou-se deputado da Assembleia Nacional Constituinte e senador entre os anos 1900 e 1921. Neste período exerceu outros cargos, como ocorreu entre 1902 e 1906 quando foi Ministro da Viação e Obras Públicas e entre 1912 e 1917 quando foi nomeado Ministro das Relações Exteriores pelos presidentes Hermes da Fonseca e Wenceslau Brás. No âmbito da sociedade civil, concomitantemente foi presidente da SNA, principal aparelho privado de hegemonia do ruralismo, entre 1912 e 1921. Cuidava portanto dos interesses das frações dominadas das classes dominantes agrárias ocupando postos nacionais de destaque (CARVALHO, 2009, p. 75-76).

Além dos cargos que Müller ocupava, Carvalho traz outras evidências da defesa dos interesses ruralistas que interessam mais para os objetivos da nossa pesquisa. Müller apresentou ao presidente Rodrigues Alves relatórios que ressaltavam a contribuição da SNA ao Ministério da Viação e Obras Públicas que presidia. Destacamos um deles datado de 1905:

Sociedade Nacional de Agricultura.

Com a mesma dedicação e perseverança, continua esta sociedade, interessada no estudo das questões agrícolas e na propaganda a favor da lavoura nacional, conseguindo os seus patrióticos desígnios, por si mesma ou mediante a ação das instituições congêneres nos Estados, em geral identificadas com o seu programa ou estimuladas pelo seu exemplo.

Após longos anos de árduo e incessante labor, lutando a princípio com a indiferença que acolhe comumente qualquer tentativa contra hábitos e práticas radicados pelo uso, já se faz sentir com a influência da missão que ela, abnegada e devotadamente, vai exercendo no seio das classes rurais, como assinalam as manifestações da iniciativa privada em cometimento dignos de aplausos e promissores de valiosas conquistas de ordem econômica (BRASIL, 1905, p. 333 apud CARVALHO, 2009, p. 77).²⁸

27 “Por sua vez, os políticos que apoiaram a revolução federalista (...) ocuparam cargos políticos importantes após a conciliação ocorrida em 1902 e, mesmo assim, continuaram alijados dos principais postos do aparelho de estado” (CARVALHO, 2009, 78).

28 Cf. BRASIL. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas, Lauro Severiano Müller no ano de 1905. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905, 333, apud CARVALHO, 2009, p. 77.

Além de enaltecer a SNA, Müller defendia a criação do Ministério da Agricultura enquanto uma reivindicação ruralista naquele contexto. Mas queremos destacar a afirmação do então ministro de governo da importância da SNA e das “instituições congêneres nos Estados” em seus esforços “a favor da lavoura nacional” e contra os “hábitos e práticas radicados pelo uso”, referindo-se ao “atraso” das massas rurais. Está implícito que as iniciativas de caráter privado para a “ordem econômica” possuíam um aspecto civilizador enquanto “missão”, “abnegada e devota”, em favor da lavoura nacional.

Outro importante representante dos interesses ruralistas foi Vidal Ramos, governador entre 1902 e 1905 e entre 1910 e 1914 e grande pecuarista da região de Lages. Ele deixa mais evidente o intuito modernizador do ruralismo, que possuía como importante via as iniciativas de ensino agrônômico:

*... o ensino profissional prático, encaminhado especialmente no sentido de demonstrar aos agricultores as vantagens da aplicação de modernos métodos de cultura e de aparelhos aperfeiçoados, que tornam a produção mais fácil e por isso mesmo, mais barata*²⁹ (ESTADO DE SANTA CATARINA, 1904, p. 32 apud CARVALHO, 2008, p. 80).

Tão valioso departamento de ensino prático de agricultura e de propaganda agrícola, a ativação que melhor se coaduna com o estímulo e ensinamentos de que tanto carece a nossa lavoura, no sentido de ir, desde já, aparelhando os nossos lavradores para as grandes conquistas da vida moderna (MENSAGEM SANTA CATARINA, 1906, p. 30 apud CARVALHO, 2008, p. 80).

Serviço Agrônômico - De alguns anos a esta parte, penetrou felizmente na consciência nacional a benéfica e salvadora convicção de que nossa agricultura precisava fazer novo rumo. Efetivamente, a iniciativa de nossos agricultores estreita-se apertada e manda no círculo de ferro da mais pesada rotina. De essencialmente agrícola, o país apenas tem o nome (MENSAGEM SANTA CATARINA, 1911 p. 45, apud CARVALHO, 2008, p. 81).

Está claro que as palavras de Vidal Ramos mostram-se inteiramente vinculadas às ideias ruralistas. A agricultura precisava de um “novo rumo” cuja principal mudança estava em aparelhar os lavradores “para as grandes conquistas da vida moderna”. A salvação para a agricultura estaria na modernização da lavoura, especialmente em seu caráter pedagógico através do ensino agrônômico, demanda repetidamente pleiteada por esses setores.

Em sua visão, a existência de uma rica natureza do planalto é mais um argumento para aplicação dos modernos métodos. Esta última mensagem, de 1911, segue com o seguinte trecho:

A indústria de laticínios, a cultura dos cereais, principalmente a do trigo, a fruticultura que só por si constituirá uma inesgotável riqueza, as florestas intermináveis de pinho e erva-mate - bastariam para fazer a prosperidade econômica do Estado. Entretanto, o forte e robusto habitante dos nossos campos leva uma existência vegetativa, sem estímulo, sem iniciativa, muitas vezes no ócio, porque a terra exuberante e fecunda lhe dá, por assim dizer, espontaneamente o necessário para a vida simples a que está habituado (...) A causa da inferioridade dos nossos produtos encontra-se nos processos primitivos que a rotina mantém de modo absoluto, firmada no completo desconhecimento da cultura racional da terra, que tem feito a prosperidade de povos que nos devem servir de exemplo e guia (MENSAGEM SANTA CATARINA, 1911, p. 68/69 apud CARVALHO, 2008, p. 80).

Deste trecho, primeiramente destacamos o tom elogioso à natureza. A terra é “exuberante e fecunda”. A riqueza que ela oferece, seja pela extração do pinho e da erva-mate, ou pelo cultivo de cereais e frutas, ou ainda pela produção de derivados do leite, “bastaria para a prosperidade econômica” não fosse a barreira constituída pelo “habitante, forte e robusto”, porém ocioso, desestimulado e preso a processos “primitivos”. Há um contraste

29 ESTADO DE SANTA CATARINA - Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 26 de Julho de 1903 pelo Vice-Governador Vidal José de Oliveira Ramos Júnior. Florianópolis: Typ. Da Livraria Moderna, 1904, p. 32, apud CARVALHO, 2008, p. 80.

evidente entre as qualidades da terra e do caboclo. Interessante notar que os motivos para a “inferioridade” dos processos produtivos do habitante da região, como Vidal Ramos sugere, estejam vinculados à própria facilidade que os caboclos encontram em terras tão fecundas. Nota-se que, apesar das diferenças de caracterização do habitante e da natureza, o processo modernizante deve atingir ambos, homem e natureza.

“A prosperidade econômica do Estado”, que significa em outras palavras a sua inserção competitiva no mercado através de produtos como o mate, trigos e outros cereais, frutas e laticínios, demanda a organização racional do trabalho sobre os recursos que o meio natural oferece. A prosperidade está vinculada à ideia de *regeneração da agricultura* que atinge a natureza pela instituição da propriedade privada da terra na região e, em conjunto, pela instituição de relações capitalistas no âmbito do trabalho que trazia consigo os “benefícios” das técnicas agronômicas.

Pela aparência é possível se questionar se não seriam benéficas as políticas destinadas à educação rural e a uma difusão do saber. A esse respeito, Carvalho menciona que “ocorria em Santa Catarina um verdadeiro processo de disciplinarização da força de trabalho através da imposição dos chamados métodos científicos” (CARVALHO, 2008, p. 82). Junto à disciplinarização vinha um saber da classe dominante generalizada para toda a sociedade negando outras formas de saberes e encobrindo seu caráter de classe. As propostas pedagógicas de regeneração da população rural objetivavam a afirmação de um novo espaço de poder e a criação de uma “nata” de produtores

construída a partir da crença na existência de uma ‘boa’ e uma ‘má’ agricultura, uma agricultura do futuro e outra do passado, separadas, tão somente, pelo acesso aos rudimentos da teoria agronômica. Supondo a divisão social do campo baseada na dicotomia entre agricultores rotineiros e progressistas, a competência técnica dos novos agentes julgava consagrar a neutralização das tensões sociais ver a seus portadores, sem a distinção de classe, que o conhecimento dos procedimentos científicos garantiria a adequação da agricultura brasileira à modernidade do século (MENDONÇA, 1997, p. 94).

Há ainda um outro aspecto que podemos discutir tendo como ponto de partida ainda esta última mensagem de Vidal Ramos que apresentamos. Para o desenvolvimento desta agricultura, o trabalhador nacional precisa estar educado nas técnicas que foram capazes de trazer prosperidade para “povos que devem servir de exemplos como guia”. Está demonstrado que, diante do “atraso” e da “ignorância” dos caboclos, a melhor opção para o processo de mercantilização da natureza está no trabalho imigrante estrangeiro.

Não à toa, quando instituiu-se no início da segunda década do século a estratégia de educação agronômica através de professores ambulantes que visitavam as regiões incentivando a fundação de sindicatos e cooperativas, a atuação destes professores “restringia-se às regiões tradicionais de colonização: Joinville, Blumenau e o Sul do Estado” com exceção à cidade de Lages na região serrana. Através de suas pesquisas, Carvalho afirma ter apenas uma referência de atuação de iniciativas agronômicas na região do Planalto Norte (CARVALHO, 2008, p. 98).

Embora a representação do trabalhador nacional estivesse muitas vezes carregada de aspectos negativos, essa tendência não era absoluta. O próprio Vidal Ramos em outra ocasião afirma que é justo “aos trabalhadores nacionais o mesmo amparo e o mesmo auxílio [que recebe o estrangeiro], para que possam tornar-se úteis à Nação e a si mesmos” (CARVALHO, 2008, p. 117). Assim, mesmo que fosse considerado justo que o trabalhador nacional tivesse o mesmo amparo que o trabalhador imigrante, o primeiro estaria em estado inutilidade e tornar-se-ia útil na medida que adquirisse as qualidades do estrangeiro.

Com o início da Primeira Guerra Mundial houve uma paralisação do fluxo migratório. Neste contexto, Fulvio Aducci, que ocupava o cargo de Secretário-Geral dos Negócios do Estado de Santa Catarina em 1916, em relatório de sua pasta afirma:

Cultivadores do solo, temo-os dentro do nosso próprio território, em condições muito superiores às de qualquer corrente imigratória que possa ser encaminhada para aqui. Refiro-me aos descendentes dos colonos que, desde a primeira metade do século passado, estabeleceram-se em nossas terras; são lavradores e cultivadores já suficientemente experimentados, conhecedores do meio físico e social em que vivem, adaptados ao clima e às espécies de cultura mais apropriados à terra e mais fáceis de transportar e de vender, afeiçoados aos costumes e à legislação do país, perfeitamente aptos para vencer na luta contra a terra virgem e abrupta. Esse é o povo que tem povoado e enriquecido os sertões catarinenses. (RELATÓRIO SGNE, 1916, 6 apud CARVALHO, 2008, p. 118)

Para o secretário, a solução para a questão da mão-de-obra está portanto em um tipo de nacional descendente do estrangeiro, em posição melhor que o imigrante estrangeiro, pois são experimentados e adaptados ao meio social e natural. Desta forma, esse “povo” é o mais apto a “vencer a terra virgem a abrupta”. Aducci transparece ao mesmo tempo as noções que possui sobre a mão de obra camponesa em sua variedade, assim como sobre a natureza materializada no sertão catarinense.

Para Aducci, o imigrante estrangeiro traz consigo métodos e disciplina para o trabalho na lavoura que contrasta com uma visão do caboclo “indolente”, contudo sem possuir conhecimento do meio natural; o seu descendente o supera, tornado nacional, e demonstra-se com maiores condições para extrair as riquezas dos sertões catarinenses. Ele alia muitas qualidades, como a disciplina, com um conhecimento técnico já perfeitamente adaptado às condições naturais. Assim demonstra-se o grande objetivo que o ruralismo no fim expressa em sua relação com a natureza: vencer a “luta contra a terra virgem e abrupta” materializando nos sertões a “vocação agrícola brasileira” cujo trabalhador “perfeitamente apto” seria aquele nacional cuja origem   preferencialmente estrangeira em detrimento do caboclo.

2.2 A Brazil Railway Company

A BRC exerceu papel central nas transforma  es da região da Guerra do Contestado. Contribuiu decisivamente em transforma  es sociais da região, encravando naquelas terras, numa visão que coadunava com a de fra  es da classe dominante³⁰, o discurso do *progresso* e da *moderniza  o* a partir do estatuto da propriedade privada e da explora  o tipicamente capitalista, em contraposi  o ao *atraso* representado pelo modo de vida caboclo.

Certamente que a empresa também construiu rela  es no âmbito do Estado. Não foi sem um íntimo relacionamento com as estruturas de poder da época que se implantou a EFSPRG³¹, conduzido por interesses comuns com poderosos da região, mas também com contradi  es e conflitos entre eles.³² O projeto, a concretiza  o e as consequências, mais ou menos planejadas, da implanta  o Estrada de Ferro situam-se em uma marcha de expansão da propriedade privada e das rela  es capitalistas, envolvendo conflitos e interesses de fra  es dos dominantes que reorientam os poderes políticos e econômicos, mas principalmente põe em prática um violento processo de expropria  o das classes subalternas em uma variedade de aspectos e uma intensa devasta  o da Floresta com Araucária, capazes de alterar

30 Para um estudo sobre esse tema Cf. CARVALHO, Tarcísio Motta de. **Coer  o e Consenso na Primeira república: A Guerra do Contestado (1912-1916)**. 2009. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

31 Envolvendo muitas vezes corrup  o e negocia  as. Cf. ESPIG, Márcia Janete. **Personagens do Contestado: os Turmeiros da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (1908-1915)**. 2008. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

32 CARVALHO, Tarcísio Motta de. **Coer  o e Consenso na Primeira república: A Guerra do Contestado (1912-1916)**. 2009. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009. Cap. 4

substancialmente o modo de vida daquelas pessoas e subjogá-las, aspectos fundamentais nas motivações do conflito da Guerra do Contestado.

2.3 A Estrada de Ferro

Dentro da expansão ferroviária do Império no final do século XIX, foi apresentado um projeto de construção de uma ferrovia que ligasse Itararé, em São Paulo, a Santa Maria da Boca do Monte, no Rio Grande do Sul, passando pelo interior dos Estados do Paraná e de Santa Catarina³³. (ESPIG, 2008, p. 113) Os motivos do empreendimento eram a integração do sul do Império e uma preocupação estratégica sobre os domínios da região que encontrava-se em litígio com a Argentina. Mas, como veremos, também envolvia uma intenção colonizadora.

No ano de 1888, entre as partes Governo Imperial e Engenheiro João Teixeira Soares foi assinado um contrato de estudos para construção da EFSPRG. Os trabalhos de campo foram realizados por Teixeira Soares e sua equipe, entre os meses de janeiro e maio do ano seguinte, e publicados em formato de Relatório (ESPIG, 2008, p. 115).

Nele, Teixeira Soares descreveu uma região que apresenta extremas dificuldades de transporte e um fraco desenvolvimento econômico. “O trânsito era feito por picadões e maus caminhos que estropiavam os animais (um fora, inclusive, devorado por onças) e dificultavam o transporte de bagagens”. Por outro lado, Teixeira Soares argumentava em favor da estrada de ferro, que as dificuldades não poderiam ocultar ganhos financeiros importantes em uma região. Continua o relatório:

atravessando ella em toda a sua extensão a parte de melhor clima do Imperio, corta varias zonas de grande fertilidade que poderiam abrigar em condições de muita prosperidade milhares de immigrantes; podendo-se hoje ter em grão avançado de progresso uma região abençoada e possuirmos viação indispensavel para attender a necessidades (SOARES, 1889, VIII / IX apud ESPIG, 2008, p. 115).

Márcia Janete Espig resume como principais argumentos de Teixeira Soares para a implementação do projeto:

1) o clima, a hidrografia e as condições geográficas da região; 2) a potencialidade deste como pólo de atração de imigrantes, possibilitando dessa maneira, o progresso econômico; 3) a capacidade de geração de lucros através de transporte e mercadorias; 4) a necessidade estratégica de uma Estrada de Ferro que ligasse o centro do país ao sul. (ESPIG, 2008, p. 115)

A proximidade dessa região com outros países, que oferecia o risco de ocupação estrangeira, e a disputa que havia com a Argentina por territórios a oeste deram ao último argumento uma grande importância.

Para nossos objetivos, cabe destacar que Teixeira Soares deixa bem nítida a maneira reificada como depreendia a natureza. As condições naturais da região, descritas pela hidrografia, o clima e a fertilidade, davam a ela muitas possibilidades de “progresso econômico”, que, pela posição das classes dominantes significava a transformação do ambiente natural para a agricultura e a pecuária. A projeção da ideologia do progresso sobre essas regiões vistas como inexploradas resulta portanto numa completa transformação da flora e da fauna da região para adequá-la a atividades econômicas.

Mas, para além da vegetação e dos animais, encarados estritamente como recursos naturais, para o progresso também era exigida a substituição dos habitantes da região. A região “abençoada” se desenvolveria economicamente pela mão de obra do imigrante estrangeiro, capaz de trazer para a região um “grau elevado de progresso”.

33 Márcia Janete Espig demonstra que essa era uma ideia existente desde os tempos da Regência. Neste período, “Pe. Antônio Feijó já havia manifestado interesse na construção de uma Estrada de Ferro com tais características” (2008, p. 113)

Em 9 de novembro de 1889, o Governo Imperial publica o Decreto número 10.432, que dava autorização para a construção da Estrada de Ferro e no qual constava a seguinte introdução:

Concede privilégio, garantia de juros e terras devolutas, mediante autorização legislativa, para a construção, uso e gozo de uma Estrada de Ferro, que partindo das margens do Itararé, na Província de São Paulo, vá terminar em Santa Maria da Bocca do Monte, Província do Rio Grande do Sul, com diversos ramaes (BRASIL, Decreto n. 10.432, de 9 de novembro de 1889).

O Decreto aponta ainda estas concessões para a companhia que Teixeira Soares organizasse, explicitando quantos e quais seriam os ramais da Estrada de Ferro. Estabelece como juros garantidos os 6% sobre “o capital que for necessário à construção da linha principal, até ao máximo de trinta e sete mil contos”, durante 30 anos. Quanto às terras devolutas, haveria uma cessão gratuita “em uma zona maxima de trinta kilometros para cada lado do eixo das linhas de que se trata” (BRASIL, 1889). Os juros e a cessão de terras e cláusulas que vinham em anexo dependiam de aprovação do Poder Legislativo.

É salutar notar que foi dado no conteúdo do Decreto Imperial grande proeminência à questão da colonização em cláusulas específicas. Destacamos os seguintes trechos:

XXXIX - No prazo maximo de 15 annos, a companhia deverá estabelecer nas zonas percorridas pelas suas linhas ferreas e em terras convenientemente demarcadas e divididas em lotes até 10.000 familias de agricultores nacionaes e estrangeiros, sob pena de poder ser declarado caduco o contracto não só quanto á garantia de juros para construcção da estrada. (...)

XLIV - 15% das familias estabelecidas poderão ser nacionaes. As outras serão de imigrantes europeus ou das possessões portuguezas e hespanholas que chegarem ao paiz por sua propria conta ou com passagem paga pelo Governo e quizerem ser localisadas nos estabelecimentos da companhia.

Não toma, pois, o Governo outro compromisso que não seja o de encaminhar os imigrantes para as localidades de sua escolha, proporcionando-lhes os meios de transporte nas vias ferreas ou linhas de navegação, até ao ponto mais proximo do seu destino, onde serão recebidos pelos agentes dos contractantes.(...)

XLVI - A companhia receberá uma subvenção de 250\$ por familia de imigrantes estrangeiros composta, no minimo, de tres pessoas válidas e aptas para o serviço agricola; pelas familias de nacionaes com o mesmo numero de pessoas, aquelle auxilio será reduzido a 200\$000. (BRASIL, 1889).

Nestas cláusulas fica evidente que um dos objetivos do Governo era ocupar a região, especialmente com imigrantes estrangeiros. Tratava-se de um plano de colonização que limitava em apenas 15% o número de famílias nacionais do total famílias estabelecidas sob pena de anulação da garantia de juros no caso do não cumprimento do prazo para o estabelecimento. Além disso, a garantia de transporte dos imigrantes com custos para o governo e a subvenção em valor 25% maior para estrangeiros demonstram que a expectativa para a construção da estrada de ferro trazia consigo um empenho de colonização com gastos para governo imperial que privilegiava sobremaneira o imigrante estrangeiro e praticamente excluía as famílias nacionais da ocupação da região. Esse intento de “europeização” como vimos também era compartilhado por Teixeira Soares.

Apenas seis dias após a publicação do decreto, a monarquia caiu e foi proclamada a República. O Decreto contudo sobrevive. É retomado com algumas mudanças nos primeiros meses da República através do Decreto 305 de 7 de abril de 1890 que “Declara effectiva a concessão feita pelo decreto n. 10.432 de 9 de novembro de 1889”. Dentre as alterações, encontramos a redução da faixa de terra cedida para 15 km de cada lado e incorporação da Cláusula IV, que tornou sem “*nenhum efeito*” as cláusulas 39ª a 46ª “(...) concernentes ao estabelecimento de famílias de agricultores nas zonas percorridas pela estrada de ferro” (BRASIL, 1890).

A passagem da Monarquia para a República afetou portanto de forma importante o projeto inicial ao retirar dele a parte que versava sobre a colonização. Para Márcia Janete

Espig os motivos para isso têm origem no caráter militar do Governo Provisório. As Forças Armadas teriam dado mais importância ao caráter estratégico de defesa do que na questão econômica, que contudo não se torna totalmente alheia ao projeto. Soma-se isso à suposição de que os gastos com a colonização da forma até então acordada seria demais onerosa, tanto para o governo central como para a iniciativa privada (ESPIG, 2008, p. 119).

Nos anos seguintes muitas outras mudanças ocorreram, a começar pela falência de Teixeira Souza. Houve assim mudanças na concessão e complicações para o estabelecimento das novas empresas concessionárias. Desta forma, a nova concessionária Companhia União Industrial dos Estados terminou de construir somente em 1899 o primeiro trecho da ferrovia, entre Rebouças e Ponta Grossa, num total de 132 quilômetros de trilhos. Houve a incorporação de outros trechos com participação também da empresa *Compagnie Chémins de Fer Sud-Ouest Brésiliens* (ESPIG, 2008, p. 121-122).

Mas queremos chamar a atenção para uma nova divisão da linha principal entre Linha Norte e Linha Sul. Ela pode nos demonstrar como o interesse econômico não esteve de forma alguma alheia à construção na estrada de ferro durante a República, apesar da importância à defesa do território nacional no Sul do Brasil. Tendo Ponta Grossa como referência, com a divisão temos a Estrada de Ferro direcionada à São Paulo, formando a Linha Norte. A parte que forma a Linha Sul, descia ao sul das barrancas do Rio Uruguai. A primeira era vista como mais lucrativa por ser mais habitada, próxima às regiões mais ativas economicamente, podendo transportar “cereais, gado, batatas, café, além de passageiros” (ESPIG, 2008, p. 123). Ao sul, que corta a região do contestado, nesse momento, valorizava-se a necessidade estratégica e seu desenvolvimento era esperado como consequência do estabelecimento da própria ferrovia:

Se a linha norte apresenta-se assim com aspecto tão favorável em relação ao tráfego, o mesmo não acontece com a que se dirige para o sul. Ahi o desenvolvimento das terras tem sido provocado pela própria estrada que, além disso, tem como concorrentes estradas de rodagem paralelas a sua direção e os transportes por via fluvial. Mas toda a região atravessada é de futuro, com vastos hervaes e florestas onde dominam o pinho e a imbuia (MINISTERIO DA VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS, 1909, p. 294 apud ESPIG, 2008, p. 123).

Neste documento do Ministério da Viação e obras Públicas, a lucratividade da ferrovia estava em boa medida contando com um desenvolvimento futuro provocado pelo estabelecimento de novos empreendimentos e relações econômicas com a existência da estrada de ferro. Isso ficará mais evidente mais adiante. Mas chamamos a atenção para que, além dos ervais, como uma via para o progresso econômico, estão mencionados no documento o pinho e a imbuia, dois tipos de árvores que predominavam na floresta e que poderiam ser exploradas pelo mercado de madeiras.

Este primeiro apanhado histórico e apresentação de alguns documentos é relevante para chegarmos a mais importante mudança de concessão, que significou a constituição da BRC como um audacioso empreendimento de Percival Farquhar. A BRC adquiriu a EFSPRG em passos. Espig apurou que, em 1906, a BRC iniciou a compra de ações e, já no ano seguinte, passou a dominar a diretoria da empresa. O contrato definitivo da concessão contudo foi celebrado somente em novembro de 1909, dando à BRC direitos de exploração da rede, passando a “administrar, dirigir e gozar” de toda a concessão (ESPIG, 2008, 133).

A BRC teve como fundador e à época foi presidida pelo estadunidense Percival Farquhar. Natural de York Pensilvânia. Graduou-se em engenharia mecânica e direito (mas nunca exerceu advocacia). Entre 1885 e 1889 trabalhou na exportação de máquinas agrícolas fabricadas pelo pai, foi membro da Assembleia Legislativa do estado de Nova York. Tornou-se funcionário de empresas privadas de bondes elétricos em subúrbios de Nova York, além de um especulador em Wall Street, sendo malsucedido durante a Depressão de 1893 a 1897. Em 1898, foi para Havana e conquistou a principal concessão para eletrificação dos bondes,

fornecimento de energia e iluminação. Nos anos seguintes, associou-se ao construtor ferroviário canadense Van Horne e construiu a ferrovia Cuba Railroad. Conseguiu uma concessão ferroviária e terras para plantio de banana para a United Fruit Co., de Minor Keith na Guatemala entre 1903 e 1904.

O capital Farquhar chegou ao Brasil em 1905. Associado ao empresário de ferrovias e energia também estadunidense F. S. Pearson, organizou a *Rio de Janeiro Tramway Light & Power Company*. Adquiriu subsidiárias de proprietários de linhas sediados no Rio de Janeiro, eletrificando o estado. Em 1906 formou a *holding* BRC, de proporções gigantescas e financiada por capital europeu. No mesmo ano, iniciou a construção de portos em Belém, no Rio Grande do Sul e a ferrovias Madeira-Mamoré (GAULD, 2006, p. 437-438)³⁴. Em poucos anos já detinha as principais ferrovias de São Paulo (a Sorocabana, a Mogiana, a Paulista, a *São Paulo Railway*), a *Chemins de Fer Du Brésil* no Rio Grande do Sul, todas as ferrovias do Paraná, mais duas em Santa Catarina e a Madeireira Mamoré. Possuía concessão dos Portos de Belém, Rio, Paranaguá e Rio Grande, além de serrarias, fazendas de gado, hotéis e participação nas empresas de iluminação do Rio e São Paulo.

Organizava empreendimentos que buscavam a aquisição de concessões lucrativas, integrando-as a outras atividades para ampliar os lucros. Especializou-se em concessões públicas e assim dirigia uma série de investimentos de caráter tipicamente imperialista, associando-se a grandes empresários e capitais de muitas origens. Levava consigo a expansão de capitais imperialistas, relações e atividades capitalistas, bem como seu consequente processo de expropriação de grupos sociais locais e de vastos territórios nativos como veremos no caso em estudo.

Aparentemente, foi no ano de 1906, participando da Terceira Conferência Pan-Americana no Rio de Janeiro, que Farquhar se entusiasmou para o ambicioso projeto de “constituição de um grande sistema ferroviário unificado na América do Sul, formando uma vasta rede, em conexão com Argentina, Uruguai e Paraguai, estendendo mais adiante sua ação também à Bolívia e Chile (ESPIG, 2008, 128). Neste contexto foi criada a BRC e houve a aquisição da Estrada de Ferro São-Paulo Rio Grande (EFSPRG).

Como dissemos, a BRC era uma empresa *holding*, ou seja, controlava outras empresas através de participação acionária, cujo objetivo inicial era comandar muitas estradas de ferro no sul do Brasil e outros países da América do Sul. Conquanto o nome da empresa remeta à ferrovia, a BRC englobava ainda outras atividades que conformassem um sistema para maior proveito econômico e obtenção de lucros através de empresas de diversificados ramos, como ferrovias, portos, frigoríficos, fazendas de criação de gado, serrarias e hotéis. (XAVIER CARVALHO, 2010, 223).

A importância dessas atividades variava e por vezes não podiam ser consideradas como meramente complementares. Em 1909 o próprio Farquhar escreveu: “Os lucros a serem alcançados a partir do desenvolvimento da madeira em nossas terras bastariam para justificar a construção de um grande trecho do sistema SPRG” (GAULD, 2006, 280).

Desta forma o capital internacional penetrava o sul do Brasil de forma inédita. O caráter *espoliador*³⁵ do capital estrangeiro gerenciado pelo *holding* se apropriava dos recursos da região de forma bastante diversificada e movimentava capitais conforme percebemos na seguinte descrição da companhia feita por Espig:

Tratava-se de uma Companhia internacionalizada, pois nenhuma de suas empresas estava em solo norte-americano, embora este fosse o fórum para ações e processos legais. Como frisa Lanna (2002, p. 65), enquanto os negócios estavam fisicamente no Brasil, os investidores lesados estavam na Europa. É interessante notar que esta

34 Charles A. Gauld era ao mesmo tempo biógrafo e declarado admirador de Farquhar. O descreve como o “último Titã” e um grande promotor do progresso em países atrasados (sic).

35 Cf. Capítulo I, discussão a respeito do conceito de *acumulação por espoliação*.

empresa concentrou grande parte dos investimentos franceses no Brasil no período.
(ESPIG, 2008, p. 129)

2.4 A Madeireira *Lumber*

Não poderíamos refletir sobre os impactos da BRC sem estudarmos com mais afinco uma estratégia de exploração específica do Sindicato Farquhar para a região, com devastadoras consequências sociais e ambientais: a exploração madeireira a partir da subsidiária *Southern Brazil Lumber and Colonization. A Lumber*, como é mais conhecida, foi instalada com objetivos principais de explorar a madeira da região e, em seguida, vender as terras desmatadas em lotes para colonização. Detinha a maior serraria da América do Sul, no município de Três Barras, cuja tecnologia era inigualável no Brasil. Instituiu uma produção agressiva de madeireiras atingindo cifras astronômicas de produção e devastação, (XAVIER CARVALHO, 2010, 226) apesar deste não ser o único fator de desmatamento na região do Contestado³⁶.

Em verdade a indústria madeireira na região só se tornou possível com a ferrovia, exercendo enorme pressão sobre as florestas. Segundo Xavier Carvalho (2010, p. 231), “antes da ferrovia a produção madeireira era praticamente insignificante e apenas voltada para demandas locais por madeira serrada, pois os meios de transporte eram vitais nesse tipo de atividade”. As atividades que movimentavam a economia estavam majoritariamente relacionadas com a pecuária e a erva-mate. O autor dá um exemplo que demonstra o impacto da ferrovia para a atividade madeireira:

A ferrovia São Paulo – Rio Grande, em construção [em 1905], e que alcançava apenas São Paulo e o Paraná, e na época estava sob o comando de Roxo Roiz e outros, apresentava apenas 3.934 toneladas de madeira transportada naquele ano em seu relatório. Em contraste em 1914, a linha Itararé – Rio Uruguai registrava 41 mil toneladas de madeira transportada (XAVIER CARVALHO, 2010, p. 231).

Data de 1903 uma autorização especial do Ministério da Viação de Obras Públicas para a EFSPRG explorar a madeira nas terras que constituíam os tais 15 quilômetros de cada lado da estrada de ferro (XAVIER CARVALHO, 2010, p. 231). O significado desta resolução era a permissão para desmatamento de dezenas de milhares de quilômetros quadrados. Mas é em 1909 que *Lumber* passa a ter tal autorização para, em pouco tempo, estimular grandes transformações³⁷.

Quando a BRC toma a dianteira do empreendimento ao obter o controle acionário da EFSPRG, em seus planos também estava a exploração da abundante presença de pinheiros, da imbuia e outras espécies de madeira de lei. Logo de início, em 1906, a empresa instalou um primeiro “engenho de serrar” na região. O aproveitamento da madeira neste momento está direcionado para a confecção de dormentes e tábuas para as estações, alojamentos, depósitos, armazéns e outras construções.

Mas logo se demonstrou que a exploração da madeira na região não seria unicamente subordinada ao apoio estrutural à construção ou manutenção das linhas de trem. Para aproveitamento da autorização de 1903, o Sindicato Farquhar organizou, com um capital inicial de 100 mil dólares, no ano de 1909, em Miami (EUA), a *Southern Brazil Lumber and Company* (THOMÉ, 1983, 123).

36 Miguel Mundstock Xavier de Carvalho aponta três principais fatores de desmatamento da Floresta com Araucária: as atividades agropecuárias, o uso da lenha e a indústria madeireira. “A agropecuária representou uma transformação da floresta ainda mais radical do que aquela praticada pela indústria madeireira, pois acabou por eliminar completamente a cobertura florestal de amplas áreas, só permitindo ocasionalmente a regeneração de capoeiras, pequenos bosques fragmentados” (XAVIER CARVALHO 2010, p. 32).

37 Com base em sua pesquisa sobre a atividade madeireira na Floresta com Araucária, Xavier Carvalho constrói um interessante quadro da história da exploração madeireira e do desmatamento da Floresta com Araucária, tabela que reproduzimos no anexo 1.

Através do Decreto nº 7.426, de 27 de maio 1909, assinado pelo presidente Afonso Pena, é concedida à *Lumber* autorização para funcionar na República. O documento dá a concessão em acordo com os estatutos que a empresa estadunidense apresentou e também aprova cláusulas de exigências mínimas. Na verdade, as exigências são apenas formalidades pois apenas se demandava da empresa um representante no Brasil, na Cláusula I, em observância das frágeis leis nacionais.³⁸

O estatuto da *Lumber*, mencionado pelo decreto, é bastante revelador do ímpeto explorador de matérias primas e de seu caráter imperialista no âmbito do capitalismo das primeiras décadas do século XX. O artigo 2º em especial menciona os fins da corporação:

Explorar o negocio de madeiras em todos os seus ramos em qualquer parte do mundo. (...) comprar ou adquirir por outra forma, possuir, ter em mãos, melhorar arrendar, vender, hypothecar e usar ou desenvolver por outra forma o negocio de madeira de pé, madeira para fins agrícolas, terras para pastagens e outras para outros fins da companhia em qualquer parte do mundo. Edificar, construir, manter e explorar, comprar, vender, hypothecar, arrendar e empregar de outro ou qualquer modo instalações de oficinas para o desenvolvimento de bosques e terras e para desenvolver commercio dos varios productos e sub-productos dessas terras bosques. Fabricar, comprar, vender, importar e exportar ou negociar por outro qualquer madeira de construção, madeira em geral, tóros, taboas, cascas de arvores, polpa e todos os artigos productos e sub-produtos de madeira (BRASIL, Decreto n. 7.426, de 27 de maio de 1909. Senado Federal).

A ação que se pretendia perante a natureza, quer seja a terra, a madeira – já mencionada enquanto produto dos pinhais e demais árvores – ou os produtos da madeira, é designada a partir dos verbos *explorar*, *comprar*, *vender*, *negociar*, *hypethecar*, *edificar*, *construir*, *fabricar*, além de muitos outros, que na lógica do texto, dão clara noção de natureza enquanto essencialmente uma mercadoria. Onde se tem árvores, se vê somente a madeira; quando devastadas, na maioria das vezes as terras limpas e valorizadas, são vendidas; quando há possibilidade de produção, se almeja a produção de excedentes.

Há ainda termos aliados aos verbos mencionados. *Desenvolvimento* e *commercio* dão o tom do progresso almejado pelas autoridades brasileiras e empreendido com ímpeto e bom grado pelo Truste Farquhar. A ferocidade do capitalismo que se pretendia (e que foi exercida) dentre outras coisas, significou uma devastação sem precedentes dos pinhais e outras árvores que caracterizam a Floresta com Araucária; uma intensa movimentação do mercado de terras da região, alterando importância e valor das terras, muitas delas contestadas pelo estado de Santa Catarina e Paraná; por conta dessa querela, envolveu-se portanto com o conflito já existente e com os posicionamentos sociais, econômicos e políticos dos donos de terras da região, grandes ou pequenos; e retirou, com grande violência, as gentes posseiras que viviam naquelas terras e delas sobreviviam toda a possibilidade de ali se manterem. Por isso, não só a Estrada de Ferro, mas com especial protagonismo a subsidiária *Lumber*, fez-se presente na Guerra do Contestado.

Em conjunto com a exploração da madeira de diversas formas, principal atividade da *Lumber*, o seu estatuto prevê ainda uma série de atividades outras: desenvolver uma sorte de ações que signifiquem a compra, construção ou alteração de caminhos, estradas de ferro, para passageiros ou cargas; transportar para quaisquer localidades, seja por terra, rios ou mares, materiais e passageiros; construir, comprar ou incorporar portos e embarcações com fins em vantagens nos negócios; construir ferramentas; explorar, seguido de uma série de outros verbos que designam que os objetos a que se referem são estritamente mercadorias, os recursos minerais e desenvolver mineração; “fazer (...) negócio de agricultura e de lavoura em todos os seus ramos”; negociar terras, bens móveis e imóveis; estar no negócio de “hotéis, construções, obras, estradas, caminhos, minas, fundições, linhas férreas urbanas, caminhos de ferro, reservatórios, cursos de água, aqueductos, caes, fornos, serrarias, oficinas de

38 Cf. BRASIL, Decreto n. 7.426, de 27 de maio de 1909. Senado Federal.

trituração, obras hydraulicas, obras electricas, fabricas, armazens e outros trabalhos que possam parecer directa ou indirectamente conducentes a qualquer dos fins da companhia”; operar borracha; adentrar em operações mercantis, negócios de ações (BRASIL, 1909). Enfim, certamente que um estatuto de uma empresa de cunho imperialista como a *Lumber* precisou se resguardar legalmente das inúmeras situações e permiti-la estar apta a explorar quaisquer possibilidades de lucros num contínuo processo de expropriação. Ele acaba também demonstrando a brutalidade e a diversidade de caminhos que esse capitalismo da *Lumber* pretendia ao adentrar o território.

Para cumprir seus intentos, de imediato a empresa tratou de se apoderar das terras de seu interesse no planalto Contestado e na região dos campos gerais do Paraná. Até 1911 a *Lumber* já havia adquirido aproximadamente 2250 quilômetros quadrados “de terras cobertas em sua maioria de Florestas com Araucária primárias”. Anos depois as terras devastadas foram postas à venda. Xavier Carvalho aponta que, em relatório BRC do ano de 1910, os *experts* da *Lumber* avaliavam em 4 bilhões de pés BM³⁹ (9.440.000 m³) de madeira disponível para serrar o total das madeiras existentes nessas fazendas. Nele também se encontra a reveladora colocação: “um praticamente inexaurível suprimento de madeira nas terras incluídas na concessão da São Paulo – Rio Grande”. Chama a atenção a ideia de uma floresta inesgotável, para qual certamente não seria necessário qualquer “economia de recursos ou reflorestamento” (XAVIER CARVALHO, 2010, p. 233).

O domínio sobre essa área foi conquistado a partir de diferentes estratégias. A própria ocupação das terras e atividades ali desenvolvidas antes da chegada da BRC e da *Lumber* era muito variada. Havia ricos fazendeiros, políticos influentes, coronéis da Guarda Nacional, além de outras sortes de fazendas. A criação de gado era uma atividade que predominava junto a culturas diversas e engenhos de erva-mate. Contudo, parte significativa era composta por terras devolutas, ocupadas por caboclos posseiros. Estes constituíam inúmeras famílias que tinham acesso extremamente limitado à justiça. A existência desses sertanejos dentro das propriedades que “pertenciam” legalmente à *Lumber* era muitas vezes de conhecimento da empresa. Sherman Bishop, que foi diretor da *Lumber*, aponta em relatório a presença de “intrusos” em uma dessas propriedades:

Esta propriedade sempre teve intrusos na mesma, porém desde que os funcionários do Governo do Paraná informou gente de se servirem á vontade há muito mais e, actualmente ousou dizer que há 500 familias espalhadas sobre a propriedade toda, que é grande (...).(APESC, 1917. p. 4, 5. apud XAVIER CARVALHO, 2010, p. 204)

Não só por haver posseiros não legalizados, a questão das terras devolutas envolvia conflitos. Em razão de parte delas se situarem em região contestada pelos estados de Santa Catarina e Paraná, a situação delas, aos olhos empresa estrangeira, dependia se as posses das terras de posseiros já legitimadas, ou mesmo terras de fazendeiros, haviam sido compradas ou adquiridas junto ao estado de Santa Catarina ou Paraná. Junto com os “ilegais”, os posseiros caboclos, a *Lumber* expulsou também detentores de posses legitimadas e proprietários que adquiriram suas terras diretamente junto ao estado de Santa Catarina. Para isso, valeu-se de um contingente armado, comandado pelo coronel Palhares, antigo oficial da polícia paranaense e famoso pela violência praticada (MACHADO, 2004, p. 148).

É importante mencionar que, para evitar embaraços legais, a empresa se preocupou em procurar meios para conseguir facilidades no âmbito do estado. Lideranças políticas de ambos os estados foram cooptadas para esse fim, conforme enumera Paulo Pinheiro Machado:

(...) O vice-presidente do Paraná, Affonso Camargo, foi advogado da Lumber enquanto exercia este cargo público. O coronel Henrique Rupp, superintendente municipal de Campos Novos, foi inspetor de terras da Brazil Railway também na mesma época em que exercia seu mandato, no período em que esta companhia expulsa os posseiros e proprietários legítimos do vale do rio do Peixe. O jovem

39 Esta sigla significa pés Board Measure. Na conversão, 1 pé B.M. equivale a 0,002360 m³. (XAVIER CARVALHO, 2010, p. 271)

advogado leigo Nereu Ramos, filho do ex-governador Vidal Ramos, era, 1916, representante oficial dos interesses da Lumber junto ao governo de Santa Catarina. (MACHADO, 2004, p. 149)

O Sindicato Farquhar portanto não apenas obteve posse sobre as terras, mas, a partir da confluência de interesses com poderosos da região, exerceu domínio sobre um território estrangeiro, que lhe davam privilégios, facilidades legais e até o “direito” a mais violenta coerção em caso de conflito com “nacionais”. Protegido por essa teia de interesses e “poderes” adquiridos ou co-adquiridos, sem muitas dificuldades, a *Lumber* construiu um verdadeiro complexo industrial e, dentro dele, suas serrarias.

A maior delas, Três Barras, foi concluída em novembro de 1911 e possuía proporções gigantescas, tornando-se a maior da serraria da América do Sul. Foi construída em plena Floresta Ombrófila Mista e bem próxima aos trilhos da EFSPRG. Possuía um complexo maquinário com tecnologia de ponta. Levantamento feito por Xavier Carvalho mostra uma capacidade produtiva “de 200.000 pés BM (472 m³) por dia (num dia de 20 horas de trabalho). Cerca de 400 a 500 pessoas trabalhavam na serraria, entre caboclos e imigrantes das colônias mais próximas”. No seu entorno foi construído “todo um complexo madeireiro, que incluía hospital, armazém, cassino e um cinema” (CARVALHO, 2010, p. 242). Pouco depois de sua inauguração, também foi concluída uma ligação ferroviária unindo-a ao Porto de São Francisco do Sul, Santa Catarina. Delmir Valentini afirma que com a instalação da *Lumber* “os moradores da região assistiram ao desaparecimento das árvores milenares, de onde brotava o sustento da fauna e do homem da Floresta Ombrófila Mista” (2009, p 247).

Em termos tecnológicos, a *Lumber* desenvolvia um inovador processo mecanizado de exploração de madeira com ramais com extensão de até 30 quilômetros, da serraria até os pinhais mais densos. Assim Tomporoski relata o processo produtivo do corte até a exportação:

O início do processo ocorria com o corte das toras no meio da floresta, tarefa executada por grupos de trabalhadores que se embrenhavam nas matas, selecionavam e serravam as árvores. Em seguida, as toras que jaziam no chão eram presas por longos cabos de aço – cada qual com centenas de metros de comprimento – e içadas por guinchos movidos a vapor comprimido. As enormes toras eram arrastadas até a margem dos ramais ferroviários, construídos pela própria empresa, que poderiam atingir até trinta quilômetros de extensão. Ao serem arrastadas, destruíam toda a vegetação existente no percurso, ou seja, árvores menores, espécies economicamente menos interessantes e também grandes quantidades de árvores de erva mate, cuja extração consistia em recurso preponderante para a sobrevivência da população pobre que habitava a região. Após chegar a beira dos trilhos, o mesmo guincho erguia as toras e as colocava sobre vagões que eram conduzidos até o engenho da serraria, no centro da vila de Três Barras. No interior do engenho, as toras eram serradas, selecionadas e armazenadas mecanicamente. Subsequentemente eram carregadas em vagões e transportadas até os portos de São Francisco do Sul e Paranaguá e dali enviadas ao exterior. (TOMPOROSKI, 2013, p. 32).

As figuras 1, 2, 3 e 4 vistas em sequência complementam visualmente este processo descrito pelo autor:



Figura 2. Embarque de vagões com toras na mata. O trabalho era efetuado com a ajuda de guinchos movidos a vapor comprimido, s/d. Imagem digitalizada. MTB (Museu de Três Barras)

Fonte: TOMPOROSKI, 2013, p. 114



Figura 3. Chegada das toras à serraria da Lumber. Imagem digitalizada, s/d. MTB.

Fonte: TOMPOROSKI, 2013, p. 124

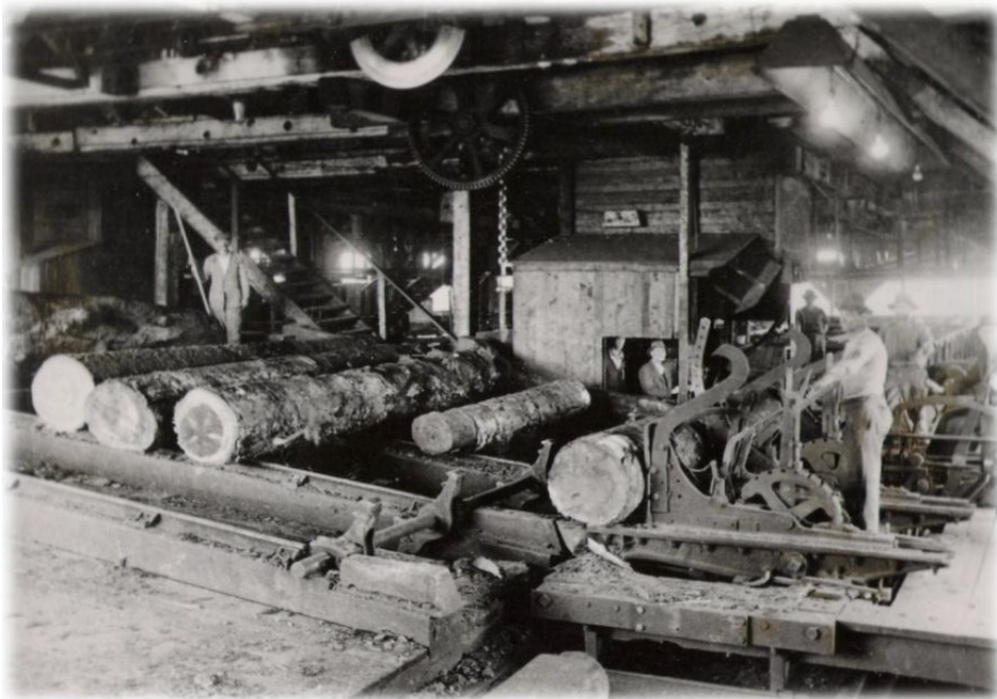


Figura 4. Toras rolando em direção a um “carro serrar”, responsável pela transformação das toras em pranchões, s/d. Imagem digitalizada. MTB.
 Fonte: TOMPOROSKI, 2013, p. 126



Figura 5. Vista parcial do setor de empilhação da Lumber, ao centro vagonetes carregados com tábuas recém serradas são levados para os estaleiros de empilhação, s/d. Imagem digitalizada. MTB.
 Fonte: TOMPOROSKI, 2013, p. 131

A mão-de-obra utilizada pela *Lumber* também era de grandes proporções e o emprego de relações transformadoras impostas pelo avanço do capital estrangeiro teve grande impacto e gerou conflitos. A quantidade de trabalhadores variou ao longo dos anos, sendo superior nos períodos de construção e instalação. Conquanto haja dificuldades de um levantamento exato, os pesquisadores que se debruçaram sobre o tema acreditam que a empresa manteve continuamente cerca de quatrocentos a seiscentos trabalhadores (TOMPOROSKI, 2013, p. 148).

A proporção entre trabalhadores de origem nacional e estrangeira aparentemente mostra-se equilibrado. Tomporoski apurou que os trabalhadores de origem nacional representavam quase 53% da mão de obra da companhia e os trabalhadores de origem estrangeira correspondiam a pouco mais de 47%. Contudo o autor ainda destaca “que grande parte dos trabalhadores considerados catarinenses e, principalmente, paranaenses⁴⁰, eram, na verdade, imigrantes, principalmente poloneses, assentados em colônias”, o que nos traz a constatação de que o número de imigrantes era consideravelmente superior (TOMPOROSKI, 2013, p. 148).

A instalação da *Lumber* com um processo industrial tão sofisticado e mecanizado, empregando centenas de trabalhadores, teve grande impacto “nos seus próprios costumes, em seus bairros rurais, em uma festa, uma reunião coletiva de trabalho ou em uma bodega”. Eles deveriam apresentar-se com o “comportamento esperado pelos dirigentes da companhia, pelos seus chefes imediatos, pela polícia, pelo aparato judicial, pelos indivíduos das classes abastadas daquela sociedade”⁴¹. As tentativas de estigmatização dos costumes sertanejos, considerados desajustados, e de disciplinarização do trabalho não impediram que o sertanejo continuasse a considerar seu modo de vida válido e justo, e a manter uma concepção que percebia a possibilidade de realizar tais práticas como um direito indissociável. (TOMPOROSKI, 2013, p. 159-162). Também nesse sentido os empreendimentos da BRC tiveram impacto na região e parte nos conflitos que levaram à Guerra do Contestado.

A *Lumber* instalou sua maior serraria e seus maiores investimentos na região do planalto Contestado. No local havia uma imponente Floresta com Araucária, com pinheiros enormes, cujo porte hoje em dia é raríssimo na região da araucária como um todo. Havia ainda em grande quantidade a imbuia (*Ocotea porosa*), madeira de lei bastante resistente e abundante na região. Segundo Xavier Carvalho (2010, p. 201), outras espécies de árvores estavam igualmente presentes e exploradas comercialmente pela *Lumber*, embora em escala bem menor, incluíam o cedro (*Cedrela fissilis*) e a canela-guaicá (*Ocotea puberula*).

Esta companhia, pertencente ao grupo BRC, promoveu enorme devastação. Através de Três Barras, Calmon e vários outros engenhos de serrar menores, cortou e beneficiou milhões de árvores de araucárias durante os anos de 1911 a 1940 no planalto contestado⁴². Tal depredação do meio ambiente foi vista por esses atores do capital internacional como necessária para geração de lucros e acumulação de capital. Em relatório da BRC de 1910, encontramos:

40 90% dos trabalhadores nacionais eram paranaenses ou catarinenses (TOMPOROSKI, 2013, p. 148).

41 Houve proibições subsequentes ao consumo de bebidas alcoólicas ao porte armas e até à caça. CF (TOMPOROSKI, 2013).

42 Em virtude especialmente da crise mundial com a Primeira Grande Guerra, os empreendimentos de Farquhar foram à falência já em 1914 e houve a decretação da recuperação judicial da BRC. W. Cameron Forbes, conhecido de Farquhar, “foi nomeado como administrador e Farquhar, morando no Rio de Janeiro, foi solícito em tentar receber dívidas do Governo brasileiro e fez o possível para auxiliar Forbes na recuperação financeira da holding que havia idealizado. (...) Após a saída de Farquhar, outros dirigentes atuaram nas empresas do grupo e continuaram com as atividades madeireiras e colonizadoras (VALENTINI, 2009, p. 248-249).

A maior parte das terras sobre as quais a Brazil Railway Company tem direitos no Estado do Paraná e Santa Catarina está coberta com florestas de pinho e outras madeiras. Estas terras devem primeiro ser desmatadas para que elas possam ser cultivadas, e esse desmatamento vai, em si mesmo, ser uma fonte de lucro considerável. (BL. W. C. Forbes Collection. Brazil Railway Report. 1910, p. 11 apud XAVIER CARVALHO, 2010, p. 232)

Neste ponto de vista de uma *holding* com participação estadunidense e do capital europeu, encabeçada por um “titã” especializado em adentrar e transformar violentamente relações sociais e ecossistemas de países dependentes no período imperialista, a ideologia do progresso trata com naturalidade a destruição completa de florestas com suas floras e faunas, e sua venda posterior a preços muitas vezes maiores. O progresso e modernização, que pressupõem uma superioridade natural das classes dominantes, eram as palavras chaves que justificavam todo esse ímpeto devastador, como apresenta nitidamente um jornal de Canoinhas:

As nossas florestas são demasiadamente grandes e incultas, assim podemos dizer. Os sertões antes a revolução fanática eram mais ou menos povoados, porem a agricultura, não tinha grande impulso. É indiscutível a urgente necessidade da colonização nestas florestas riquíssimas, onde tudo germina, tudo cresce, tudo produz com grande abundancia; falta o braço possante e dedicado como deve ser. Vamos novamente levantar Canoinhas, reedificar, povoar, para prosperar, e para isto: - a colonização. (O Imparcial, Canoinhas, 13 fev 1916. n.10. p.2. apud XAVIER CARVALHO, 2010, p. 214)

Nesta passagem, as Florestas com Araucárias aparecem como incultas, mas ricas, porque férteis e propícias a serem civilizadas; e para tanto, devastadas. Junto com ela também devem ser retirados os habitantes próprios dos sertões e substituídos por trabalhadores de origem europeia que trazem consigo a capacidade de dominá-la, uma natureza colonizada. Expressa-se assim uma visão colonialidade que une sertanejo e sertão. Xavier Carvalho faz uma importante reflexão em que a ideia

de ‘escassamente povoado’, algo próximo de sertão, indica já uma forma considerada ideal para explorar e se relacionar com o mundo natural. O sertão é considerado o lugar da barbárie, da guerra do Contestado, da ignorância dos sertanejos, mas a transformação do sertão pelo trabalho, pela colonização organizada iria garantir a transformação desejada dessa paisagem em um lugar de progresso (XAVIER CARVALHO, 2010, p. 214).

Pelos cálculos feitos por esse autor, de 1911 a 1939, a *Lumber* produziu aproximadamente 1.524.378 m³ e a produção sua a produção madeireira em 27 anos implicou no desmatamento de pelo menos 37 mil ha. Para o autor, a colonização completava os lucros da empresa, mas também o processo de destruição da floresta ao não permitir a regeneração natural das *capoeiras* resultantes (2010, 276). Era portanto a última etapa da atuação devastadora da *Lumber*, a reprodução do capital por espoliação dos sertanejos e florestas.

Valentini conclui que a chegada do capital internacional provocou mudanças no âmago da cultura dos moradores do Sertão Catarinense e constituiu-se no epicentro das causas do conflito armado. As transformações que as empresas da BRC empreenderam, de 1906 até 1916, “foram decisivas na deflagração da crise que levou à luta armada”. Desta forma, a exploração industrial e comercial da madeira, o processo de colonização, a institucionalização da propriedade privada e as relações de trabalho “foram elementos fundamentais no desencadeamento do conflito armado” (VALENTINI, 2009, 252) e para a destruição da floresta ⁴³.

43 O Inventário Florístico Floresta de Santa Catarina publicou em 2013 um estudo que contém o estado atual da Floresta com Araucária. Segundo o levantamento, a Floresta com Araucária cobria originalmente uma área de aproximadamente 42.851 km², equivalentes a 45% da superfície do estado. Atualmente, estão cobertos por florestas 24,4% ou 13.741 km², constituídos por fragmentos de florestas secundárias, em estágio médio e avançado, sendo raríssimos remanescentes de florestas primárias. A sua biodiversidade está perigosamente ameaçada com um baixo número de indivíduos por espécie, o baixo número de espécies por fragmento florestal

A expansão de grupos empresariais imperialistas sempre precisou contar em ter relações com as estruturas de poder local. Não apenas através de permissões, mas também a partir de alianças que se deram em um Estado ampliado. Cabe ressaltar que não foi diferente no caso de Farquhar e representantes do governo Brasileiro, como comprova a pesquisa Tarcísio Motta de Carvalho. Ele, em sua análise, difere de uma perspectiva de simples imposição imperialista, ao perceber a existência de uma associação de interesses econômicos e a conjugação de pressupostos ideológicos com frações dominantes, incluindo a relação e/ou constituição de aparelhos privados de hegemonia em um Estado em processo de ampliação, como o Clube de Engenharia na relação com a BRC. (CF. CARVALHO, 2009, p. 131 et seq.).

Houve assim uma aproximação entre a ideologia ruralista e os interesses do capital imperialista. “Ao fim e ao cabo, a ferrovia propiciou a própria implantação do Estado naquela região. Não apenas das instituições estatais, mas das relações sociais que materializavam o poder deste Estado, dentre elas, especialmente, a propriedade privada da terra.” Para isso ocorreram adaptações em alguns elementos discursivos, mas que acabaram por reforçarem-se mutuamente, sobretudo em relação a uma visão geral sobre a região do Contestado e sobre os seus habitantes” (CARVALHO, 2009, 157). Ressaltamos nessa conclusão também uma visão sobre a natureza, que exerceu uma atividade devastadora nas Florestas com Araucária. Para Hannah Arendt, a *acumulação por espoliação*, nas suas variadas formas em diferentes tempos e territórios, não ocorre sem a existência de um Estado garantidor de antigas e novas expropriações seja através instrumentos jurídicos e ou mesmo exercendo violência direta. Partimos para compreender o modo de vida caboclo e sua relação natureza para, por fim, entendermos a Guerra do Contestado como ação coercitiva, como um conflito socioambiental.

e a ausência de 41 espécies arbóreas das 198 espécies encontradas em pesquisas históricas. Os estados perturbados da floresta apresentam-se profundamente fragmentados, isolados e simplificados, havendo fragmentos sem nenhum ou com apenas pouquíssimos indivíduos adultos das espécies características, exceto daquelas espécies que se beneficiam das perturbações antrópicas (IFFSC, 2013, 275-277).

3 ECOLOGISMO CABOCLO

3.1 Formação Social dos Caboclos do Planalto Contestado

Em nosso estudo, “caboclo” é uma palavra especial pois, de um pouco de reflexão sobre seus desígnios surgem questões e lutas que demonstram o esforço de dominação e subordinação no Brasil rural. Como outras palavras que possuem conotação variada, origem imprecisa e que em determinadas regiões possuem significados distintos, precisamos situá-la em um contexto determinado para expressá-la em sua riqueza e nitidez. “Na fala coloquial, o caboclo é uma categoria de classificação social complexa que inclui dimensões geográficas, raciais e de classe.” (LIMA, 1999).

O historiador Márcio Antônio Both da Silva, que possui trabalhos a respeito de ocupações por colonos e outros camponeses na região Sul do Brasil, destaca que o termo “caboclo” teve diversos conteúdos vinculados a diferentes processos históricos do Brasil. Foi empregado por vezes para designar os indígenas, depois para o fruto do cruzamento entre brancos e índios e também tem designação própria em algumas religiões. A origem da palavra não é comprovada: pode ser indígena (tupi-guarani) ou africana. Muito comumente foi usada de forma pejorativa a partir do olhar do branco colonizador. No sul do Brasil, o termo “caboclo” foi e é usado com frequência para falar do camponês da região que possuía uma particular inserção econômica pelo extrativismo da erva-mate, pelo trabalho no gado ou com a função de agregado ou posseiro. Fato é que o “caboclo” está nas lutas sociais, econômicas e políticas que marcaram a história do Brasil e também na Guerra do Contestado. Atualmente é uma palavra por vezes usada nas produções de pesquisa da realidade rural no Brasil questionando o conteúdo pejorativo “para demonstrar que, internamente a ele, estavam e estão posições políticas e sociais que precisam ser problematizadas”. (SILVA, 2014, p. 350)

Em nossa pesquisa “caboclo”, conforme Paulo Pinheiro Machado, é o habitante pobre do meio rural. A apesar de que a palavra não tem necessariamente uma conotação étnica, frequentemente o caboclo é um mestiço. A característica principal do termo é que distingue uma condição social e cultural. “São caboclos os homens pobres, pequenos lavradores posseiros, agregados ou peões que vivem em economia de subsistência e são devotos de São João Maria. Desta forma, havia também brancos caboclos, alemães e polacos acaboclados” (MACHADO, 2004, 48)

Dito isto, para compreendermos os caboclos da Guerra do Contestado em sua heterogeneidade é preciso ter em mente os habitantes do Planalto Catarinense na época anterior ao conflito. Com a chegada dos colonizadores, a região sofreu diferentes formas de ocupação, havendo momentos de menor ou maior intensidade. Essa ocupação não se deu no vazio, queremos destacar a presença de diferentes grupos indígenas. Nas terras entre o Rio Iguaçu e o Rio Uruguai, antes de qualquer presença “branca”, viviam os índios Kaingang e Xocrén, que pertencem a um mesmo tronco linguístico. Os primeiros eram conhecidos por viverem em aldeias nos campos abertos e por cultivarem o milho, já os Xocrén pareciam desconhecer o cultivo da terra, vivendo da caça e da coleta, com destaque para o pinhão, fruto das araucárias, cuja floresta era seu abrigo. (VINHAS DE QUEIROZ, 1977, p. 19).

Desde a chegada dos colonizadores, a convivência entre índios e desbravadores, e mais tarde entre índios, fazendeiros e sitiantes, normalmente era conflitiva. A população “branca” muitas vezes procedia à eliminação dos bugres⁴⁴ como parte da “limpeza do terreno” para ocupação. A prática genocida era recorrente através de caçadas empreendidas por fazendeiros ou bugreiros, que eram homens “especializados em localizar, destruir aldeamentos e capturar alguns sobreviventes”. (MACHADO, 2001, p. 39). Era comum que

44 Maneira como a população branca chamava os índios.

grandes proprietários possuísem, dentre seu pessoal e nas suas construções, recursos contra investidas dos índios. Vinhas de Queiroz conta que era frequente a perda de animais dos fazendeiros para os índios. Em geral, os primeiros já contavam com a perda de alguns animais como um “tributo” proveniente da relação conflitiva. Também era frequente a organização de ataques contra os índios. (VINHAS DE QUEIROZ, 1977, p. 30) Nessas incursões por vezes havia a prática de “caçadas” às mulheres indígenas, em que algumas eram poupadas e transformadas em esposas de peões, pequenos sitiantes e tropeiros. Por isso, Machado afirma não terem sido poucas as famílias com origem nessas “caçadas” de mulheres. (MACHADO, 2001, p. 39).

O trabalho indígena também era explorado com frequência sob a forma de “índios administrados”, pois, se fossem catequizados, os índios poderiam, segundo a legislação colonial, serem usufruídos como mão de obra. Outras situações, como assimilação da população indígena pelos colonizadores também ocorreram, como no município de Lages. Mas esse caso foi bastante singular, uma vez que se deu a pedido de um grupo de indígenas, certamente já adaptados ao convívio com os brancos, pois alguns se apresentaram com nomes portugueses e, dentre eles uma mulher falava bem o português. (MACHADO, 2001, p. 41-42).

Desenvolvidos a partir das tropas que ligavam diversas regiões pelo planalto Contestado, os Caminhos de Cima foram responsáveis por um novo ciclo povoador a partir de meados do século XVIII. A economia do ouro trouxe consequências: demandou mantimentos e mercadorias, e estas por sua vez demandaram novos caminhos. Com as dificuldades dos caminhos litorâneos, em especial por conta dos rios na região litorânea serem mais caudalosos e difíceis de serem atravessados e em razão da ameaça frequente dos espanhóis vindo da região do Prata, os Caminhos de Cima da Serra tornaram-se uma melhor opção para os tropeiros. Vinhas de Queiroz conta que esses caminhos eram conhecidos como vários nomes: “Estrada de Tropas”, “Caminho do Sul”, ou ainda a “Rota dos Sertões para Viamão”, e se constituíram no principal vínculo entre extremo sul e centro brasileiro. (VINHAS DE QUEIROZ, 1977, p. 23). Por eles foram formados muitos traçados e formou-se um longo curso de fazendas responsáveis por uma expansão pecuária paranaense e gaúcha, principalmente na região do planalto-sul, de Lages. Posterior foi a ocupação do planalto médio e norte-catarinense, os territórios de Curitiba e Canoinhas. Apresentavam “um perfil mais diversificado e menos rígido que a antiga região pecuarista de Lages, no planalto-sul. A vegetação nativa, com predomínio de matas, ervais e faxinais sobre os campos, contribuiu, inicialmente, para a maior presença social de posseiros e sitiantes independentes nessa região” (MACHADO, 2001, p. 335).

Machado se baseia em dados de distribuição da população de Lages segundo cor e condição social no ano de 1833 (MACHADO, 2001, p. 48) para demonstrar uma presença significativa de pardos e pretos livres na conformação social do planalto Catarinense, em número até superior ao de escravos. Esses trabalhadores detinham a condição de livres, mas é preciso entender que para esses e outros trabalhadores rurais no contexto de grande poderio dos fazendeiros, essa liberdade era bastante diferente do sentido presente na ideia de trabalhador assalariado “livre”. Machado afirma que são livres apenas em sentido contrastante aos de escravos, em sentido jurídico, mas que viviam sob controle direto dos fazendeiros da região e muitas vezes possibilidade quase inexistente de mobilidade. Eram os birivas⁴⁵, peões e moradores agregados, que geralmente constituíam uma força de trabalho fixa e viviam suas vidas subordinadas a uma mesma família. Havia também os aguateiros, “peões encarregados de funções ligeiras ou leves nas fazendas” e os changadores, “trabalhadores contratados por jornada ou empreitada” (MACHADO, 2001, p. 51), ambos oferecendo serviços diversos e tinham mais mobilidade entre as fazendas.

45 Tipo de gaúcho serrano.

Uma camada social de pequenos e médios lavradores independentes, muitos deles posseiros com posses legitimadas, ocupava os vales dos rios Marombas, Taquaruçu, Paciência, Caoinhas, Timbó, Peixe e Iguaçu, no planalto médio e norte. Vindos tanto do Paraná quanto do Rio Grande do Sul, esses lavradores, aproveitavam excedentes para venda junto aos tropeiros, criavam suínos nas matas e se aproveitavam de ervais nativos para si e para venda. (MACHADO, 2001, p. 55)

A presença de imigrantes se fez a partir do século XIX por meio de alemães vindos das colônias do Rio Negro, Blumenau e Joinville em Santa Catarina. Estabeleciam-se como comerciantes, formaram fazendas ou mesmo se misturaram à população cabocla local como lavradores independentes. Em tempos mais adiante é marcante a presença de imigrantes poloneses, ucranianos e alemães nos anos 1890, que se estabeleceram em pequenas propriedades, ou se dedicando ao comércio e ofícios urbanos (MACHADO, 2001, p. 59)

O movimento do Contestado portanto foi composto por diferentes segmentos sociais entre sitiante expulsos de suas terras, comunidades negras e caboclas do planalto, ervateiros, desempregados da EFSPRG, médios fazendeiros, antigas lideranças federalistas e opositores políticos dos coronéis de cidades como Curitiba, Canoinhas, Lages, Rio Negro, Timbó e União Vitória (MACHADO, 2001, p. 5). Um universo composto principalmente pela população “tradicional”, um grupo heterogêneo protagonista do que Martins define como *frente de expansão*, que tem em comum um tipo de relação com a terra e seus trabalhos. Embora também o último segmento, o dos desempregados e fazendeiros médios, represente o “descarte” da frente pioneira (MARTINS, 1974, p. 43-50).

É importante resgatar a conceptualização de Souza Martins de *frente de expansão* e *frente pioneira*. A frente pioneira, fronteira econômica, denomina um espaço que se constitui pelo movimento que produz a incorporação de novas áreas à economia de mercado. A frente pioneira não coincide com a fronteira demográfica, que habitualmente está “lançada” mais a frente, avançada sobre terras de florestas, matos, bosques, etc. Entre uma e outra há uma área de “transição”. Essa área em que vivem os “posseiros”, isto é os possuidores de fato, sejam essas populações tradicionais como ribeirinhos, caiçaras, “faxinalenses”, quilombolas, caboclos ou outras, que não praticam uma economia natural nem de mercado, misturando um pouco das duas, e que Souza Martins chama de *economia de excedente*. Esse espaço constitui a *frente de expansão* (SECRETO, 2001, p. 50).

3.2 Costumes em Comum dos Caboclos

A partir dessa conformação social passamos a avaliar de forma mais aprofundada os costumes, a economia e as relações desses grupos com a natureza. As mudanças profundas acontecidas na região impunham a esses caboclos a extinção de sua forma de vida. Em resistência a essas transformações se constituíram os rebeldes, construtores das “cidades santas” e do “exercito encantado”. O planalto Contestado possuía uma significativa parcela de pequenos e médios sítiantes. Destacamos, segundo estudo de Marlon Brandt, uma série de áreas em que foi possível viverem esses sítiantes e posseiros.

As melhores terras e primeiras áreas oficialmente ocupadas constituíam-se nos campos naturais, sendo que na Vila de Curitiba, estas passaram a ser alvo da instalação de posses e propriedades rurais sobretudo a partir das primeiras décadas do século XIX. Os campos naturais de Curitiba localizavam-se, em sua grande maioria, ao leste e sul do município. Mais a oeste, da mesma forma que no norte e noroeste, predominavam as matas de araucárias, com seus faxinais e pequenas áreas de campos, muitas repletas de butiás, nas localidades do Guarda-Mor, Estância Velha, Cadeia, Roseira, Cabaças, Caapiá, Campina Velha, Faxinal das Águas, Butiá Verde, Trombudo, Barra, Espinilho, Perdizinhas, Perdizes, dentre outros. Em muitas destas terras, formaram-se grandes fazendas, como é o caso das regiões de Butiá Verde e Espinilho, onde se situavam as fazendas Liberata e Butiá Verde, localizadas no atual município de Fraiburgo, e Espinilho, que faz parte do município de Monte

Carlo. Além destas, outras tantas foram surgindo, localizadas em áreas próximas ou às margens dos rios do Peixe, Marombas, Correntes, Taquaruçu, dentre outros, onde também se instalavam pequenos sítios independentes, na grande maioria posseiros, dando origem a formação de localidades, ou agrupamentos rurais, de pequenas e médias posses e propriedades, próximas a um povoado, vila ou grande fazenda, com ou sem reconhecimento administrativo, em alguns casos possuindo o nome da principal ou mais antiga fazenda, a exemplo das fazendas Liberata e Butiá Verde (BRANDT, 2007, p. 106-107)

Na ocupação destas regiões, constitui-se uma consciência de construção em comum do lugar por parte dessas famílias. Eram cotidianas muitas práticas de auxílio mútuo a partir de uma integração com a vizinhança, formando laços de sociabilidade e solidariedade. “Objetos comuns” estavam presentes nessas localidades e surgiam a partir das

experiências cotidianas, de trabalho, lazer e sobrevivência. Lugar cuja formação, segundo Antônio Cândido, “depende não apenas da posição geográfica, mas também do intercâmbio entre as famílias e as pessoas”, onde a “convivência entre eles decorre da proximidade física e a necessidade de cooperação” (BRANDT, 2007, p. 109).

Podemos, com o devido cuidado, trabalhar essas relações constituídas em um sentido prático e cooperativo, baseado em costumes, de maneira semelhante como identifica Edward Thompson na forma como se manifestaram na cultura dos trabalhadores do século XVIII e parte do XIX na Inglaterra. Ou seja, o costume de pessoas simples e pobres que o entendem como direito adquirido por uso habitual e coletivo. Ele não se baseia necessariamente em leis estabelecidas ou codificações formais, mas a força de lei ou de direito conforma-se na medida do costume comum de realizações práticas, não de formulações abstratas ou de significados, embora possam significar algo e transmitir significado. (THOMPSON, 1998, p. 13 et seq.).

Essa ideia de costume também nos parece adequada porque não confunde-se com uma tradição nem possui característica estática. Não está intrínseca a ideia de harmonia, pelo menos não a harmonia plena e a ausência de conflitos. Thompson entende o costume de forma dinâmica. “Longe de exibir a permanência sugerida pela palavra ‘tradição’, o costume era um campo para a mudança e a disputa, uma arena na qual interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes” (THOMPSON, 1998, p. 16-17). Contudo, ao examinar comportamentos, é possível que se revelem pactos invisíveis e, para se compreender as ações conscientes dos de baixo, é preciso decodificar suas formas de expressão simbólica própria, distinta da que normalmente se espera.

Tais costumes possuem também resistência às mudanças advindas do capitalismo, à economia de mercado, à racionalização do trabalho, ao instituto burguês da propriedade privada, ao padrão de consumo. E no confronto forma-se uma identidade comparativa desses grupos sociais, consciência de direitos e de interesses comuns.

O uso comum da terra se dá, portanto, nesse contexto, a partir de costumes oriundos da convivência e de necessidades coletivas. Era uma população que vivia em geral de forma fixa. A existência de áreas comuns foi importante para manterem os sertanejos de forma perene nas localidades onde viviam (BRANDT, 2007, p. 113). Apesar disso é refutável a ideia habitual de que esses habitantes viviam em isolamento entre si e com o resto do mundo. Além das relações de vizinhança e compadrio, a frequência de trânsito dos tropeiros fazia parte da teia de relações, pois a produção excedente era muitas vezes comercializada com participação deles.

Um primeiro exemplo de atividade comum, era a criação de animais. Tanto para consumo dos próprios donos, como para a venda, “o animal circulava livremente nas terras de posse ou oficiais, além de florestas, muitas ainda devolutas”. Marlon Brandt analisa algumas fontes das quais destacamos duas. A primeira, um depoimento de Sebastião Pires em outubro 2005, na época com 73 anos, diz o seguinte: “Tinha boi pra tudo quanto era lado. Quando ele

queria requisitar a boiada, lá em tal lugar dois três bois ta lá no terreno do fulano, mais três no outro terreno, ele buscava. Criava em aberto”. (BRANDT, 109, 2007).

Podemos perceber que os animais transitavam entre diferentes terrenos livremente, podendo animais de um mesmo dono estar parte em um terreno, parte em terreno de outro. Além do fato de ser criado solto, é possível destacar a confiança existente entre os donos destes animais em requisitar seus animais, adentrar o terreno e trazê-los, sem a menção de conflito. Certamente conflitos existiram, mas não foi comum que recorressem dessa forma de criação.

Reproduziremos parte do registro “Reminiscencias da Campanha do Contestado – subsídios para a História”, do Capitão Vieira da Rosa para o jornal Terra Livre, de Florianópolis, que fala da criação de animais soltos.

Município serrano, Curitibanos é, apesar disso, mais nemorensis que campesino, porem, mesmo nessas mattas, que nenhum ponto de contacto têm com as florestas virgens do littoral, que tem um caracter subtropical, pascem os gados bovino e cavallar, criam-se manadas abundantes de porcos.

É que esses mattos, limpos de cipos, gramados, permittindo passear por ellas a cavallo, como nalgum parque europeu, os fructos nutritivos são abundantes, entre os quaes os guamirins, o vacum, as goiabas serranas, os araçás, a imbuia, o pinhão, as amoras e o butiá, constituem o alimento principal para engorda de suínos. (VIEIRA DA ROSA, In: Jornal Terra Livre, 2 ago. 1918, p. 2)

O militar fala de uma pluralidade de animais: além do gado bovino, cavalos e manadas abundantes de porcos, que em concordância com o depoimento anterior, andavam livremente pelas matas, sobrevivendo dos víveres provenientes das mesmas. Não é dito, se os animais passavam por terrenos de uns ou outros donos, mas pela forma como são descritas é possível que essas matas, ou parte delas, possam ser terras devolutas.

Popularmente conhecido na região, o puxirão era uma outra forma das relações econômicas solidárias entre a população. Consistia numa cooperação entre os agricultores nas lavouras uns dos outros ou em comum⁴⁶. Marlon Brandt afirma que depoimentos “de antigos moradores da região de Fraiburgo dão conta da existência do puxirão entre as famílias que viviam na região, sendo que possivelmente tal forma de solidariedade entre moradores tenha vindo com os primeiros ocupantes da região”. O caráter festivo desses mutirões é também destacado, incluindo essa atividade dentro da rede de relações que ligavam os habitantes de determinada região, como demonstrado por depoimento de uma antiga moradora de Fraiburgo: “Dava baile, não dava briga não dava nada. Fazia aquele mundo de quirera pro puxirão, fazia bastante arroz, e de noite tinha o baile”⁴⁷ (BRANDT, 2007, p. 113)

Nas áreas de usufruto comum muitas atividades eram exercidas por posseiros e outros habitantes dessas regiões. Podemos citar caça, coleta de ervas e de produtos como o mel. A coleta da erva-mate foi uma das mais marcantes relações sociais da região contestada, contribuindo para a mobilidade da população pobre e para a expansão da fronteira de ocupação territorial. Ocupavam-se dessa atividade trabalhadores de atividades pastoris que como atividade complementar, coletavam a erva-mate em terras devolutas. “Além desta coleta ‘familiar’, pelo menos até o final do século XIX, os agregados das fazendas podiam colher o mate nas terras dos fazendeiros para consumo próprio e para revenda” (CARVALHO, 2002, p. 80). Turmas de “peões ervateiros” também se embrenhavam nas matas e por lá se fixavam

46Nota: Hoje em dia essa prática é reivindicada pela Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais que engloba a organização dos faxinalenses, a Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses (APF). A lei estadual do Paraná de 14 de agosto de 1997 reconhece formalmente os faxinais como “sistema de produção camponês tradicional, característico da região Centro-Sul do Paraná, que tem como traço marcante o uso coletivo da terra para produção animal e conservação ambiental.” Ver: Alfredo Wagner de Almeida Jr. TERRAS TRADICIONALMENTE OCUPADAS PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS, ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS, V.6, N.1 / MAIO 2004.

47 Depoimento de Maria José Cordeiro, antiga moradora da região de Fraiburgo, com 91 anos de idade em 2 outubro de 2005, data da entrevista dada a Marlon Brandt.

durante certo tempo, semanas ou até meses, para colherem a erva muito abundante naquela época (CARVALHO, 2002, p. 84).

A erva-mate era um produto de grande importância econômica na região. Em determinadas regiões e situações serem coletadas livremente por peões e agregados, mesmo em terras oficialmente ocupadas por grandes fazendeiros, foram rareando. Mas à medida que se intensificava a mercantilização do produto, crescia a apropriação privada das áreas e as delimitações das propriedades. As terras devolutas abundantes de ervais atraíram grandes fazendeiros, aumentando as expulsões de pequenos posseiros. As situações de extração do produto nas terras dos fazendeiros também passaram a ser amplamente coibidas. (BRANDT, 2007, p. 128).

A roça cabocla também era comum. Os sertanejos mantinham pequenas plantações para subsistência e venda de excedentes. Para se “limpar” determinadas áreas para o roçado fazia-se o pixuru, “trabalho coletivo e voluntário, onde ‘vinte ou trinta homens, animados pelo espírito de cooperar, entre ditos chistosos e cantorias, deitam abaixo num só dia, alegremente coisa como dois alqueires de mata” (CARVALHO, 2002, p. 84-85).

Tarcísio Motta Carvalho utiliza o conceito de *economia moral* para designar as atividades dos habitantes da região do contestado, pois tratavam-se de atividades e costumes baseados no apossamento das terras, no aproveitamento dos ervais e da floresta, que permitia aos caboclos sua subsistência. Embora esta subsistência possa ser considerada “nada além de mísera e instável, em alguma parte de suas vidas, ‘os pobres’ ainda sentiam que se autodeterminavam e que, nesse sentido, eram livres” (CARVALHO, 2002, p. 144).

Assim se estabeleceu no planalto Contestado uma significativa parcela de pequenos e médios sítiantes e posseiros ao lado de grandes proprietários. Subsistiam com a roça e a utilização de recursos da Floresta como pinhão e a erva-mate, ou ainda a prática da caça e a criação livre de animais. A convivência nessas práticas era regulada por normas costumeiras baseadas em relações de reciprocidade que constituíram um modo de vida característico, e que, como veremos melhor adiante, é fortemente influenciado pela religião e a presença dos monges. As mudanças decorrentes da imposição de relações capitalistas trazem conflitos que vão se constituir numa guerra de grandes proporções.

3.3 Os Monges do Contestado

Um dos aspectos mais comentados sobre o movimento do Contestado é a forte presença do discurso religioso ligada à figura do profeta curandeiro João Maria, considerado *santo* pelos caboclos. Junto a isso estão as caracterizações recorrentes do movimento como messiânico, milenarista, fanático, seja na historiografia ou em muitas das fontes. Mas antes de entrarmos nessa discussão de um catolicismo caboclo, queremos apresentar um pouco da história do *santo*, cujos ensinamentos e práticas a ele imputados estão enraizados na cultura popular de forma bastante significativa e permanecem vivos ainda hoje na memória dos sertanejos. Nesta apresentação enfatizamos, junto aos registros da presença de João Maria, seu contato com a natureza para adiante dialogarmos com as fontes folclóricas a seu respeito.

Primeiramente, cabe esclarecer que são reconhecidos pela historiografia ao menos três monges identificados com o São João Maria: dois monges conhecidos pelo nome João Maria e um terceiro personagem a eles relacionado chamado José Maria, este último diretamente envolvido no início do conflito. Contudo, especialmente os dois primeiros monges são vistos na cultura cabocla como apenas um, o São João Maria, santo dos sertões. Como afirma Cabral:

no sertão, no planalto, nos vales, nas coxilhas, (...) São João Maria é um só. Num dos retratos que corre como sendo do ‘santo’, estampa-se a legenda: “João Maria de Jesus, profeta de 188 anos” (...). Era a magia do nome - que ligava certas qualidades individuais a determinado nome ou que é capaz de fazê-las surgir em seus portadores. (CABRAL, 1960, p. 164).

De toda forma, o discurso dos monges, e sobre os monges, se relacionou intensamente com os costumes, anseios e a insatisfação dos sertanejos diante dos acontecimentos que dão origem à Guerra do Contestado. Eram vistos como profetas, faziam muitas críticas à realidade dura dos sertanejos e, “falando a língua do povo”, pregavam preceitos para a existência de uma realidade sem injustiças e de uma relação de reciprocidade com a natureza, que definimos aqui como *ecologismo caboclo*, a qual daremos mais atenção e desenvolvermos mais a frente.

Estes curandeiros, conselheiros e profetas possuem diferentes origens e percorreram o planalto Contestado e regiões próximas desde a década de 1840 e o início do século XX, deixando alguns registros que permitiram a pesquisadores, como Oswaldo Rodrigues Cabral (1960) e José Fraga Fachel (1995), escreverem sobre a vida desses monges.⁴⁸

O primeiro deles chamava-se João Maria Agostini, era de origem italiana e estabelecido em Sorocaba (SP) por volta de 1844. O primeiro registro de sua presença deu-se exatamente nesta cidade, em um “Termo de apresentação de estrangeiros” no dia 24 de dezembro de 1844. Assim foi registrado⁴⁹:

Fr. João Maria d’Agostinho, natural de Piemonte, Itália, idade 43 anos, solteiro, profissão de Solitário Eremita, vindo exercer ministério. Declarou residir nas matas do Termo desta cidade, muito principalmente na do morro Fábrica de Ferro de Ipanema, e ter chegado no dia 24 de dezembro de 1844. Veio do Rio de Janeiro onde chegou do Pará no vapor Imperatriz em 19 [ou 29] do mês de agosto do presente ano de 1844. Após então esse lançamento, que fica arquivado neste Cartório. Para constar lavrei este termo de apresentação que assino com o apresentado, eu Procópio Luiz Leitão Freire, Escrivão Serventuário escrevi e assino.

(a) Procópio Luiz Leitão Freire

(a) Giovani Maria d’Agostini, solitário eremita.

Consta mais, à margem direita do termo:

Estatura baixa, cor clara, cabelos grisalhos, olhos pardos, nariz regular, boca dita, barba cerrada, rosto comprido. Sinais particulares: Aleijado dos três dedos da mão esquerda (FACHEL, 1995, p. 17).

“As matas” onde João Maria Agostini declarou residir, localizavam-se no Morro Araçoiçaba em terreno pertencente a Fábrica de Ferro declarada. Ele residia especificamente em uma gruta, onde dentro havia uma pedra em forma de mesa, e bem próximo de uma fonte de águas puras e frias (CABRAL, 1960, p. 110).

Sorocaba era ponto estratégico de ligação do Sul ao Centro-Oeste. Continha feiras de variadas mercadorias, mas destacadamente de muares, que abasteciam as “Minas Gerais”. Esses muares vinham especialmente do Rio Grande do Sul e passavam pelos Caminhos de Cima. Também pelo transporte de erva-mate e bovinos para charqueadas, Sorocaba tornou-se um dos principais itinerários de ligação entre São Paulo e Rio Grande do Sul, onde se cruzavam camponeses, tropeiros e operários. Neste contexto, o monge, austero e humilde, atraía cada vez mais visitantes que iam à Pedra Santa, ou Pedra do Monge (nomes que passaram a identificar a gruta), para serem abençoados ou serem curados pela “fonte de água límpida que passou a ser considerada milagrosa” (FACHEL, 1995, p. 17).

Os depoimentos colhidos por Cabral a respeito da estada do monge em Sorocaba dão conta que o mesmo era visto como um homem voltado para Deus, que entoava cânticos e preces. Solitário, possuía costumes austeros e humildes. Vestia-se como um franciscano, apresentava barba e cabelos compridos e alimentava-se de frutos e doações de sitiantes. Os “matutos” (camponeses simples) eram os que se sentiam mais atraídos pelo monge,

48 Baseamo-nos não somente nestes autores para nossa apresentação dos monges. Buscamos intercalar com algumas fontes já conhecidas e ainda outros autores para dar maior ênfase aos aspectos ligados aos objetivos da nossa pesquisa.

49 Nesta e em outras transcrições preferimos manter a forma como foram escritas para preservar a riqueza das fontes.

visitavam-no em busca de benções e ajudavam-no a plantar e erguer cruzes, assim como na limpeza e preservação do lugar (CABRAL, 1960, p. 109-112).

Sua permanência em Sorocaba, ao que consta, não foi longa, cerca de um ano e meio. Há imprecisões dos anos exatos tanto de seu desaparecimento de Sorocaba, como de sua chegada em Santa Maria da Boca do Monte (hoje Santa Maria – RS), que ocorreu em data entre indeterminada entre 1846 e 1848 (FACHEL, 1995, p. 19). Foi abrigar-se no topo do morro do Campestre, localidade à 9 quilômetros da cidade, que, assim como no Morro do Araçoiaba, também possuía uma fonte de águas límpidas.

Rapidamente reuniram-se famílias de agricultores, pessoas pobres e devotas que formaram uma comunidade junto ao monge. Juntos, no topo do Morro do Campestre, construíram uma Capela de padroeiro Santo Antônio, cuja imagem foi colocada em um altar. A partir de então, o lugar passou a se chamar Campestre de Santo Antônio (FACHEL, 1995, p. 19-24). Felicíssimo Manoel de Azevedo, um jornalista, que tornou-se depois Primeiro Intendente de Porto Alegre, escreveu em 15 e 18 de março de 1895 dois artigos em série sobre a estada do monge João Maria em Campestre para o jornal *A Federação* de Porto Alegre. Intitulados “Morro das Cruzes”, os artigos são relatos da visita que Felicíssimo Manoel de Azevedo havia feito à região entre setembro e outubro de 1848. Neles o monge é descrito como

um italiano com uma longa barba que se estendia até o peito, já um pouco nevada por uns cinquenta annos de idade, vestio com uma sotaina de saragosa, e os pés nís sob uns sapatões rusticos. (...)

A sua longa barba e hábito atraíam os simples que o tomavam por um novo Messias. Fazia predicas ao povo todos os dias. Dizendo-se inspirado em Deus, attraía ao lugar uma multidão de crentes, que o adoravam (A Federação, p. 1, 15 mar. 1895).

Além da descrição do monge e a constatação de como o mesmo atraía para si uma multidão de camponeses pobres, os artigos descrevem os acampamentos dos visitantes e as “águas milagrosas” e os “barros santos”, o que mais nos interessa frisar. O jornalista relata ainda no primeiro artigo:

Descobrimo uma vertente abundante dentro do mato, na fralda do monte, fez d’ella a base de seu poder mysterioso, de seus milagres.

Fez abrir uma picada do lado opposto ao em que estava a vertente, pelo morro acima fazendo d’esta via dolorosa o seu calvario; collocando em pequenas distancias grandes cruces de madeira toscamente trabalhadas, em numero de 17.

(...)

Junto à bica havia um cepo onde o doente se ajoelhava para receber a agua que era despejada por qualquer pessoa com uma caneca de metal ali existente, presa por uma corrente.

Por sobre a cabeça do paciente, ajoelhado, despejava-se a agua com vagar, na porção que cada um queria, mas sempre em números impares (A Federação, p. 1, 15 mar. 1895).

No segundo e último artigo da série, Felicíssimo Manoel de Azevedo relata que

Havia ainda o barro santo; este barro consistia na lama que se juntava em torno do cepo, onde se ajoelhavam os doentes para receber agua na cabeça.

Este barro fazia milagres na cura de feridos de todas as espécies (A Federação, p. 1, 18 mar. 1895).

Como ocorreu em Pedra Santa, o monge fez morada em locais próximos a uma nascente. O que queremos demonstrar, a princípio, é que havia uma predileção de João Maria de Agostini por instalar-se em grutas próximas a fontes de águas límpidas, o que se repetiu em outras ocasiões posteriores. Elas possuíam um significado místico e, com o “barro santo”, possuíam atributos de cura milagrosa. Pelas “águas santas”, mas também pelos conselhos e celebrações do “santo” monge, os caboclos sentiam-se atraídos ao Campestre de Santo Antônio, acumulando-se em aglomerações. Fachel conta que a fama do monge e das águas milagrosas percorreram o caminho das tropas através peões, o que também trouxe viajantes às centenas.

Todo esse ajuntamento de pobres, assim como a fama das “águas miraculosas” e do monge não deixaram de ser percebidos com preocupação pelos dominantes da região. O

presidente da Província do Rio Grande do Sul, Francisco José de Souza Soares d'Andréa, ou General Andréa, como era conhecido, fez promulgar uma lei que autoriza o envio de um médico “ao campestre de Santa Maria da Boca do Monte examinar os efeitos therapeuticos das aguas denominadas – Santas –, e procura conhecer seos princípios” (Lei de 141 de 18 de julho de 1848 apud FACHEL, 1995, p. 74).

O relatório do médico designado, Dr. Thomaz Antunes de Abreu, consta que observou e colheu resultados durante quatro meses a partir do mês de janeiro de 1849. Calculou que no verão anterior teriam chegado de oito a nove mil doentes ao Morro do Campestre. Percebeu, entre os pobres camponeses, também a presença de pessoas mais abastadas que “se confundiam, ou se igualaram (sic)” à gente supersticiosa e pobre em suas práticas “anti-religiosas”(sic).

Avaliou como “paganismo” de uma nova religião o status de santidade dado às águas, ao barro, às árvores e aos cipós. Conta, scandalizado, da “idolatria” de uma cobra santificada levada em procissão “ao collo de credulas senhoras”, o que afrontava os “verdadeiros dogmas da Santa Religião”. O médico descreveu e avaliou em seu relatório as condições de três fontes denominadas da Cruz, do Umbú e da Misericórdia. Conclui:

A falta de um laboratório chimico prohibio-me de submeter as aguas á uma perfeita anlyse mas com os meios ao meo alcance pude reconhecer, que ellas não contem princípios alem dos, que são communs em aguas potaveis. (apud FACHEL, 1995, p. 74).

Considerou irregular a forma como os doentes faziam uso das águas para fins terapêuticos. Não negava contudo a existência de águas em abundância que poderiam auxiliar no tratamento de certas enfermidades. Mas competia somente aos médicos indicar as águas adequadas para os devidos fins, mas afirmava que “não se torna por tanto necessário, que os doentes se submettão cegamente á vozeria dos lunáticos”. Procurou então desacreditar as falsas esperanças que os enganados (sic) alimentavam. Por fim, em anexo ao relatório datado de 25 de maio de 1849, apresentou um mapa estatístico dos doentes tratados naquelas águas desde de janeiro daquele, no qual consta um total de 200 enfermos avaliados em diversas enfermidades como reumatismo, gastrite, palpitações, otite. Destes 200, constatou 13 curados, 51 melhorados, 133 não curados e 3 óbitos (AHRS: maço A 20; A21 – Correspondência do Governo do Rio Grande do Sul – maço Saúde Pública apud FACHEL, 1995, p. 76-85).

O médico não chegou a encontrar o monge em sua estada em Santa Maria da Boca do Monte, pois João Maria meses antes havia se recolhido ao Cerro do Botucaraí, local que já conhecia em suas andanças (FACHEL, 1995, p. 29). Mas o fato é que o incômodo com a presença do monge e o ajuntamento de pobres sequer esperou o relatório do médico para se tornar uma atitude mais coercitiva. Ofício de 25 de novembro de 1848, pelo menos um mês antes da chegada do médico ao Campestre e cinco de seu relatório conclusivo, aponta a prisão e expulsão do João Maria Agostinho daquele estado rumo à Santa Catarina. Assim diz parte do ofício do General Andréa ao presidente da província vizinha:

Tendo-se desenvolvido algum fanatismo no Pouso [talvez Passo] da Campanha desta Provincia à respeito de hum individuo por nome João Agostinho, conhecido por Monge; mando-o n'esta occasião seguir para essa Provincia, a fim de que V. Excia. se digne dar-lhe o destino que julgar conveniente; rogando a V. Excia. que não consista que o mesmo João Agostinho, volte a esta Provincia por entender que poderá ser nociva nella a sua presença. (AHRS: Códice A-5.90 – Correspondência encaminhada às autoridades das Províncias:1822 – 1870 – composto de 118 volumes apud FACHEL 1995, p. 87).

Em carta particular endereçada ao mesmo destinatário e datada de apenas um dia após o ofício, General Andréa explica o motivo da medida:

(...) faço seguir para essa Provincia ao Estrangeiro João Maria d'Agostinho, geralmente conhecido aqui por Monge; há uma medida de Policia; que faz com que o mande para fora da Provincia por de ter desenvolvido grande fanatismo a respeito d'este individuo, ter ele mesmo nomeado empregados e estabelecidos certos

regulamentos com boas intenções ... [não legível] mas para que não estava autorizado, e poderiam causar distúrbios. E não tendo eu a menos indisposição com ele, recomendo à V.Excia. para que lhe faça o agasalho, de que o julgar merecido (AHRG – Códice A.5.90 apud FACHEL, 1995, p. 88).

Nesta carta o General Andréa demonstra não ter uma contrariedade à presença do monge a não ser pelo desenvolvimento de um fanatismo no entorno da figura do monge. Quando escreve sobre “empregados com certos regulamentos com boas intenções” parece demonstrar que teria se constituído alguma irmandade ou confraria no Campestre de Santo Antônio. Fachel apresenta uma carta que pode ser de autoria do monge para confirmar esse indício. Sob título o “Aos Campestres”, o documento continha a mesma assinatura do monge do livro de registros de Sorocaba, mas, ainda assim, outro autor Beltrão não acredita que seja de autoria de João Maria de Agostinho.

Mesmo com dúvidas a respeito da autoria desse documento, ele nos traz o tema da forte identificação do monge com Santo Antônio, padroeiro da “Capelinha” construída que passou a dar nome também à localidade. A imagem de Santo Antônio, abrigada na ermida construída junto com o povo, foi trazida pelo próprio monge. Há divergências de relatos sobre como o monge havia conseguido a imagem. O mais provável para Fachel é que ele a tenha conseguido no antigo território das Missões. Mas o fato é que o monge escolheu o Santo Antônio como padroeiro da Capela⁵⁰ (FACHEL, 1995, p. 37).

Santo Antônio Abade (251-356 d.C), nome pelo qual também é cultuado Santo Antônio, é o pai de todos monges e destacamos que é reconhecido por ser o protetor dos animais, contra a peste e doenças contagiosas e por ter se recolhido em grutas e montes durante sua vida. Parece nítida a referência que o monge João Maria tinha em São Antônio como seu arquétipo. Fachel acredita que com isso o monge teria demonstrado que era conhecedor das questões religiosas da igreja oficial, diferentemente do que afirmavam seus detratores, dentre os dominantes da região que buscavam desacreditá-lo em virtude da popularidade que o monge a cada dia ganhava. Mesmo após a prisão do monge, a festa anual de Santo Antônio, bem como as novenas continuaram sendo promovidas pelos pobres da região por muitos anos, em conformidade com as instruções da carta “Aos campestres”. Ainda em 1848, os devotos construíram uma nova capela, no sopé do morro. As capelas ficaram conhecidas como Capela do Campestre, Capela do Monge ou ainda Capela de Santo Antônio (FACHEL, 1995, p. 37-39).

Após sua expulsão, o monge foi encaminhado para a ilha do Arvoredo (SC) e posteriormente, em 1851 se instalou no município da Lapa-PR. Nesta região o monge igualmente se instalou em uma gruta próxima a “um filete d’água cristalina e fresca que brota das pedras” (CABRAL, 1960, p. 133). O povo não tardou em buscá-lo. Cabral conta que:

João Maria, a par das prescrições religiosas, aconselhava, como no Campestre, a água que ali corria. Para todas as enfermidades e todas as queixas. E, como sempre e em toda a parte, havia os que saíam reconfortados e os que saíam curados, os que se viam recuperados e os que desciam esperançosos. A fama de curas milagrosas obtidas com aquelas águas (...) correu como sempre correm tais notícias, aumentando a afluência de crentes e a reputação dos poderes sobrenaturais do monge. (CABRAL, 1960, p. 133).

⁵⁰ Felicíssimo Manoel de Azevedo, em seus artigos publicados conta de uma suposta conversa entre João Maria de Agostinho e o General Andréa. O primeiro foi pedir autorização para trazer uma imagem de Santo Antônio para a Capela. Assim registra o jornal *A Federação*:

“- Gen. Andréa: Quem é você? O que quer? De onde veio? Como se chama?

- Monge: Sou italiano; natural de Roma; ando em peregrinação feita á santa mãi de Deus; chamo-me João Maria Agostim.

- Que mais quer?

- Venho pedir a v. ex. um santo,

- Os santos procura-se no ceo, onde segundo a nossa crença, ha muitos. Explique-se melhor.

- Em uma igreja dos Sete Povos da Missões de Missões, que esta em ruínas, existe uma bella imagem de S. Antônio; eu venho pedir a v. ex. essa imagem para construir-lhe uma capella.” (JORNAL)

- Vá ter com o Padre Thomé que é quem governa. Eu nada tenho a que ver com essas coisas.

Depois da Lapa, o João Maria se instalou em Rio Negro (PR) e em Mafra (SC). Em Mafra, edificou suas cruzeiras, onde posteriormente foi construída uma capela que ainda hoje guarda uma cruz do monge conhecida como “Cruz de Mafra”. Fachel conta que o significado dessa cruz é muito relevante pois, além da permanência de João Maria na fé e na memória do povo, ela também simboliza a resistência do povo do Mafra em manter a capelinha e a cruz, que por algumas vezes sofreu a tentativa de retirá-las do local original (FACHEL, 1995, p. 33-34).

Após sua permanência em Mafra, não há mais registros de João Maria de Agostini, apesar de termos muitas histórias imprecisas e lendas sobre seu desaparecimento e morte (FACHEL, p. 34-36). Encontramos nas bibliografias, relatos e entre folcloristas entretanto muitas outras histórias contadas de difícil comprovação sobre esse personagem tão peculiar. Afinal foi reconhecido como sábio conselheiro, curandeiro milagroso que não pedia nada em troca por receber os crentes com necessidades mais variadas e de aparência humilde, e vida abnegada que foi perseguido pelos poderosos. Apesar de não comprovadas, muitas dessas histórias podem ser preciosas fontes da cultura e do modo de vida, pois difundidas entre os caboclos demonstram muito da cultura especialmente se combinadas com fontes de maior comprovação. Sobre elas trabalharemos um pouco mais adiante.

Com ainda menos registros sobre seu surgimento, o segundo João Maria tem data incerta para seu aparecimento, mas muito provavelmente ocorreu por volta dos anos 1890 segundo muitos depoimentos (CABRAL, 1960). Foi mais itinerante que o primeiro e percorreu as proximidades do Rio do Peixe e do Rio Uruguai. Segundo Cabral, a “zona de influência” do monge eram os territórios gaúchos e a região contestada pelos estados de Santa Catarina e Paraná (CABRAL, 1960, p. 149).

Conhecido como João Maria de Jesus, teve por J. O. Pinto Soares, um militar que participou da Guerra do Contestado, seu “nome verdadeiro” revelado como Anastaf Marcaf, tendo origem francesa, mas não há uma fonte dessa informação revelada pelo militar (SOARES, 1920, p. 20 apud FACHEL, 1995, 49). Sobre sua origem, o próprio monge teria dito ao Frei Rogério, padre da região:

Eu nasci no mar, criei-me em Buenos Aires, e faz onze anos que tive um sonho, percebendo nele claramente que devia caminhar pelo durante quatorze anos, sem comer carne nas quarta-feiras, sextas-feiras e sábado, e sem pousar na casa de ninguém. Vi-o claramente (SINZIG, 1939, p. 157 apud FACHEL, 1995, p. 49)⁵¹.

João Maria de Jesus não recebia dinheiro em troca de quaisquer serviços, dormia aos pés de árvores não aceitando teto, não se alimentava de certos alimentos e buscava, assim como o primeiro, fugir de ajuntamentos. Pregava penitências e profetizava calamidades. Teve também por algumas ocasiões problemas com sacerdotes que o interpelaram pela prática de batismos e outros deslizes cometidos na visão da igreja oficial (CABRAL, 1960, p. 162).

Diferentemente do primeiro, expressava ideias políticas. Não era amigo do regime republicano e atribuía muitos dos males que ocorreram ou que estava a ocorrer ao início da República. Duglas Teixeira de Monteiro conta que o Segundo Reinado representou para a região um período de 44 anos de estabilidade, que foi interrompido por mudanças ocorridas após a proclamação do novo regime (MONTEIRO, 1974, p. 85). No mesmo sentido, Fachel avalia que foi neste contexto de espoliação que João Maria de Jesus exerceu seu ministério, representando um consolo e esperança para os camponeses oprimidos (FACHEL, 1995, p. 52). A sua identificação com o povo, e do povo com ele, assim como ocorria com João Maria Agostinho, fez crescer a fama de um único João Maria.

⁵¹ Este diálogo foi relatado pelo Frei Sinzig (1939, 157) que tomou conhecimento dele pelo Frei Rogério. A pergunta que antecedeu a resposta foi a seguinte: “Como vigário tenho que vigiar sobre a doutrina. Quem lheu deu a missão de ensinar o povo? Donde vem?”. Uma maior descrição do diálogo com comentários está presente no livro de Duglas Teixeira de Monteiro (1974).

As semelhanças com o primeiro monge eram muitas: simplicidade, privações reconhecidas, identificação com os pobres pouco assistidos pela igreja oficial, vida dedicada ao socorro destes em dores e enfermidades. Também aconselhava as águas frias das fontes junto às quais pousava e indicava ervas como remédios. No seu caso, recomendava as infusões de vassourinha do campo, que ficou como de “erva de São João Maria”. O militar Pinto Soares assim o descreveu:

João Maria a todos atendia bondosamente, receitava, aconselhava o bem, recusava pagamentos em dinheiro, apenas recebendo presentes de cavalos, porcos, vacas, etc., sendo que mesmo estes distribuía entre os seus inúmeros afilhados por êle proprio batisados. (SOARES, 1931, p. 13).

Conta ainda que também “plantava” cruzeiros por onde passava e as cruzeiros eram com ele identificadas:

Assim que ele partia de um lugar, os moradores aí erguiam um crúis em seu louvor, em torno do qual, daí por diante em dias designados, se reuniam para rezar. (...) As cruzeiros eram feitas de cedro por determinação de João Maria, que neste particular sabia influir no espírito de seus adeptos, pois, essa madeira enterrada ao solo, brota admiravelmente, o que fazia aumentar a convicção dos fanáticos, crentes, como ficavam, de que a crúis crescia e engralhava-se unicamente pelo poder divino do “Santo”. (SOARES, 1931, p. 15).

Cabral diz que as fotografias que corriam de João Maria, e ainda correm, são deste João Maria de Jesus, mas para o povo é somente João Maria, monge que percorreu os sertões e socorreu os sertanejos. “João Maria é um só”. (CABRAL, 1960, p. 164). Apesar da ligação entre os monges e de certamente o segundo ter tirado proveito da fama inicial do primeiro para a sua missão, Cabral afirma que não encontrou nos muitos dos depoimentos que colheu qualquer menção de este João Maria de Jesus ter dito ser o mesmo solitário da Pedra Santa, da Lapa ou do Campestre.

Como João Maria de Agostini, desapareceu de forma misteriosa. Segundo Frei Sinzig, ele teria desaparecido antes de 1900 (apud FACHEL, 1995, p. 53). Soares ouviu falar que foi encontrado quase morto em Ponta Grossa (PR) e teria morrido após levarem-no ao hospital, o que teria acontecido entre 1906 e 1909. Bem popular entre os caboclos era a versão que teria desaparecido no morro “encantado” do Taió e que voltaria a aparecer em breve (SOARES, 1931, p. 18). Certo é que a imagem de João Maria foi reforçada por sua passagem. Em 1931 o militar escrevia que “em poucos anos ele (João Maria) havia de tornar-se a figura mais famosa do sertão, o grande ‘monge’, a quem todo o cabôclo de serra acima até os nossos dias havia de venerar como ‘São João Maria’” (SOARES, 1931, p. 16).

O terceiro, é José Maria, que se denominava José Maria de Santo Agostinho e, de acordo com Soares, ele se dizia irmão do primeiro monge e, diferentemente de seus antecessores monges, cobrava pelas receitas taxas em dinheiro no valor mínimo de 2\$000 (dois mil réis) (SOARES, 1931, p. 16). Euclides Felipe entrevistou Joaquim Rosa⁵², fazendeiro em Taquaruçu que afirmara ter conhecido José Maria e o inquiriu sobre essas questões:

— (...) dizem que ele cobrava dois mil réis por consulta, para instalar uma tal Farmácia do Povo. Isso aconteceu?

— Também ouvi dizer, mas só depois dele ter falecido. Não acredito. É tanto que o coronel Chiquinho ofereceu um punhado de moedas de ouro e prata pela cura da mulher, ou então uma inverninha de trinta alqueires e José Maria agradeceu, dizendo que quando morresse não iria levar terra e nem capim na boca.

— Ele declarava ser irmão de João Maria?

— Ouvi ele falar em “nosso irmão”; mas não em “meu irmão”. O resto é por conta do povo (FELIPPE, 1995, p. 75).

52 Euclides Felipe não informa a data da entrevista.

O depoimento nega as duas afirmações feitas pelo militar. Não foram as únicas acusações a José Maria que contudo são consideradas falsas por outros interlocutores⁵³. Talvez isso ocorra devido à conjuntura de ainda maiores conflitos, uma vez que se aproximava a Guerra e José Maria é parte fundamental de sua eclosão.

José Maria receitava ervas, mas aparentemente de forma menos mística que seus antecessores. Machado conta que ele “dizia às pessoas que observava as propriedades das plantas para empregá-las nas curas”. Chegou a organizar “uma ‘Farmácia do Povo’, que reuniria todos os tipos de plantas e ervas terapêuticas disponíveis”. Como indicava receitas complexas, parecia ter conhecimento empírico elevado sobre as ervas (MACHADO, 2001, p. 168-169). Machado entrevistou, em 1998, Antônio Fabrício das Neves, de Irani, cujo pai conheceu de perto José Maria. Afirma que o monge não era fanático, nem estimulava o fanatismo:

“Isso aí [o fanatismo] é o que eles [os inimigos] queriam dizer para desacreditar o homem [José Maria]. Queriam dizer que ele estava mentindo. Que ele se dizia ser um santo, eu nunca ouvi dizer que alguma vez ele falou isso. Ele dava os pareceres dele, mas dentro de um ritmo de futuro, de respeito, de gente que queria crescer junto. Por isto é que essa gente de Curitiba veio aqui dizendo que era o tal fanatismo, que ele nunca pregou, nunca defendeu. Eram os de fora que chamavam de fanáticos e, principalmente, os de fora que se interessavam por este pedaço de terra.” ... O certo mesmo é que era um homem com muita instrução, muito entendido”. Sobre as curas: “Ele ensinava, mas ele nunca se propôs a ser um curador como diziam”. (MACHADO, 2001, p. 169)

José Maria compareceu à Festa de Bom Jesus em Taquaruçu no dia 6 de agosto de 1912. Após sua realização, o acampamento ganhou volume com a chegada de muitos doentes e curiosos. Machado conta que entre eles havia “muitos sertanejos expulsos pela *Lumber* e pela BRC tanto da costa do rio do Peixe, como da região do Iguaçu. Era gente que não tinha mais para onde voltar. Neste ajuntamento, muitos esperavam pelo retorno de João Maria” (MACHADO, 2001, 171)

A aglomeração ocorreu em Terras do Cel. Henriquinho de Almeida, rival político do superintendente da cidade Francisco Ferreira Albuquerque (FACHEL, 1995, 55). Cabral afirma haver uma amizade entre José Maria e o Cel. Henriquinho de Almeida, o que teria irritado o superintendente da cidade, afirmação que para Machado não pode ser comprovada. Independente de José Maria ter ou não tomado posição nessa disputa, Cel. Albuquerque o chamou para uma conversa, que foi recusada. José Maria teria respondido que “a distância da casa do coronel à sua era igual à da sua casa à do coronel”. Albuquerque entendeu como uma insubmissão, o coronel pediu intervenção da força do Estado ao seu compadre Vidal Ramos, governador do Estado, alegando que o grupo queria restaurar a monarquia. Também informou ao superintendente de Campos Novos, município vizinho, Cel. Rupp. (FACHEL, 1995, p. 55).

Chama a atenção a monarquia nesta história. Os trabalhos mais recentes de interpretação do conflito concordam em dizer que neste momento não era o que unia aquele ajuntamento de caboclos. Machado considera um evidente exagero do Cel. Albuquerque e acredita que atitude tenha ocorrido por ter se sentido humilhado pelo curandeiro. O autor, que se dedicou a compreender as demandas e aspirações políticas do movimento, entende que neste momento

Os sertanejos apenas lembravam das referências monárquicas do antigo monge João Maria, referências religiosas que ligavam a monarquia ao campo do sagrado, como “lei de Deus”, como “Coisa do Céu”. Somente a partir de novembro de 1913, mais de um ano após a morte de José Maria no Irani, no segundo ajuntamento de Taquaruçu, agora como um “Quadro Santo”, é que passa a existir uma visão mais elaborada da monarquia cabocla (MACHADO, 2001, p. 175-176).

⁵³ Paulo Pinheiro Machado diz a respeito: “As acusações à José Maria vão desde o charlatanismo até rapto de menores e abuso sexual de meninas. Os adversários do monge procuravam desqualificar moralmente, precisamente nos pontos mais sensíveis aos costumes caboclos.

O pedido foi atendido e 30 soldados foram enviados, além de tropas federais que foram convocadas. Contudo, José Maria se retirou do Taquaruçu e acompanhado de 40 dos acampados no Taquaruçu foi a Irani. Alguns historiadores, como Cabral, contam que já em Irani, José Maria organizou os que se juntaram em um tipo de organização social própria com “quadros santos”, o que, na verdade, segundo Machado, só ocorreram no segundo Taquaruçu sob a liderança de Eusébio Ferreira dos Santos e Chico Alonso a partir de novembro de 1913. Neste momento, “entre agosto e outubro de 1912, os povoados de Taquaruçu e Irani não passam de ajuntamentos de pessoas em tomo de um curandeiro considerado por muitos, eficaz e, por alguns, milagroso”. José Maria enquanto era vivo não foi comparado a um santo como seu antecessor João Maria (MACHADO, 2001, p. 179).

O governo do Paraná entendeu que ida dos “fanáticos” para um território contestado, Campos de Palmas, seria uma iniciativa do por parte dos catarinenses para justificar a presença de tropas federais para se apoderarem do território. Assim, a questão tomou outra proporção e para os governantes do Paraná e seu Regimento de Segurança passou a ser “questão de honra” a destruição do ajuntamento. Os acontecimentos a seguir são contados por Machado da seguinte forma:

O Cel. Domingos Soares tentou uma mediação com José Maria, que novamente afirmava que não queria lutar, que não tinha qualquer problema com as autoridades paranaenses e que só estava na região por que tinha sido intrigado contra o governo catarinense pelo Cel. Albuquerque, de Curitiba. Mesmo assim, José Maria concordou com Domingos Soares que dispersaria seu ajuntamento, mas que necessitava de um prazo de três dias para poder distribuir estas pessoas por várias regiões. Quando Domingos Soares procurou João Gualberto para comunicar este acordo, o chefe do Regimento não concordou com a dispersão dos caboclos e no dia seguinte atacou o pequeno povoado de Irani. O maior erro do comandante do Regimento de Segurança do Paraná foi subestimar a capacidade de resistência dos sertanejos e confiar demais em sua metralhadora. Na madrugada de 22 de outubro de 1912 a força paranaense foi destroçada na entrada do banhado que dá acesso ao faxinal do Irani. Estima-se que mais de 200 sertanejos combateram ao lado de José Maria, tendo participado do combate os 40 homens que seguiram o monge desde Taquaruçu, o pessoal do Irani, amigos, familiares e agregados de Fabrício das Neves e um piquete de cavalaria do Capitão Miguel Fragoso, embora este último não tenha participado pessoalmente do combate. (...) a força paranaense conseguiu abater José Maria e vários caboclos que marchavam a frente dos sertanejos, mas logo os soldados foram cercados pelos sertanejos que partiram para um combate com arma branca, um “entrevero”, no qual tinham extrema habilidade. (MACHADO, 2001, p. 181).

No embate, João Gualberto também morreu e, apesar das baixas, a primeira impressão tanto para militares quanto para os governantes era que com a morte de José Maria, estava posto abaixo o movimento dos caboclos. Mas o sentimento de injustiça junto ao sentimento de vitória na batalha e o heroísmo de José Maria fez o movimento tomar outro corpo “com um processo peculiar de reelaboração mística”. José Maria passa a ser diretamente identificado com as histórias de João Maria e voltaria chefiando o exército de São Sebastião em um ano.

3.4 Modo de Vida e Catolicismo Caboclo

A história dos monges invariavelmente é tema importante nas pesquisas sobre o Contestado. Eles são personagens fundamentais na religiosidade dos caboclos do planalto e os aspectos religiosos são impossíveis de serem ignorados no estudo do conflito. Contudo, a forma como é encarada a religiosidade cabocla varia bastante nos estudos empreendidos e as escolhas interpretativas dos pesquisadores sobre este tema podem definir muito do conjunto da interpretação sobre o conflito protagonizado por um movimento rural comumente

caracterizado como *messiânico*, *milénarista* ou “fanático”.⁵⁴ Não pretendemos fazer uma discussão aprofundada sobre o tema, muitos autores já o fizeram sob muitas perspectivas. Queremos apenas apresentar dentre essas visões a que nos parece mais coerente com a abordagem que temos desenvolvido.

Consideramos mais adequado para nossa pesquisa o diálogo com acúmulos mais recentes sobre o catolicismo do contestado, que o encaram imerso no modo de vida caboclo e entendem a experiência religiosa de forma não dicotômica com outras dimensões da vida. Nesta perspectiva, Telmo Marcon analisa a religiosidade cabocla como parte do modo de vida, trabalhando a cultura, mas também a religiosidade, não como manifestações ou uma esfera da vida, mas perpassando a totalidade da realidade e da existência (MARCON, 2008, p. 140-142).

O autor critica as abordagens em que a religiosidade cabocla é encarada a partir do prisma do *messianismo* e do *fanatismo*, pois são manifestações distintas das que ocorreram no período anterior ao conflito. Acredita que o foco da leitura sobre a religião cabocla em um contexto de guerra não é capaz de trazer uma compreensão adequada, pois demonstra apenas características próprias desse momento. Portanto, é preciso apreender os principais aspectos presentes na religiosidade cabocla desde a segunda metade do século XIX e início do século XX, bem como levar em conta mudanças que foram ocorrendo e que mostraram-se decisivas na vida dos sertanejos que levaram ao conflito (MARCON, 2008, p. 142 et seq). Também critica a utilização de *universalismos abstratos*⁵⁵ no uso de conceitos como *fanatismo* e *messianismo*, muitas vezes carregados de preconceitos (MARCON, 2008, p. 143). Neste sentido é que queremos vincular a rápida biografia que trouxemos dos monges com aspectos do folclore e cultura cabocla com um olhar ecológico.

Para o autor, são as pregações dos dois primeiros monges portanto que exerceram a influência da religiosidade cabocla enquanto parte do modo de vida caboclo, na verdade entendidos não como monges, mas como único *santo* São João Maria, da forma como constituem a cultura cabocla.

Uma característica importante dos monges é que viviam no sertão, diferentemente dos padres, porta-vozes “de uma instituição estranha”. Os dois primeiros monges, apesar de também serem estrangeiros, como frequentemente também eram os padres, “se deixavam assimilar” e possuíam muita proximidade com os sertanejos (MONTEIRO, 1974, p. 81)⁵⁶. Em diálogo com a condição de “deixar-se assimilar” trazida por Monteiro, Marcon afirma que os monges ampliam a noção de sagrado, que permeia a totalidade da existência e o conjunto da natureza. A própria interpretação bíblica dos monges trabalhava com a lógica inversa da tradição dogmática da Igreja, em que a doutrina se antecipada à realidade. Os monges falavam e interpretavam a realidade com mais liberdade a partir da cultura cabocla (MARCON, 2008, p. 147) e de uma relação com ambiente não mercantilizada.

Os costumes de reciprocidade dos caboclos que descrevemos anteriormente possuíam também inspiração numa ética popular do catolicismo caboclo. As características de ajuda

54 O termo “fanático” é empregado por autores que naturalizaram uma condição inferioridade dos sertanejos, atribuindo certa irracionalidade ou loucura a seus atos, perspectiva própria de quem não conhece outra lógica ou visão de mundo que não seja a visão da ciência e do progresso.

55 O autor se baseia nas reflexões de Raymond Williams que defende que “a cultura deve ser pensada ‘como um processo social constitutivo, que cria **modos de vida** específicos e diferentes, que poderiam ter sido aprofundados na forma notável pela ênfase no processo social material, foram por longo tempo irrealizadas, e com frequência substituídas na prática por um universalismo abstrato unilinear” (WILLIAMS, 1979, 25 apud MARCON, 2008, 143).

56 Duglas Teixeira de Monteiro (1974, 81) trabalha com a classificação de *catolicismo rústico* no Contestado, em diálogo com os estudos de Maria Isaura de Queiroz (1965) sobre movimentos messiânicos. Uma das características do catolicismo rústico seria uma autonomia do mundo religioso oficial. Como parte integrante da vida social sertaneja os monges cumpriam o papel equivalente do padre, mas eram a expressão dessa autonomia.

mútua, uma medicina caseira, curas através de recursos da natureza foram fundamentais para o estabelecimento de relações solidárias e compromissos coletivos, dos quais os monges faziam parte. Nas palavras de Marcon :

As práticas dos monges situam-se no horizonte do catolicismo popular, eles reconhecem e valorizam as festas e as práticas populares de religiosidade, solidarizam-se com o sofrimento e com os doentes, procuram ressignificar o tempo presente, permeado de luta e sofrimento, mas também de esperança e de festa. (MARCON, 2008, p. 153).

Os monges chegavam ao âmago das relações sociais entre os caboclos através de uma linguagem que possuía códigos próprios e que permitiu a compreensão dos significados atribuídos aos hábitos e costumes. O tom apocalíptico da linguagem, presente muitas vezes nas exortações do segundo monge, não pode ser entendido senão no contexto de mudanças que o planalto Contestado passava, como a construção da ferrovia, a exploração industrial da madeira e da instalação de novas relações capitalistas que provocaram muitos conflitos. Assim podemos inferir que muitos desses anúncios não eram abstrações, mas percepções das mudanças, e nelas havia identificação com a posição de injustiça sofrida pelos caboclos. Em um deles Marcon demonstra nitidamente referência às “cercas” das propriedades privadas quando o monge dizia que os campos ficariam “cheios de arame como teia de aranha”, como descrito no depoimento de Pedro Serrano (MARCON, 2008, p. 144 et seq).

Se entendermos a religião, não como manifestação, mas como mediadora de toda a vida entre os pobres do planalto, podemos compreender muitos elementos considerados folclóricos como dimensões que fazem parte do modo de vida caboclo. Neste sentido, é que passamos a refletir sobre um acervo grande de depoimentos e décimas publicadas pelo folclorista Euclides Felipe.

Para abordar as fontes folclóricas do Contestado, queremos, como sugere Thompson, compreendê-las, não como textos cuja comprovação é duvidosa e cujo conteúdo é fruto de invenções, mas como capazes de desvendar significados na medida que as consideramos “válidas” quando contextualizadas (THOMPSON, 2001). Essa validade contudo não se expressa como fatos comprovados mas como expressão de significados presentes na cultura cabocla. Neste sentido o compilado de mandamentos, versos e histórias de Euclides Felipe pode nos apresentar com grande riqueza de informações para muitos aspectos do modo de vida caboclo em sua relação com a natureza.

Para compor o livro *Último Jagunço. Folclore na História da Guerra do Contestado*, Euclides Felipe coletou em suas cadernetas depoimentos de caboclos do planalto Contestado durante 48 anos enquanto trabalhou como topógrafo. Felipe estabeleceu intenso relacionamento com a população sertaneja, muitas vezes sendo hospedado em residências de pequenos lavradores e grandes fazendeiros (FELIPPE, 1995, p. 12). Fruto dessa relação, publicou o livro em 1995 como um compilado de depoimentos, “causos”, profecias, décimas e relacionando-os por vezes com publicações de autores sobre o Contestado e indicando a origem dos depoimentos, mas outras vezes apenas apresentando histórias sem identificar o autor e informar quando ocorreram. Mistura por vezes eventos comprovados com histórias fantásticas, talvez entendendo que tudo isso faça igualmente parte da história de lutas dos camponeses do contestado.

Felipe em um breve tópico intitulado “O folclore na história da Guerra do Contestado” expressa um pouco do sentido que dá ao seu trabalho:

FOLCLORE - ensina Simões da Fonseca - “é o conjunto das tradições lendas, costumes, superstições, crenças de um país ou região, expressos em provérbios, contos, estrofes, poesias e literatura. É a ciência das dicções e usos, o conjunto das canções populares de uma época ou idade”

Tem como sinônimo o termo “demopsicologia”, que é a ciência da psicologia coletiva, observada através de manifestações espirituais, culturais e materiais do povo, de um modo empírico.

EMPIRISMO - diz Caldas Aulete “é o sistema filosófico que atribui a origem das ideias e conhecimentos práticos, devidos à experiência sem estudos teóricos ou métodos científicos”. Portanto, é este o sentido e o exíguo valor deste pequeno e modesto trabalho empírico (FELIPPE, 1995, p. 12-13).

Assim o autor folclorista se autointitula também um empirista, expressando que suas ideias vem da experiência prática, do contato direto por mais de 4 décadas com o povo, alheio à métodos científicos. “Com o tempo e aos poucos” foi “participando da vida sertaneja local, colhendo informações, pareceres e opiniões”. Para ele, muitas das composições folclóricas são uma “versalhada ininteligível”, mas que ele próprio se incubiu de dar “uma guaribada” e assim “torná-la acessível no próprio estilo sertanejo, tão simples e fascinante” (FELIPPE, 1995, p. 12-13).

A definição que Felipe entendeu ser mais adequada para toda diversidade de fontes folclóricas que “colheu” está no campo das “lendas”, “superstições” e “crenças”, mas também no “costume” nas “manifestações materiais” do povo. Para ele portanto, o folclore do contestado, que pode ser manifestado em provérbios, poesias, contos ou depoimentos, tem origem na materialidade da vida, assim como das crenças, o que nos parece muito coerente para se compreender um segmento social cujas atividades estão tão mediatizadas pela sua religiosidade.

3.5 Folclore e Ecologia

Buscamos então nestas fontes folclóricas as referências dos caboclos, presentes especialmente em manifestações atribuídas aos monges. O que chama a atenção em um primeiro momento são os *Mandamentos das Leis da Natureza*, um código com preceitos de condutas e ensinamentos que teriam sido proferido pelo monge que é mencionado em boa parte da bibliografia recente do Contestado. Mas tão importante é percebermos a presença de ensinamentos a respeito da natureza, dos animais, das plantas, das águas em ditos a respeito de outros temas. A natureza é um elemento constantemente presente nos documentos folclóricos.

Sobre os animais, encontramos entre os ditos atribuídos a São João Maria algumas referências a respeito de como eles devem ser tratados. Os *Mandamentos das Leis da Natureza* dizem expressamente: “Bicho do mato é filho da terra. Só se matam os danosos” (FELIPPE, 1995, 36). Nos versos de uma poesia de cordel intitulada *Vida e ensinamentos de João Maria*, transcritos por Felipe depois dela ter sido fornecida por Florêncio Rodrigues França, em determinado ponto são descritas exortações do monge de que não se deve maltratar nem maldizer os animais pois são parte da criação:

Quem judia das criação
É quem faz maió pecado;
Quem martrata bicho bruto
É deiz veiz mais condenado.

Não se chama nome feio
Nem pra gente ou criação,
Quem tivé sua boca suja
Traiz para si só maldição (FELIPPE, 1995, p. 42).

Nestes versos extraímos um forte sentido preservação dos animais: *judiar*, que parece aqui estar num sentido próximo ultrajar é um ato pecaminoso, e *maltratar* os bichos é ainda mais condenável. O mesmo sentido está no ato de *chamar nome feio*, de ofender, que não deve ser feito nem para gente nem para criação. Nestes versos apresentam a equivalência entre os bichos e as pessoas (*gente*). Ter *boca suja* traz maldição, não importa de a ofensa é dirigida a um bicho ou a uma pessoa.

Em outro trecho, há mais exortações sobre o lidar com os bichos:

Não se anda a cavalo
Se ferida tem no lombo;
Quem tem duro o coração
Que espere logo o tombo.

Pra caçá é só pro gasto
Nunca por divertimento;
Quem só mata por brinquito
Logo espere sofrimento.

Como é lindo os passarinho
Têm amor, querem vivê,
Deus deu vida pros bichinho
Eles sofrem pra morrê (FELIPPE, 1995, p. 42)

O monge exorta os caboclos a cuidarem dos bichos machucados. É preciso ter empatia com o sofrimento dos cavalos. Demonstram dureza de coração, no sentido de insensibilidade. O ato de caçar só deve acontecer na medida das necessidades humanas, não por divertimento ou qualquer outro motivo chulo. Como os seres humanos, os animais têm sentimentos como o amor e o sofrimento, que devem respeitados. Eles vivem por ação divina (*Deus deu vida pros bichinhos*), não estando na alçada humana determinar qual vive em qual morre, a não quando estão cumprindo a dadivosa função de servirem como a alimento.

Neste sentido, nos *Mandamentos das Leis da natureza*, encontramos ditos com o mesmo teor, semelhante aos versos que acima citamos, contudo incluída a justificativa de que os animais não pertencem aos seres humanos mas sim à natureza. Não sendo donas, as pessoas não podem fazer aos animais o que bem entendem:

- “12) Bicho do mato não traz marca de gente. Pertence à Mãe Natureza. Quem caça por divertimento, caça o alheio. É criminoso. Será punido.
 - 13) Não permita que seus filhos matem passarinhos. É malvadez.
 - 14) Não se chama nomes feios à criação. Ela obedece ao instinto que é a linguagem da Mãe Natureza.
 - 15) Quem encilha animal com “mata” no lombo... cuidado com as costas.
- (FELIPPE, 1995, p. 36).

Ainda sobre os animais, seguem mais *mandamentos*:

- 16) Não se tira leite, sem deixar um teto cheio ao terneiro.
- 17) Não se tira mel, sem deixar alguns favos para as abelhas. (FELIPPE, 1995, p. 36)

Desta vez, identificamos um reconhecimento que de se deve aos bichos o acesso humano a determinados recursos alimentares. Desta forma, não se deve consumir todo esse recurso alimentar sem deixar um pouco para a alimentação dos seus produtores, como a abelha⁵⁷ e a vaca leiteira. Para além de uma questão de cuidado, é possível também deduzir um sentido de preservação dos animais, também para que haja condições para que esses alimentos estejam sempre disponíveis para o uso humano. Afinal deixar alguns recursos para as abelhas e para os terneiros é a garantia da sobrevivência dos mesmos.

Interessante notar que alguns relatos sobre os comportamentos do andarilho dizem que ele sequer se alimentava de carne ou não tinha tanto apreço por ela. A poesia *Vida e ensinamentos de João Maria* também menciona essa questão. Diz:

Ele carne não comia

⁵⁷ Felipe conta uma lenda que ele intitulou *O mel do Guaráipo*, sem contudo dizer sua origem. Ela dizia: *No dia seguinte apareceu um agregado vizinho com dois gomos de taquara cheios de mel silvestre. Havia “furado” uma guaráipo para presentear ao monge. — Aceito seu presente moço. E agradeço. Contudo, um desses gomos devolvo para que leve de volta e um meu nome restitua às abelhinhas. Depois procure tampar bem o orifício que abriu na árvore para melar, a fim de resguardar os bichinhos durante o inverno que está se aproximando. Não se esqueça que foi Deus quem criou esses nossos parentinhos. Devem merecer nossa estima (grifo nosso)* (FELIPPE, 1995, 52).

Só feijão arroz e couve
Não vivia tirando a vida
Esse crime não lhe coube. (FELIPPE, 1995, p. 42).

Especialmente a João Maria de Agostini é atribuído um certo vegetarianismo. Na sua descrição nas bibliografias e até no relato de militares aparece que “não comia carne, só frutas, verduras e leite” (MACHADO, 2001, 150). O segundo João Maria teria dito a Frei Rogério que não comia carnes “nas quartas-feiras, sextas-feiras e sábados” (CABRAL, 1960, 155). Mas, ao buscarmos relacionar esses ditos sobre os animais atribuídos a São João Maria a outras fontes, inescapavelmente nos vem à mente a sua devoção por Santo Antônio, santo protetor dos animais. Tendo tomado Santo Antônio como padroeiro da Capelinha do Campestre, como seu arquétipo e tendo promovido novenas e festas em sua homenagem, nos parece que essa possa ter sido uma das procedências da ligação dos monges com os animais.

Queremos citar ainda uma das lendas contadas por caboclos sobre o surgimento deles que demonstram sua proximidade com a natureza, em especial com os animais. Uma delas⁵⁸ dá conta de que João Maria vinha da Galiléia, possuía até um nome hebraico, Joannah Jeshoa. Era casado com uma muçulmana de nome Aisha, que ele havia raptado (sic). Foi guerrear em Alexandria, tendo recebido a notícia de que sua esposa havia morrido. Porfundamente amargurado, veio-lhe uma revelação divina e resolveu ser um peregrino pelo mundo com bastão à mão. De repente,

João Maria ao se acordá
Deu por si cá na floresta
Passarinho e bicharada
Ao redó fazendo festa” (FELIPPE, 1995, p.19)

A floresta é o lugar de morada de muitos dos animais, mas também um lugar coberto e dominado pelas plantas. Se há empatia do monges para com os animais, também as plantas merecem cuidados. Os *mandamentos* ensinam que os alimentos recebidos da terra, seja pelo extrativismo nas matas ou através das plantações, são na verdade empréstimos:

- 1) Não se deve queimar folhas, cascas nem palhas das plantações que dão mantimentos. O que a terra dá emprestado, quer de volta.
- 2) É errado jogar palhas de feijão nas encruzilhadas. É o mesmo que e virar o coxo. A terra se ofende.
- 3) Ao cortar uma árvore ou pé do mato, não se deixa mamando. Se corta por inteiro. Enquanto as plantas agonizam, os negócios da gente também vão abaixo.
- 4) Quem descasca a cintura das árvores para secá-las, também vai encurtando sua vida. Árvore é quase bicho e bicho é quase gente. (FELIPPE, 1995, p. 36)

O aviso de que a terra vai “querer de volta” as “folhas”, “cascas” e “palhas” pode nos trazer a ideia de reciprocidade, assim como vimos na relação com os animais. “A terra se ofende” com cada ato que pode ser interpretado como uma agressão às árvores e plantas, pois agonizam. Como os animais, elas sofrem, assim como também sofrem os seres humanos. Temos ainda uma proximidade entre pessoas (*gente*), animais (*bicho*) e as plantas (*árvore*) no verso *Árvore é quase bicho e bicho é quase gente*. Há degraus na relação entre eles, mas são *quase* equivalentes, são igualmente criação e são capaz de sentir.

Para os caboclos, as plantas, além de alimento, possuem inegável poder de cura. Se bem manuseadas faz-se delas remédio contra muitos males. Como vimos, fez parte da trajetória dos monges o conhecimento sobre ervas, passando pelos cipós de João Maria de Agostini, a vassourinha do campos (“erva de São João Maria”) ou a Farmácia do Povo de José Maria. Para o caboclos, segundo os depoimentos, o poder de cura das plantas podem estar ligadas às suas propriedades naturais ou a poderes milagrosos dos “santos”, mas a verdade é que essa fronteira entre o místico e o natural não era muito delimitada no catolicismo caboclo. Seja como for, há uma certa sacralidade no lidar com as ervas. Talvez isso esteja presente na conhecida recusa de pagamentos dos monges pelas receitas e

⁵⁸ Lenda contada no livro *História do Monge João Maria* do jornalista Augusto Waldrigues (FELIPPE, 1995, 19).

ensinamentos de uso das ervas. Quando encontramos, por exemplo, a acusação de que José Maria cobrava pelas receitas por setores sociais interessados em atacar a imagem dos monges, o que vemos por parte dos depoimentos dos segmentos identificados com o monge é a afirmação de que nada cobrava.

No cordel *Vida e ensinamentos de São João-Maria* está descrito que São João Maria:

Ensinava bãos remédio
Muitas dor ele curava,
Tinha sempre boas palavra
Comporta-se aconceiava (FELIPPE, 1995, p. 42)

Há também a menção da vassourinha, conhecida pela população do planalto como *erva de são João Maria*:

Mas o tar remédio santo
Todos males alivia,
É a tar da Vassourinha
Que é chamada João Maria (FELIPPE, 1995, p. 43)

Das lendas que se contavam do monge, algumas delas destacam seu poder de cura além do uso das plantas. Das muitas que Euclides Felipe apresenta a partir das informações vindas das “oportunidades que teve”, ouviu algumas delas nos “inúmeros relatos nos fastidiosos dias de chuva e durante as longas noites de inverno ao pé do fogo nos acampamentos de mato e galpões”. São João Maria cura dores de cabeça, coceiras, reumatismos e uma sorte de doenças. Como exemplo, destacamos a dor de cabeça de José Ribeiro da Rocha, do Rio Antinhas, que o assolava por anos. Ao se encontrar com o monge curandeiro, este lhe perguntou: “Está vendo aquele pica-pau bico chanchã que saiu voando daqui, agorinha mesmo? Pois bem: agora ele vai martelar nas árvores do mato e não mais na sua cabeça” (FELIPPE, 1995, p. 45). Assim foi curado o sertanejo .

Seja no uso de ervas medicinais, ou através de milagres, as curas e bençãos estavam, exceto raras exceções, relacionadas a elementos naturais. Gilberto Tomazi, em *A mística do Contestado. A mensagem de João Maria na experiência religiosa do Contestado e dos seus descendentes*, acredita que uma das muitas as razões que levaram João Maria a ser considerado santo pelos caboclos, foi

sua preocupação com a água, com as florestas, com os animais, enfim com toda a natureza e com o ser humano (...)
Os milagre que ele fazia era curar as pessoas e também onde ele acampava nascia água e essa água curava as pessoas(...) e ele ficou conhecido como o santo das águas, que com a fé das pessoas elas se curavam, tomando ou se lavando com esta água (TOMAZI, 1995, p. 317).

Essas foram palavras de João Batista em entrevista a Célio de Oliveira (TOMAZI, 1995, 318) que nos fazem retomar a notável ligação do monge com as águas. Como vimos, um grande número de doentes e necessitados costumavam se aglomerar nas fontes das quais saíam essas águas consideradas poderosas. A procura dos dois primeiros monges por locais onde havia uma nascente em muitas reelaborações dos sertanejos foi invertida, como acontece na versão de João Batista: na verdade, as águas brotavam onde ele acampava. A ocasião da grande aglomeração na região em torno da Capela do Campestre, local de uma das fontes milagrosas por onde se registrou de fato a passagem de João Maria de Agostinho, foi perturbadora para as autoridades. Como vimos, as notícias assustadoras somadas às grandes aglomerações renderam sua prisão e depois expulsão do Rio Grande do Sul em direção à Santa Catarina, onde transitou entre os caminhos das tropas (MACHADO, 2001, p. 166-167).

Euclides Felipe em seu livro também narra o relatório médico do Dr. Thomaz Antunes de Abreu, designado para verificar as águas. Baseado na descrição do evento feito por Cabral, Felipe, em um tom aparentemente jocoso, afirma que o relatório médico concluiu não haver nada na água que demonstrasse “propriedades medicinais ou miríficas” e que “por isso mesmo o povo acreditava que as águas eram milagrosas, deixando o Presidente Andréia sumamente encolerizado” (FELIPPE, 1995, p. 27).

O *santo das águas*, como era muita vezes chamado o monge, parecia ter, além de uma predileção por se estabelecer próximo às águas, um senso de preservação pelas águas das nascentes, límpidas, cristalinas. Esses lugares especiais, fontes de vida e cura, deveriam ser guardadas e cuidadas para manterem-se puras. Tomazi cita o depoimento de Aliriano da Silva que fala dos cuidados a ser ter com a águas:

São João Maria rezava até meia noite, onde ele posava ficava um olho d'água. Aquele olho d'água era remédio pra tudo o que era doença. Ele fazia um cercadinho e recomendava que cuidasse, para que as criação não bebesse, que se elas bebesse a água não servia mais para remédio. (TOMAZI, 2005, p. 319).

Outro depoimento, colhido por Nilson Thomé, de autoria de Cleto da Silva, descreve os cercadinhos feitos em torno das nascentes:

Depois que o profeta deixa o pouso, os moradores da vizinhança fazem um cercadinho ao redor da fonte, que se torna, daí em diante, para eles, milagrosa, pois piamente acreditam ser João Maria um santo. (TOMAZI, 2005, p. 320)

Tomazi diz que é comum a crença entre os caboclos que “mesmo nos tempos das mais prolongadas estiagens, a fonte de João Maria nunca secou, as outras sim.” (TOMAZI, 2005, p. 319). Dos relatos dos sertanejos, seguros das propriedades curativas e milagrosas das nascentes do “santo”, o mais importante para nós é perceber que para eles a crença em tais qualidades pressupunha uma noção de cuidado e preservação das águas e de uso comum das mesmas. A água, a terra, as matas, os animais, tomados como dimensões sacralizadas e à disposição do povo certamente que não podem ser entendidos numa visão coisificada e mercantilizada da natureza.

Apesar de encontrarmos dentre os ditos atribuídos a São João Maria inúmeras referências diretas à natureza, ou imagens comparativas entre a vida cotidiana cabocla e o mundo natural, o compilado *Mandamentos das Leis da Natureza*, ao qual já nos referimos, merece ainda atenção pelo seu caráter direcionado ao tema da natureza como nenhum outro. Euclides Felliipe teve acesso aos preceitos, através do Capelão Emídio, que os havia colecionado e anotado em um velha caderneta ensebada (FELIPPE, 1995, p. 36). Transcrevemos abaixo integralmente o que o folclorista Euclides Felipe considera “um verdadeiro trato de ecologia”, para analisarmos em alguns aspectos ainda não mencionados.

- 1) Não se deve queimar folhas, cascas nem palhas das plantações que dão mantimentos. O que a terra dá emprestado, quer de volta.
- 2) É errado jogar palhas de feijão nas encruzilhadas. É o mesmo que e virar o coxo. A terra se ofende.
- 3) Ao cortar uma árvore ou pé do mato, não se deixa mamando. Se corta por inteiro. Enquanto as plantas agonizam, os negócios da gente também vão abaixo.
- 4) Quem descasca a cintura das árvores para secá-las, também vai encurtando sua vida. Árvore é quase bicho e bicho é quase gente.
- 5) As casas e as propriedades de quem incendeia as matas, um dia também hão de virar cinzas.
- 6) A terra é nossa mãe. A água é o sangue da terra-mãe. Cuspir e urinar na água é o mesmo que escarrar e urinar na boca de sua mãe.
- 7) O Pai da Vida é Deus. A Mãe da Vida é a terra. Quem judia da terra é o mesmo que estar judiando da própria mãe que o amamentou.
- 8) Quem não sabe ler o Livro da Natureza é “analfabeto de Deus”.
- 9) *As horas de chuva, são horas de Deus. É quando a Mãe-Natureza vem trazer água para seus filhos da Terra.*
- 10) O cavaleiro que passar perto da lagôa ou cruzar uma corrente de água e não der de beber ao animal, morrerá com a garganta seca.
- 11) Bicho do mato é filho da terra. Só se matam os danosos.
- 12) *Bicho do mato não traz marca de gente. Pertence à Mãe Natureza. Quem caça por divertimento, caça o alheio. É criminoso. Será punido.*
- 13) Não permita que seus filhos matem passarinhos. É malvadez.
- 14) *Não se chama nomes feios à criação. Ela obedece ao instinto que é a linguagem da Mãe Natureza.*
- 15) *Quem encilha animal com “mata” no lombo... cuidado com as costas.*

- 16) Não se tira leite, sem deixar um teto cheio de terneiro.
- 17) Não se tira mel, sem deixar alguns favos para as abelhas.
- 18) Rogar pragas é chamar o diabo para si.
- 19) Quer morrer novo? Não respeite os velhos!
- 20) *Desempenha o que prometer. A palavra dada e sagrada. Quem não a cumpre. trocado por m... é caro.*
- 21) O velhaco (caloteiro) deve a Deus, mas paga ao diabo. Te livres de tal credor.
- 22) Do vadio, até o rasto é feio.
- 23) O ladrão é sócio do tihoso. O roubo é repartido no inferno.
- 24) Da baba do capeta é cheia a boca do mentiroso.
- 25) A pobreza não é defeito; a sujeira sim!
- 26) Trata bem o teu hóspede para seres bem tratado.
- 27) Quem usa arma da boa conduta, ama e obedece a Deus.
- 28) Respeita a família dos outros, para que respeitem a tua.
- 29) Não é preciso ser santo, mas é preciso ser respeitado. (FELIPPE, 1995, p. 36-37)

Primeiramente, apesar de ser possível desconfiar de que os *mandamentos* acima, ou todos os ditos que aqui já relatamos, tenham sido de fato proferidos por algum dos monges, o mais importante é que nos parece correto afirmar que esse *tratado de ecologia* faz parte da cultura cabocla e, como ocorria a todos os preceitos atribuídos a São João Maria, os sertanejos os tinham em grande estima. Apesar de não sabermos o alcance dos preceitos, a grande presença de “natureza” em exortações e lendas nos apontam que os seus significados eram difundidos e compartilhados largamente. Como aponta Marlon Brandt:

o respeito que a população possuía pelos seus ensinamentos poderia dar legitimidade a esses mandamentos, que também recebiam eventuais modificações e acréscimos, onde, como aponta Élio Serpa, a “tradição encarregou-se de preservar a memória dos profetas e seus ensinamentos que, até hoje, ainda são cultuados na região”. Tais mandamentos e ideias, atribuídas ao monge “embutiam uma concepção do que deveria ser considerado tradicionalmente correto no trato entre as pessoas, uma ‘economia moral’” (BRANDT, 2007, p. 159).

Queremos então destacar que nos *mandamentos*, a natureza é encarada em vários momentos como um sujeito vivo e poderoso, diferentemente daquela natureza-objeto sob pleno domínio humano, uma natureza-morta, contida no pensamento baseado na lógica do progresso. Por vezes para se referir a esse ser superior, a natureza é referida como *terra*, *Mãe da Vida* ou *Mãe Natureza*. Nas vezes que aparecem tais termos direcionam sentido sempre para o mesmo sujeito. O sentido atribuído à terra portanto possui um status semelhante ao *Pai da Vida*, que é o deus criador para os caboclos. Ela é a *Mãe da Vida*, é quem alimenta (amamenta) os humanos tanto quanto os animais e plantas.

Como um sujeito ativo e receptivo, a terra possui sentimento, pois sente os maus tratos humanos e *se ofende*. Mesmo que o sujeito esteja indeterminado em algumas ações descritas nos *mandamentos*, como no caso da expressão *será punido*, podemos entender que essa ação de punir se refere de fato à *Mãe Natureza*. Ela portanto é dotada de personalidade, pune os crimes contra a natureza, pode retaliar os maltratos aos animais, conforme sugere o trecho *quem caça por divertimento, caça o alheio. É criminoso. Será punido* ou como também sugere a expressão *cuidado com as costas* quando denota à *Mãe Natureza* uma ação de retaliação ao encilhamento de um animal a se montar que está ferido.

Também é interessante notar que a *Mãe Natureza* aparece de tal forma que certamente está em um lugar hierárquico superior aos seres humanos. Apesar de superior, não é uma divindade distante, alheia ao mundo dos homens. Ao mesmo tempo que divina, é a matéria viva que se relaciona com as pessoas. As práticas econômicas dos sertanejos, pessoas pobres cujas ações econômicas estão voltadas majoritariamente para a própria subsistência, obtendo-a diretamente da extração da terra, do plantio ou da caça, estão ligadas a essa ideia de autoridade provedora da natureza. Está nítida para os sertanejos a sua dependência em relação à *Mãe Natureza*, que mantém-se em boa situação quando com ela se estabelece uma relação de cuidado mútuo e reciprocidade.

Quando lemos *quem não sabe ler o Livro da Natureza é “analfabeto de Deus”* temos a nítida percepção que essa frase sintetiza uma ideia mais geral que percorre todos os fragmentos analisados: a natureza como uma fonte de revelação das relações humanas e com o mundo sobrenatural. Se pelo darwinismo social, a ideia de *leis da natureza* está imensamente tomada pela lógica da competição e da sobrevivência dos mais aptos e mais cruéis, na cultura dos caboclos os *mandamentos das leis da natureza* apontam para um sentido de reciprocidade e construção comum da vida dos sertanejos e da natureza.

Assim podemos trazer novamente a ideia de que as sociedades humanas quando expressam sua ideia de natureza falam de si mesmas. Nas palavras de Williams:

a ideia de natureza contém uma quantidade extraordinária de história humana. Parece-me que o que é frequentemente argumentado na ideia de natureza é a ideia do homem; e isso não apenas de modo geral ou absoluto, mas ideia do homem na sociedade e, de fato, as ideias de tipo de sociedade. (WILLIAMS, 2011, p. 94)

Não à toa, nos *mandamentos* direcionados à natureza encontramos outros preceitos como *Quer morrer novo? Não respeite os velhos*, ou *Desempenha o que prometer. A palavra dada é sagrada. Quem não a cumpre, trocado por m... é caro* ou ainda *A pobreza não é defeito; a sujeira sim!*. As normas de *boa conduta* entre os seres humanos estão ligados aos conselhos de relação com a natureza. No sentido de *pobreza* também podemos detectar isso. No pensamento caboclo, viver em condição de *pobreza* não é um sinal de inferioridade ou consequência de uma má conduta. Uma vida boa é conquistada, por exemplo, com o respeito, em não ofender, não roubar (*O ladrão é sócio do tihoso. O roubo é repartido no inferno*) e em tomar emprestado e devolver. Temos a nítida impressão que entre os que vivem em condição de *pobreza* o acolhimento desse conjunto de mandamentos, cuja maior lição parece a reciprocidade entre as pessoas e entre elas e natureza, lhes garante condições de sobrevivência frente ao mundo, nas suas dimensões da subsistência material e da relação com sobrenatural.

Como dissemos, a problematização de serem de autoria dos monges estes *mandamentos* e outros ditos não nos é uma grande questão. Nos importa mais a questão: tais *mandamentos*, ditos e lendas dos monges sobre a natureza fazem ou não parte de um conjunto de normas, costumes e significados dos caboclos? Certamente que faz todo o sentido entendermos que sim. A “natureza” está espalhada em todo um conjunto de mitos, contos e décimas atribuídas a São João Maria, a maior referência de conduta para os sertanejos. Na medida da invenção, da reelaboração e acréscimos de mandamentos e lendas fica demonstrado que há uma construção viva de um conjunto de ideias de um ecologismo caboclo. Deste modo tais fontes folclóricas coadunam em muitos aspectos com as histórias comprovadas e práticas costumeiras verificável.

Outra questão importante é a observância ou não desse conjunto de normas por parte dos caboclos. O fato de existirem e de serem conhecidas em fragmentos e reelaborações diversas ou em ideias gerais não significa que eram cumpridas. Ao contrário, muitos estudos sobre normas e transgressões nos apontam para a existência de transgressões onde se encontram normas. Evidentemente que as transgressões existem. No imaginário caboclo o monge é um *santo* na medida de em que veem nele mais do que trajes e alguns hábitos peculiares, mas uma conduta abnegada e admirável do ponto de vista do que consideram boas condutas. Do verso *não é preciso ser santo, mas é preciso ser respeitado* podemos inferir um pouca da dimensão da transgressão. Não é preciso ser *santo*, ou, podemos ainda entender, não é possível ser *santo*, pois certamente conflitos entre as normas e as práticas estiveram recorrentes entre os sertanejos. Mas o que se deveria ser buscado, por ser entendido como um bom caminho, era o respeito e o cumprimento dessas normas. Afinal, se não é possível ser *santo* (alguém que reflete a presença divina) ao menos é possível ser *respeitado* (alguém que busca seguir as normas de convivência e reciprocidade).

Assim, o folclore enquanto histórias não comprovadas, nos serviu como elemento de prova para de um ecologismo próprio dos caboclos porque enquanto expressões da cultura desses segmentos sociais estão relacionados ao seu modo de vida, visão de mundo e sua economia. Mesmo sendo “apenas” reelaborações de fatos, ou até mesmo contos plenamente inventados, ele está intimamente relacionados a fatos documentados ou presentes em muitos relatos repetidamente. O imaginário popular revelado pelos folcloristas, neste sentido, longe de uma relíquia intocável, está misturado à economia e às expressões políticas, especialmente quando se está perceptível uma relação intrínseca entre o pensamento religioso e todas as esferas do modo de vida caboclo. Mesmo a forma como se apresenta o livro do folclorista Euclides Felipe é um bom exemplo dessa mistura. Sem muita precisão, ele fala de ecologia, misticismo, de economia e das aspirações políticas dos caboclos intercalando bibliografias, fontes documentais e “causas”, contos e décimas folclóricas. Mas como precisar esses limites no estudo contestado? Essa tentativa feita por muitos historiadores do Contestado tem sido útil certamente, mas as iniciativas de mergulhar na zona de interseção entre folclore, economia e política também tem muito a dizer.

Nosso papel evidentemente não é repetir o método do folclorista. Contudo nosso intuito de demonstrar o ecologismo caboclo através de bases científicas não abre mão de dispor dos saberes dos folcloristas, tendo em mente, como Thompson, que contextualizados trazem elementos que sem eles não podem ser descobertos. Está nisso a preciosidade das fontes folclóricas como reveladoras de características de segmentos sociais, como os caboclos do contestado que são baseadas no costume.

3.6 Modo de Vida e Projeto Político Caboclo

Paulo Pinheiro Machado entende que o projeto político caboclo, que se desenvolveu durante a Guerra do Contestado, buscou à sua maneira superar os marcos do coronelismo. Deu-se em um processo de reelaboração mística liderada pelos subalternos, ocorrido após a morte do monge José Maria. Para Machado, após esse evento, ocorreu a constituição de um projeto autônomo, que teve como base uma “monarquia sem rei” e a negação do regime republicano que desafiou o modo de vida dos sertanejos. Os ensinamentos de João Maria contribuíram para a “criação de algo efetivamente novo”, baseado em “práticas comunitárias, o ‘comunismo caboclo’” (MACHADO, 2001, p. 339-340).

Não parece possível definir precisamente um marco de surgimento desse *monarquismo caboclo*. Machado acredita na possibilidade de ser de fruto de uma reelaboração mística que se iniciou com o confronto de Irani, que deixou um profundo sentimento de injustiça entre os caboclos e o desenvolvimento de uma expectativa de retorno de José Maria, e foi concluído com a formação do reduto do Taquaruçu (MACHADO, 2001, p. 213).

A defesa da monarquia não tinha nenhuma relação com o retorno da família Bragança, mas demonstrava uma preferência que muitos dos camponeses pelo regime monárquico. Tal visão é reafirmada pelo mito do “bom Rei” e “as referências bíblicas e religiosas (Jesus como ‘Rei dos Reis’)” que apontavam naturalmente a monarquia como forma de governo naturalmente correta (CARVALHO, 2009, p. 172).



Figura 6. Mapa do território sob domínio rebelde em outubro de 1914

Fonte: MACHADO, 2001, 378

Tratam-se de noções gerais que nos apontam que a defesa da monarquia por parte dos caboclos não era uma novidade no contexto rural brasileiro. Machado nos relembra, por exemplo, da simpatia de Antônio Conselheiro às instituições monárquicas, ou das posições expressadas pelo movimento dos cabanos (composto por libertos, pequenos sitiantes de Pernambuco), da Cabanagem no Pará ou da Balaiada no Maranhão que demonstraram, cada um à sua maneira, uma defesa da figura do monarca (MACHADO, 2001, p. 211-212).

Para Carvalho, a monarquia sertaneja pode ser melhor compreendida associando três aspectos principais. No primeiro, como uma “referência a um passado melhor”, está presente “uma dimensão material relacionada à experiência vivida no passado”. Rememorado, esse foi um tempo vivido antes da progressiva expulsão dos posseiros e dos conflitos decorrentes da chegada da ferrovia e da serraria. O projeto político caboclo expressado na defesa da monarquia trazia consigo o “resgate relações de solidariedade anteriormente vividas e que haviam sido destruídas no início do século. Era, nesse sentido, um projeto construído também em função do costume, na acepção thompsoniana do conceito” (CARVALHO, 2009, p. 172).

Duglas Teixeira de Monteiro faz um compilado de trechos de depoimentos que nos dão uma noção mais enriquecida dessa menção ao passado através de dizeres dos caboclos:

Para eles, a monarquia era, como experiência passada, “o tempo melhor”⁵⁹; em termos de princípio e muito vagamente, “uma coisa do céu”⁶⁰, ou de modo mais

⁵⁹ Depoimento de Zaca Pedra (MONTEIRO, 1974)

⁶⁰ ASSUMPTÃO, 1917, v.I, p. 361

preciso, a “lei de Deus”, em contraste com a república, “lei do Diabo”⁶¹. Mais praticamente, era a “única lei que (poderia) bem ajudar a vida dos pecadores...”⁶², mesmo porque, no “tempo do Império não havia tais violências... As terras cada caboclo podia então requerer para si”⁶³. (MONTEIRO, 1974, p. 109)

Os dois últimos trechos já demonstram a segunda dimensão da defesa da monarquia: um contraponto à República (CARVALHO, 2009, p. 173). Se a monarquia era “lei de Deus”, a República era a “lei do Diabo”; se no Império cada um podia requerer terra para si e não havia “tais violências”, a República é a promotora destas violências e, ao contrário, de haver terras para apossamento, o que houve foi a expulsão de muitos posseiros. Na memória dos caboclos estavam certamente as condenações que o segundo João Maria fazia ao regime republicano, que pode ter sido fortalecida pela adesão de antigos *maragatos* aos acampamentos⁶⁴

A oposição à República aparece contudo em um profundo sentimento de injustiça por parte dos caboclos derivado tanto das mudanças ocorridas no acesso à terra e no impedimento da continuidade de seus costumes. O militar Demerval Peixoto, primeiro-tenente, combatente da Guerra do Contestado, assim enumera os motivos a defesa do monarquismo pelos caboclos espoliados:

Os patrícios ignorantes ouviam falar melhor da Monarquia que da República. Esta nunca os acariciara e aquela sempre fora uma lei pregada como boa pelos monges. A idéia monárquica, desde a misteriosa existência de João Maria que a propagava como “lei de Deus”; o esquecimento da República de amparar os rudes sertanejos e relacionar-se melhor com eles; as sucessivas expedições aguerridas enviadas contra os mesmos; a penetração das linhas de São Paulo-Rio Grande com direito às margens devolutas do seu curso; a colonização abrupta de certas regiões com elementos estrangeiros, sendo privados de continuação nestes pontos os antigos moradores; o modo incorreto de alguns encarregados dos núcleos coloniais (...) para promoverem a retirada de posseiros antigos, tudo levou aquela gente à convicção de que era espoliada pelo governo e, portanto, devia se tornar inimiga da República (PEIXOTO, 1995, v.I, p. 64).

Na visão do militar, um escrito deixado pelos rebeldes na estação São João em dezembro de 1914 expressa “a ignorância do rude reacionário sertanejo em desespero” (PEIXOTO, 1995, v.I, 64-65). Ela dizia:

Nos estava em Taquarassú tratando da noça devoção não matava nem robava, o Hermes mandou suas força covardemente nos bombardear onde mataram mulheres e crianças portanto o causante de tudo isto é o **bandido do Hermes** e portanto nós queremos a lei de Deus que é a monarquia.
O governo da Republica toca os Filhos Brasileiros dos terreno que pertence a nação e vende para o estrangeiro, nós agora estemo disposto a faser prevalecer os noços direito (PEIXOTO, 1995, v.I, p. 64-65).

O terceiro aspecto de defesa vai um além de fazer prevalecer seus direitos, apesar de vinculado a isso. Os caboclos lutaram pela instalação de “novas relações sociais”.

Machado e Carvalho apontam que a partir do início de ajuntamentos, tendo como marco o de Taquarucu, em dezembro de 1913, novas práticas e instituições foram progressivamente se constituindo e reforçando a identidade rebelde. Já apontamos anteriormente algumas das práticas comunitárias da economia cabocla nos acampamentos e depois seu posterior processo de desagregação, mas junto a elas Carvalho enumera como novas relações:

61 Ibidem, v.I, p. 79

62 Ibidem, v.II, p. 295

63 Depoimento Paulino Lemos (MONTEIRO, 1974)

64 Paulo Pinheiro machado conta que Aleixo Gonçalves, Cyrino Chato e Castelhana eram antigos *maragatos*, federalistas, antigos herdeiros do partido liberal do Império que combateram na Revolução Federalistas e eram opostos aos republicanos ou *pica-paus*. Machado diz que a população em geral e os *pica-paus* os identificavam como monarquistas (MACHADO, 2001, 215).

as formas - reunião geral da população dos redutos para realização de orações e divisão de tarefas, onde também eram comuns os “vivas” à Monarquia, São João Maria e a José Maria e que aconteciam ao menos duas vezes por dia; o corte de cabelo rente à cabeça, as bandeiras brancas e os chapéus com fitas brancas utilizados como elementos distintivos dos seguidores da Santa Religião; os Pares de França, grupamento militar de “elite” que variou em tamanho e nas funções ao longo da guerra, mas que indicava uma estrutura social interna diferente daquela vivida fora dos redutos e, por fim, o igualitarismo caboclo. (CARVALHO, 2009, p. 175).

Ivone Gallo nos traz o interessante depoimento de João Ventura que relacionou monarquia e comunismo:

A gente queria a Monarquia e isto não é fanatismo porque foi uma lei que gerou-se também assim como uma eleição que nós votamos aí no governo (...) A lei do comunismo é igual a lei da Monarquia porque é uma lei severa. Ninguém pode matar um e ninguém pode roubar e todo mundo trabalha tudo, como uma irmandade. Toda comida é colhida e depositada numa casa e tudo é igual, então aquele que precisa das coisas, chega ali, pega um tanto de mantimento e leva para a sua casa. A lei do comunismo é esta, não é?(...) Eu acho que é uma boa lei, né ? (GALLO, 1999, p. 161).

Podemos entender melhor o que João Ventura chama de *comunismo* como um *igualitarismo* uma vez que certamente o primeiro termo não era difundido no universo caboclo.⁶⁵ Mas o que está expressado é que havia uma lei interna aos redutos que buscava um acesso de todos ao fruto do trabalho de todos. Entretanto Machado considera que não se tratava de um igualitarismo extremo. Segundo ele, havia diferenças, mas não muito grandes no acesso aos víveres. Ele se baseia em algumas fontes que demonstram no período de cerco militar os mais próximos aos chefes não passaram pelas mesmas dificuldades que os demais no acesso aos recursos (MACHADO, 2001, p. 212).

Maurício Vinhas de Queiroz chamou de igualitarismo comunitário, que ele pode verificar no acampamento de Caraguatá, essa nova forma de organização em que os bens possuídos eram comuns: gado, lavouras e mesmo dinheiro era compartilhado com que não dispunha de recursos. Segundo o autor as pessoas chegavam ao reduto por vezes trazendo o que podiam transportar e outros chegavam sem nada. Demerval Peixoto assim descreveu essa situação:

Alguns incautos abandonaram as choupanas, o gado, a criação, as plantações e os paiões repletos e transportaram-se para os ranchos dos acampamentos religiosos; permutaram assim, um viver, às vezes honesto, pela privança com os mais audazes facinoras que estavam disfarçados em defensores das crenças de João e de José Maria. Outros jagunços, de quando em vez, enquanto as tropas militares estavam mais distantes dos redutos, voltavam em vizitas continuadas às suas propriedades abandonadas; revistavam a criação, examinavam os arredores e tornavam aos esconderijos carregando, aos poucos, os seus productos. Outros, porém, mais convencidos, abandonaram definitivamente os bens, inutilizando os próprios documentos das escripturas dos sitios, destruindo as casas próprias e também as alheias: de bacamarte às costas se julgavam defensores da apregoada igualdade de que resultaria um viver sem regras e sem limites. (PEIXOTO, 1920, p. 55).

Nesta última afirmação o militar deseja demonstrar que não havia normas que regulassem o convívio entre os rebeldes. Essa ideia não é verificada pelas inúmeras evidências da existência de lideranças, sejam religiosas ou lideranças *de briga*⁶⁶, mas também pela existência de outros chefes menores como aparece no depoimento de Eduardo Honorato à Felipe e transcrito por Vinhas de Queiroz: “Cada bando se juntava aos fanáticos já trazia quase sempre seus chefes. Reunindo os vários *chefetes* (..) era uma escolha natural, onde a habilidade e a inteligência sobressaíam” (VINHAS DE QUEIROZ, 1960, p. 143).

⁶⁵ Quanto ao emprego da palavra *comunismo* Paulo Pinheiro Machado acredita que ele provavelmente ocorreu por uma relação feita por Ventura posteriormente a Guerra do Contestado (MACHADO, 2001, 211).

⁶⁶ Para melhor compreendê-las sugerimos a tese de doutorado de Paulo Pinheiro que depois virou livro (MACHADO, 2001; MACHADO, 2004)

De toda forma nos parece correto afirmar, como Machado e Carvalho, que havia a defesa e a promoção de um igualitarismo pelo conjunto dos caboclos em revolta. O mesmo Honorato entendia a monarquia como um “reinado de paz, prosperidade e justiça na terra”. O intento do movimento ganha uma orientação expansiva que coincide com o período que Machado chama de jaguncismo. Essa mudança contraria as interpretações que a Monarquia cabocla era apenas reativa. “Os ‘pelados’ construíram um projeto de sociedade e defendiam que deveria ser aplicado em todo o Brasil”, um objetivo revolucionário para a toda a sociedade a começar pela expansão através do planalto Contestado. (MACHADO, 2001, p. 241).

Podemos identificar como marco desse curso expansivo a vitória cabocla do combate de Caraguatá. O movimento adquiriu grande simpatia e admiração da população pobre e partir daí ocorre um crescimento vertiginoso de adesões por parte de sitiantes expropriados e de turmeiros desempregados pela estrada de ferro. Em razão de um epidemia de tifo, Caraguatá é dissolvido, mas esse infortúnio não foi suficiente para impedir o ímpeto expansivo. Vieram a formar-se outros dois redutos a partir deste, Bom Sossego e Caçador Grande, “além de inúmeras guardas e redutinhos nos vales do Timbó, Timbozinho, Tamanduá e na Serra da Esperança” (MACHADO, 2001, p. 240).

Este momento, no qual o conflito ganha um caráter expansivo, nos traz a oportunidade de identificar os alvos inimigos escolhidos pelo movimento e extrair destas escolhas alguns significados. O que se apresenta é que estes alvos representam os valores “modernos” (capitalistas) que então tentavam se impor.

O primeiro que queremos mencionar são os grandes proprietários de terra região. Carvalho afirma que neste momento do conflito fica mais nítida a revolta contra os grandes proprietários de terra. Os ataques contra eles promovidos tinham justificativa evidente na forma como vinham se aproveitando das mudanças ocorridas na apropriação das terras na região, que para além de processos de expropriação, também limitou sobremaneira muitos aspectos da vida dos sertanejos que já citamos. Para confirmar essa avaliação, Carvalho aponta uma declaração feita pelo Capitão João Teixeira de Mattos Costa e relatada originalmente por Demerval Peixoto.

Os jagunços queixam-se de que o Artur de Paula e outros chefes políticos lhes tomaram as terras que habitavam e agora lhes impedem de recorrer às terras devolutas do Governo, por se terem apossado delas pessoas conhecidas e que tem facilidade de obter dos governos, grandes territórios nos dois Estados (PEIXOTO, 1995, v.1, p. 156).

O ódio aos grandes proprietários aparece muito relacionado à monarquia na breve descrição que retiramos de Carvalho sobre o ataque à Vila de Curitiba, em setembro de 1914, no que diz respeito às referências ao Coronel Francisco de Albuquerque, que dominava o município.

Um piquete formado por cerca de 200 “fanáticos” entrou na vila, dando vivas à monarquia, a José Maria e “morras” ao Coronel Albuquerque. Os rebeldes destruíram o prédio da Intendência Municipal, a Cadeia Pública, o açougue municipal, as instalações do jornal O Trabalho (ligado a Albuquerque), a residência do coronel e de vários de seus aliados. Invadiram e saquearam as vendas da cidade aos gritos de “Chega de Pobreza! Chega de Pobreza!”. (CARVALHO, 2009, p. 180).

Este ataque ocorreu em um período que Peixoto chamou de “angustiosa primeira semana de setembro”. Neste semana, grandes ataques foram promovidos pelos rebeldes em pontos separados e determinados. Alguns ataques eram especificamente recorrentes nas ofensivas: as estações da EFSPRG e as serrarias da *Lumber*. Peixoto descreve da seguinte forma a destruição da serraria em Calmon, ocorrida em ataque promovido também à estação da EFSPRG, da qual a serraria era adjacente:

A grande serraria da Companhia Lumber ardeu totalmente. Os grandes empilhamentos de pinho já beneficiado, abrangendo uma área enorme, em poucas

horas se transformaram em cinzeiros esparsos. Os galões dos maquinismos, no dia imediato, eram esteios carbonizados em meio a vasta praça onde as engrenagens contorcidas pelo calor do fogaréu, se destacavam como esqueletos de engenhos mecânicos. Em meio de tanta ignomínia, os corpos inertes das vítimas ficaram expostos aos porcos famintos, cujos donos haviam fugido ou tombado indefesos. O clarão formidável das labaredas, durante o anoitecer, alarmou as povoações de uma grande círculo em volta. O céu cor de brasa anunciou a calamidade. Estava começada a guerra! (PEIXOTO, 1920, p. 252)

Deste relato está evidente o ponto vista do militar em demonstrar as “barbaridades”, “assassinatos” e “pânico” promovidos pelos revoltosos para justificar a guerra como se ela tivesse sido declarada pelos caboclos. Ele também relata que os “jagunços”, após esse ataque, se aproximaram de União Vitória “devastando, matando e incendiando” pelo caminho em “visitas diabólicas” (PEIXOTO, 1995, p. 158-159). Deste sangrentos conflitos ocorridos no período de expansão da guerra está nítida contudo a escolha das estradas de ferro e de serrarias pelos caboclos, pois outras estações foram atacadas e, como a serraria de Calmon, incendiada no ano de 1914 (MACHADO, 2001, p. 297).

Os sertanejos estavam também cientes que dentre seus inimigos estavam estrangeiros. Machado afirma que se revelou nitidamente durante a guerra a compreensão de que o governo brasileiro privilegiava os estrangeiros na concessão de terras. Herculano de Assumpção relata ter encontrado um bilhete junto a um rebelde morto em combate que dizia: "Nóis não tem direito de terras, tudo é para as gentes da Oropa" (ASSUMPÇÃO, v.1, p. 246).⁶⁷

Queremos chamar atenção para outro alvo frequente dos ataques: os cartórios das vilas e cidades. Nos ataques a São dos Pobres e Itaiópolis, por exemplo, eles foram destruídos. Mas é no ataque à Vila de Curitiba que fica evidente a intenção de destruição dos títulos de propriedade das terras dos cartórios. Conta um depoimento, que o cartório da Vila de Curitiba não foi incendiado como de costume em virtude dos pedidos de dona Matilde, esposa do titular do cartório, que morava na casa junto ao cartório e não queria perdê-la. A construção foi poupada, mas todos os documentos foram jogados na rua e parcialmente queimados (pois chovia muito) enquanto os rebeldes diziam que queriam “a liberdade” e as “leis antigas” (MACHADO, 2001, p. 273).

Está evidente que os símbolos da injustiça eram deliberadamente destruídos nestes ataques. Para Carvalho, a invasão de cartórios nas vilas “deve ser entendida como uma atitude que ultrapassa, em muito, o interesse imediato na solução de disputas de terras”, assim como indicavam significados importantes os ataques a estações da EFSPRG, às serrarias da *Lumber*, às colônias de imigrantes instaladas pela BRC, além do ódio expressado pelos grandes proprietários.

Thompson afirma como esses eventos iluminam os costumes que foram quebrados e considerados direitos (THOMPSON, 2001, p. 235). Neste sentido, a cultura cabocla está plenamente presente nestes enfrentamentos, entendendo-a na interação dialética entre dois aspectos inseparáveis: “as práticas coletivas e costumeiras em relação à terra e à natureza e a religiosidade marcada profundamente pela figura dos monges errantes que percorriam o planalto” (CARVALHO, 2009, p. 170).

Assim, o monarquismo caboclo como um projeto político alternativo à República, sua expressão no ataque nos símbolos de injustiça reforçam o ecologismo caboclo. Como aponta Carvalho, a recusa dos valores capitalistas, que impactaram as relações no planalto e a vida dos caboclos, como a propriedade privada da terra, o aproveitamento industrial da floresta, as restrições à coleta de ervas e a criação solta de animais “chocavam-se frontalmente com os valores de preservação da natureza, de lealdade” dos sertanejos. Essa noção de preservação,

⁶⁷ Machado afirma que esta visão nacionalista, contudo “não caiu numa xenofobia, vários imigrantes e descendentes de imigrantes integraram os redutos rebeldes. Em meio a comunidade imigrante havia os que mantinham distância dos caboclos, por considerá-los bárbaros, atrasados e preguiçosos” (MACHADO, 2001, 147).

mesmo que não necessariamente anunciada pelos rebeldes, estava presente na medida que em tinha consciência que a sobrevivência deles e de seus costumes estavam no “aproveitamento daquilo que era conseguido diretamente nas matas e florestas” (CARVALHO, 2009, p. 168).

A identidade de classe, possibilitada por essa cultura e também forjada na luta contra seus opositores, contém em seus atributos a relação com a natureza e as noções sobre ela difundidas entre os caboclos. Especialmente o contraste aos seus opositores e a luta política contra o avanço das relações capitalistas evidenciam que o projeto político caboclo pressupõe, a seu modo, uma luta de caráter ambiental. Dito de outra forma, entendendo a Guerra do Contestado como um conflito ambiental, como um confronto entre distintas formas de compreender e de relacionar com a natureza, é que emerge o ecologismo caboclo.

3.7 Conflito Ambiental do Contestado

Neste capítulo, fizemos até aqui um esforço de interpretação do modo de vida caboclo e de seu projeto político que expressaram, no conflito, apontamentos de como esse grupo social se relacionava com a natureza e como a compreendia. Nesse percurso buscamos descortinar aspectos dessa relação que, em geral, foram ignorados, menosprezados ou vistos como meros adereços do modo de vida caboclo para demonstrar que sem eles não se compreende plenamente o conflito e se ignora uma dimensão que trouxe consequências determinantes para o ecossistema local, assim como para todos os aspectos da vida social no planalto Contestado. Buscamos demonstrar que os caboclos possuíam uma relação de reciprocidade com a natureza presente nos costumes e na maneira como a compreendiam mediatizada pelo *catolicismo caboclo* e afirmada no seu projeto político, o *monarquismo caboclo*. Esses aspectos ganham maior relevância e relevo quando contrastam nitidamente com as noções de natureza presentes nas instalações das relações capitalistas no planalto pelos diversos atores do progresso.

Assim esses elementos nos parecem suficientes para dizer que se enfrentaram na Guerra Contestado duas formas divergentes de se encarar a natureza, cujo embate trouxe consequências graves para o ecossistema local, assim como já se compreende a gravidade nas resultantes sociais, políticas e econômicas. Contudo, também queremos neste trabalho demonstrar que os acúmulos da ecologia política para compreender os conflitos ambientais podem ser úteis na interpretação de importantes eventos da luta de classes do passado, como a Guerra do Contestado, trazendo à tona os aspectos de caráter ambiental que estavam em jogo nos projetos políticos e modos de vida que se enfrentaram. Trabalhando com esses aspectos que a ecologia política ilumina, não é portanto inoportuno afirmar o Contestado como um conflito ambiental ou admitir que a Guerra do Contestado possui aspectos e consequências ambientais que não podem ser ignorados ou diminuídos no conjunto de importâncias que esse evento teve na história no Brasil.

A partir dos aspectos ambientais que extraímos, passamos agora a refletir em que medida a Guerra do Contestado também não supõe um conflito ecológico distributivo, uma disputa epistemológica nas formas de se conceber a natureza em seus saberes plurais, um choque entre diferentes sistemas de valorações da natureza e a afirmação da diferença em linguagens e práticas no *projeto político caboclo*. Queremos dialogar com os instrumentos de análise desenvolvidos pela ecologia política para os conflitos ambientais atuais para trabalhar essas dimensões. De antemão afirmamos que tais categorias atuais exibem evidentes limites na sua aplicação, no sentido de que tem sido concebidas para análise dos conflitos ambientais da atualidade, que possuem características próprias a uma sociedade muito distinta daquela que se apresentava no início do século XX no planalto Contestado. Não deixam contudo de demonstrarem-se úteis na medida em que, diferentemente de aplicá-las no passado da mesma forma como se apresentam hoje, procuramos extrair delas raciocínios e dimensões que

conectam os conflitos ambientais na América Latina sobretudo no prisma da relação Modernidade/Colonialidade.

3.8 Conflito Ecológico Distributivo

Provavelmente o conflito ambiental no Contestado apareça de maneira mais explícita em seu caráter distributivo. Podemos dizer facilmente que uma das razões da Guerra do Contestado está na desigual distribuição no acesso “aos benefícios obtidos dos recursos naturais e aos serviços proporcionados pelo ambiente como um sistema de suporte da vida” (ALIER, 2007, p. 113). A economia cabocla, que se desenvolveu no apossamento de terras, no aproveitamento dos ervais e da floresta, foi violada de diversas formas quando aos sertanejos foram impostos limites e impedimentos no acesso aos recursos para sua sobrevivência. Os fatores que trouxeram esses limites foram nitidamente sociais, através de uma imposição violenta do estatuto da propriedade privada sobre aqueles considerados atrasados e incultos. Nesta discussão sobre distribuição ecológica, Alimonda ressalta que antes de aparecerem problemas de distribuição:

as questões da ecologia e das sociedades humanas constituem questões de apropriação, como o estabelecimento de relações de poder que permitem proceder ao acesso a recursos por parte de alguns atores, à tomada de decisões sobre sua utilização e a exclusão de sua disponibilidade para outros atores (ALIMONDA, 2007, p. 44).

Neste sentido, no período anterior à República, tanto a questão da posse e usufruto da terra, como a utilização de recursos da Floresta como pinhão e a erva-mate, ou ainda a prática da caça e a criação livre de animais eram práticas que se mostraram permitidas e recorrentes para muitos dos segmentos sociais que mais tarde compuseram o movimento dos caboclos. Tal realidade permitiu aos caboclos constituírem suas práticas e as admitir como *direitos*, nada menos do que isso. Estabeleceu-se então uma *economia moral* entre os sertanejos em que uma ética coletiva regulava suas relações sociais e ambientais. Contudo mudanças ocorreram e impediram a continuidade do *modo de vida caboclo*. Coincidiram, não por acaso, com um período, no âmbito global, de forte expansão de capitais do Imperialismo e do estabelecimento de relações capitalistas e da propriedade privada da terra no regime republicano.

As mudanças ocorridas com o estabelecimento da EFSPRG, das serrarias industriais da *Lumber*, da colonização da BRC e da instalação do projeto ruralista, na forma das relações capitalistas e da propriedade privada no campo, estão vinculadas então às demandas do período que Alimonda considera como parte de uma matriz geral vigente na América Latina desde o período colonial (e ainda persiste) e que tem “como predicado central o acesso à terra e a outros recursos naturais e seu controle” (ALIMONDA, 2007, p. 44). Elas contaram portanto com tais atores para sua implementação na lógica da *acumulação por espoliação*, que no caso da Guerra do Contestado se deu pela “mercadificação e a privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas” e “a conversão de várias formas de direitos de propriedade” (HARVEY, 2003b, p. 121). Tais mudanças, violentas em si por desvalorizar o direito à existência dos milhares de sertanejos por elas impactados, não puderam ocorrer através de métodos nada diferentes de variedades de formas brutais, como ocorreram as expulsões e negação de práticas costumeiras, conforme muitas fontes e autores demonstraram. Este também é um sentido dos aspectos da Modernidade/Colonialidade na América Latina. Assim, como diz Alimonda, podemos trabalhar a categoria de distribuição ecológica informados “pela história ambiental, mas também pela história econômica, social e política (ALIMONDA, 2007, p. 44).

3.9 Sistemas de Valoração e Epistemologia Política do Contestado

Correlato ao tema da distribuição ecológica, podemos ainda compreender a Guerra do Contestado sob a ótica dos sistemas de valoração. Normalmente esta categoria evidencia-se em conflitos entre grupos sociais onde há por um segmento social a perda do acesso a recursos, ou assimilação de custos por conta de uma determinada atividade econômica, e buscam-se medidas compensatórias. Apresenta-se uma necessidade de compensar pois se entende que há danos para algum grupo social reconhecido como atingido. No nosso caso não há um reconhecimento formal, ao contrário, os processos de expulsão se dão pelo não reconhecimento do direito dos caboclos à posse da terra ou seus costumes. O que se tem é um processo de “cercamentos” típico da expansão de relações capitalistas e de imposição pela força da propriedade privada tendo como garantidor o Estado em suas leis e aparato repressivo.

Malgrado não tratarmos de medidas compensatórias, podemos considerar as linguagens de valoração que prevalecem no conflito. Está muito nítido que a defesa de uma *economia moral* cabocla, entendida como constituída da afirmação de um direito reconhecido pelas práticas costumeiras, como o apossamento legitimado pelo uso (CARVALHO, 2002, p. 84-85) é mediatizada pela cultura cabocla. Compreendemos a cultura cabocla como um conjunto de valores e representações construídas ao longo da experiência histórica do século XIX “que contém como elementos fundamentais uma determinada forma de relação com a terra e com a natureza naquela região” (CARVALHO, 2009, p. 165). Ela entretanto não pode ser apreendida se não levarmos em consideração os aspectos do *catolicismo caboclo*, construído na relação com os monges. Como Marcon, entendemos que

há uma vinculação muito íntima entre as práticas sociais, a religiosidade e a natureza. O sagrado perpassa a totalidade da vida, e o reconhecimento dessa concepção é fundamental para se pensar a influência do monge na religiosidade cabocla. A atuação dos dois primeiros monges foi no sentido de aproximar o divino ao humano e reconhecer a sacralidade da natureza, do trabalho, da convivência e das festas. (MARCON, 2008, p. 166)

Sem diminuir a força determinante da separação dos caboclos de suas fontes de subsistência, devemos entender que foi um conjunto mais amplo de fatores, que perpassa a cultura cabocla, que levaram à constituição de um movimento de tamanho alcance. Na valoração dada à natureza pelos caboclos está fortemente presente, como descreve Alimonda sobre muitas culturas latino-americanas, “um valor sagrado, não redutível a qualquer expressão material, e que estão dispostos a morrer por ela” (ALIMONDA, 2014, p. 6). Isso não é um exagero se entendermos que na cultura cabocla as águas refrescam, matam a sede, mas a água também “é o sangue da mãe-terra”. As águas curam milagrosamente nas fontes de São João Maria e servem local de batismo. As plantas podem ser cultivadas; a erva-mate, colhida; mas também possuem propriedades curativas e milagrosas, como a *vassourinha*, “erva de São João Maria”. A terra, de onde se sustentam, é sagrada, é “a mãe da vida” e dela não se “judia”, “ela se ofende”. Para o sertanejo, a natureza, um livro de onde se lê as leis de Deus, não está numa uma noção abstrata (FELIPPE, 1995, p. 36). Na vida do caboclo ela se materializa na floresta araucária, nos ervais, nas suas roças de onde legitimamente tiram seu sustento e em toda a região percorrida e tida como boa e sagrada por São João Maria.

Portanto, estão em choque diferentes sistemas de valorações, uma vez que, como vimos, os atores capitalistas demonstram uma clara noção de natureza enquanto essencialmente uma mercadoria e nome dela se mobilizaram. Assim, trazendo as contribuições de Henrique Leff, podemos nos questionar se é possível dizer se na dimensão ambiental do conflito podemos falar de um embate político epistemológico. Para falar das lutas ambientais contemporâneas o autor entende que as lutas ambientais também se dão “em um campo das lutas teóricas e de politização de conceitos” (LEFF, 2003, p. 32).

A Guerra do Contestado possuiu um forte empenho das classes dominantes por depreciar o modo de vida caboclo, notavelmente sob a discurso que designam os sertanejos como “fanáticos” e inimigos do progresso. Como afirma Márcia Janet Espig:

a luta contra os chamados “fanáticos” ultrapassa, enfim, os combates à baioneta e os cercos com os canhões: era uma luta que adentrava o campo das representações e da simbologia, e tal combate era tão ou mais importante que os ataques mortais aos “redutos” (...). Seu saldo deveria ser a demonstração da correção e superioridade da cultura de determinada parcela da sociedade, em contraposição a outras visões de mundo não subscritas pelos setores dominantes. (ESPIG, 2008, p. 95)

Vimos que muitos estudos a respeito do Contestado têm corroborado essa visão. Para legitimar o conjunto de expropriações realizadas contra o caboclos, junto aos processos coercitivos, houve uma busca por produzir consenso cujo conteúdo era a superioridade do progresso em detrimento do “fanatismo”, das “superstições” e do “atraso” dos camponeses. Mas, do ponto de vista do movimento social do contestado, podemos encontrar momentos de grande adesão de segmentos pobres aos rebeldes, que ocorriam em momentos de vitórias em combates, como após o embate em Caraguatá. Estes momentos ratificavam as ideias, significados e interpretação dos fatos provenientes dos caboclos. Temos o registro de um líder de Taquarucu, Chico Ventura que, através de uma carta, buscou avisar seu compadre Altino de Farias de informações falsas.

Graças a deus aqui não se tem medo nem um. Perdizes, 23 de fev. de 1914.
limo. Sr. Meu compadre e amigo A/tino Gonsalves de Farias. Participo-lhe que aqui não é tão feio como as notícias q corre pois quem tem medo da morte não é lugar q sirva aqui. Si os amigos não deseja mar de amigos nem um estamos cumprindo ordem de nosso rei José Maria só cumprimos ordem o q vier contra nós as providências de deus n. sr. e q ade valler nós tamos qui a irmandade cuidando de obedecer a santa religião pois não obedecemos lei de governo se não só a lei do governo do céu lembre-se do q eu lhe disse tantas vezes que a lei q deus deixo no mundo é a lei de rei é a que estamos esperando e se deus quizer avemos de ver se deus quizer. (..)
Francisco Paes de Farias (...) (MACHADO, 2001, p. 216)

Ao analisar a fonte, Machado, além identificar a advertência sobre falsas afirmações a respeito dos acampamentos e explicação sobre as “leis do governo do céu” que os caboclos obedeciam, também aponta uma possível intenção de chamar o compadre à adesão ao movimento, “desafiando seus brios ao afirmar que quem tivesse medo não devia viver no reduto” (MACHADO, 2001, p. 216). Interessante também salientar que esta mesma carta foi publicada no jornal o Jornal "O Dia", órgão do Partido Republicano Catarinense em 6 de março de 1914 e usada por Vidal Ramos com a intenção de "provar" a loucura e insensatez dos "lunáticos" em relatório para seu sucessor (MACHADO, 2001, p. 216)⁶⁸.

O que não podemos deixar de perceber é que havia uma epistemologia política dos caboclos no sentido de que o movimento buscou legitimar suas ações por meio de discursos que surgem coerentes ao conjunto de costumes, saberes e concepções religiosas compartilhadas em larga medida pela população pobre do planalto. O mesmo ocorre na direção de identificar os inimigos. Para retomar um exemplo, relembramos do bilhete encontrado por Assumpção em referência às empresas estrangeiras em que um “um fanático” expressa sua noção de injustiça afirmando “tudo é para as gente da *Oropa*” enquanto para os pobres as terras eram negadas (ASSUMPÇÃO, 1917, v.1, p. 245).

Esse embate no campo da epistemologia política não possui contudo o sentido de uma disputa social sobre conceitos e significados da mesma forma como Leff apresenta para os conflitos ambientais da atualidade. Leff está se referindo a disputas em torno de conceitos

⁶⁸ Sobre a uma possível alteração da transcrição da carta, Machado afirma não acreditar “que a mesma tenha sido adulterada porque seus princípios gerais são defendidos pelos “lunáticos” nos Autos de Perguntas realizados pelos militares entre outubro de 1914 e abril de 1915” (MACHADO, 2001, 216).

como biodiversidade, território, autonomia, autogestão, sustentabilidade que se dão por intermédio de estratégias de reconstrução social que se apropriam de discursos e remodelam conceitos teóricos. Na Guerra do Contestado estamos nos referindo a um outro contexto que não envolve no momento do conflito uma disputa de ideias no campo da academia por exemplo. Estamos falando de uma disputa no campo dos discursos em que, se por um lado, as classes dominantes buscaram demonstrar a superioridade dos significados do progresso, por outro, os caboclos buscaram legitimar sua revolta e para isso empreendiam também uma luta a respeito dos sentidos das palavras, na elaboração de conceitos presentes em seu projeto político que estão intimamente ligados aos seus saberes, costumes e religiosidade⁶⁹.

3.10 Ecologia Política da Diferença

Por fim, queremos complementar com as contribuições de Arturo Escobar sobre a ecologia política da diferença. O autor convoca para a construção de uma ecologia política que afirme a diferença dos segmentos sociais subalternos nos conflitos ambientais, que na América Latina repetidamente o dominador busca colonizar o subalterno para evitar a diferença em uma empreitada homogeneizadora. Como forma de resistir, as populações criam maneiras de afirmação da diferença. O direito de existir é afirmado de pela diferença como uma questão cultural, política e ecológica.

Podemos ler a Guerra do Contestado como a afirmação da diferença em muitos aspectos. Por mais que os caboclos tenham ido à guerra em defesa de sua *economia moral*, em defesa do que consideravam seus direitos, a *monarquia cabocla* foi além e não pode ser entendida apenas como uma ação reativa. Na afirmação do seu modo de vida, desencadeada pelo conflito, desenvolveu-se um projeto político: “os ‘pelados’ construíram um projeto de sociedade e defendiam que deveria ser aplicado em todo o Brasil” (MACHADO, 2001, p. 241). Neste sentido podemos “ler” a Guerra do Contestado em termos de diferença.

Arturo Escobar busca construir relações entre as diversas linguagens e práticas da diferença econômica, ecológica e cultural, numa resposta ao eurocentrismo e logocentrismo no ímpeto de expansão do capital. Assim, nosso esforço de entender os conflitos ambientais no passado também nos encorajam a estabelecer conexões entre conflitos ambientais e do passado como afirmações de diferentes modos de vida em seus sistemas de significações. Compreendendo os aspectos de colonialidade nos conflitos ambientais na América Latina e de busca por homogeneização pela modernidade, que ligam as experiências do passado e presente, podemos ler a Guerra do Contestado inserida nessa histórica constituição de racionalidades distintas e heterogêneas de relação e apropriação da natureza que têm ocorrido na América Latina. Assim, podemos estabelecer um diálogo da ecologia política com a história em seu caráter anticolonial, de resistência mas também de afirmação de diferenças.

3.11 Ecologismo Caboclo, uma Aplicação do Ecologismo dos Pobres

Por fim, queremos desenvolver os motivos que nos levaram a expressar a existência de um ecologismo caboclo. Sem pretender apagar as riquezas e diferenças existentes na cultura cabocla, especialmente nas formas como se relacionavam com a natureza, assim como é possível afirmar uma *economia moral*, um *catolicismo caboclo*, uma *cultura cabocla*, um *projeto político caboclo*, também podemos identificar um *ecologismo* próprio dos sertanejos do planalto Contestado. Essa ideia está baseada nas noções gerais que levaram Alier a sustentar a leitura de um ecologismo dos pobres em muitos conflitos sociais com conteúdo

⁶⁹ No campo acadêmico, as disputas epistemológicas têm sido feitas através de muitas pesquisas e interpretações a respeito da Guerra do Contestado que buscam desconstruir conceitos e reinterpretar a história a partir dos de baixo. A notável pesquisa de Paulo Pinheiro Machado que afirma a elaboração de um projeto político caboclo é um exemplo dessas iniciativas. Vemos nossa interpretação também se inserida neste intuito. Mas, no nosso caso, buscamos principalmente extrair os elementos ambientais do conflito, trabalhando as construções conceituais dos caboclos e dos atores do progresso.

ecológico, entendendo que muitos conflitos camponeses do passado podem ser vistos retrospectivamente também como conflitos ambientais.

Podemos enxergar o ecologismo caboclo trazendo novamente o método proposto por Worst para construção da história ambiental na interação entre três níveis. Em um primeiro nível, na descrição do lugar, que apresentamos no Capítulo II, principalmente a partir da pesquisa de Marlon Brandt. Não podemos esquecer que a construção do modo de vida caboclo é parte de uma história mais ampliada do bioma da Floresta Araucária e dos campos do planalto em sua fauna, flora, rios e clima, não como mero detalhe. O forte sentimento de pertencimento com a natureza se deu no nível dessa especificidade e não em uma natureza abstrata e não participante.

Esse pertencimento se expressa no nível dos “modos de produção”, que definimos a partir dos costumes em termos de práticas comuns e solidárias próprias dos caboclos. O ecologismo caboclo está na articulação das suas atividades econômicas com a natureza que apresenta-se conflitante com a exploração industrial dos recursos naturais, comercialização da terra e o lucro imediato, que buscaram anular o modo de vida caboclo.

No terceiro nível o ecologismo se expressa de forma mais anunciada na “concepção de mundo” dos caboclos, em que o sagrado perpassa a totalidade da vida de forma intensamente vinculada à natureza, os costumes e o igualitarismo caboclo. Os muitos mandamentos, versos e histórias apontam para valores presentes na vida dos monges e no modo de vida caboclo. Como diz Marcon, os discursos dos monges não estão alheios às experiências, mas articulavam as experiências e o sagrado, reforçando práticas para com as pessoas e para com a natureza (MARCON, 2008, 156), mas também a natureza como fonte da revelação do sagrado e de como se viver em práticas recíprocas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta dissertação buscamos apresentar argumentos que nos permitissem sustentar a tese de que a Guerra do Contestado possuiu fortes características de um conflito ambiental. Para isso, baseados na bibliografia sobre o conflito, em autores que trabalham a história ambiental da Floresta com Araucária e dos Campos do planalto Contestado, em fontes já trabalhadas e em outras que buscamos, procuramos compreender as diferentes concepções de natureza das classes dominantes e dos caboclos do planalto. Para análise dos primeiros, destacamos as frações de classe dominante que eram hegemônicas na região e os agentes do capital internacional, representados pelo *holding* liderado por Percival Farquhar, um especialista em concessões públicas em países da periferia do capitalismo em um período de grande expansão pelo Imperialismo.

Nos estados de Santa Catarina e Paraná, historicamente constituíram-se como hegemônicas frações da classe dominante compostas por proprietários rurais e agentes identificados com o projeto do ruralismo. Defendiam a “vocação agrícola” do país e a moderniza  o da agricultura, que passaria pela supera  o dos métodos agrícolas tradicionais. O foco do discurso ruralista estava na supera  o do atraso, cujo símbolo maior era o caboclo que estaria entregue    “ignorância” e vivendo das “facilidades” provenientes de uma natureza rica e fecunda. Apresentando fortemente os ideais positivistas, viam-se como detentores das fórmulas “salvadoras” do progresso chanceladas pela fé na ciência, especialmente através dos métodos modernos da agronomia. A a  o sobre o trabalhador nacional passaria portanto pela sua incorpora  o ao processo produtivo através da expansão das rela  es capitalistas sobre uma massa de camponeses, seja pela violência, seja pelo conhecimento. Contudo, demonstraram uma preferência pelo trabalhador imigrante, que traria consigo métodos e disciplina para o trabalho na lavoura, o que contrastava com uma visão do caboclo “indolente”.

Se para as classes dominantes identificadas com o ruralismo o caboclo possuía uma série de qualidades negativas que deveriam ser vencidas pela subordina  o de seu modo de vida    mercantiliza  o das rela  es de trabalho, por sua vez, a natureza do planalto Contestado apresentava-se exuberante e fecunda. Embora apresentasse qualidades positivas, deveria ser igualmente dominada e transformada em nome do mesmo processo de moderniza  o. Para elas, era preciso vencer a condi  o selvagem das florestas para transformá-las em uma natureza civilizada. Assim, as classes dominantes locais tinham como projeto o domínio sobre o caboclo e a natureza pelos pressupostos do progresso. Viam-se como portadores da missão de levar às áreas ainda selvagens os “benefícios” da civiliza  o, cujo caminho se daria pela implementa  o das rela  es capitalistas, tendo como consequência a destrui  o do modo de vida próprio dos sertanejos e transforma  es dos ecossistemas locais para a produ  o para o mercado.

Relacionado a esse processo modernizador está a história das ferrovias no planalto Contestado. Mesmo antes de serem controlados pelo *holding* de Percival Farquhar, os projetos de constru  o de linhas férreas que unissem São Paulo a regiões do sul do Brasil, já planejados desde o Brasil Império e materializados na EFSPRG, continham um caráter civilizador de expansão das rela  es capitalistas. Contudo a chegada da BRC, representou um projeto de caráter imperialista, liderado por Farquhar, mas que t  mbem contava com capitais europeus, que integrava outras atividades ao empreendimento da estrada de ferro para maximiza  o de lucros. Ao privilégio de garantia de altos juros sobre o capital para empreendimento de parte da constru  o da ferrovia que cabia    BRC, somou-se a cessão gratuita de terras devolutas às margens da ferrovia, que significava, dentre outras, a

possibilidade de exploração de atividades madeireiras e posterior venda de lotes para colonização.

A BRC empreendeu a expulsão de posseiros que viviam nessas e em outras terras adquiridas contribuindo para o empobrecimento de muitos caboclos e a desagregação de suas relações costumeiras. Implantou ainda serrarias mecanizadas, dentre elas a de Três Barras, a maior serraria da América do Sul, que modificaram fortemente as relações de trabalho e desmataram dezenas de milhares de hectares de Floresta com Araucária. Através de documentos da BRC, percebemos que sua visão de natureza e, especialmente sobre a floresta, estava ligada à oportunidade de fazer grandes negócios. Neste sentido, o estatuto da *Lumber*, sua subsidiária responsável pela exploração industrial da madeira, revela o ímpeto explorador de matérias primas e seu caráter imperialista de avanço do capital internacional sobre uma floresta vista como um inesgotável suprimento de madeira.

Embora as classes dominantes locais e internacionais, representadas em nossa investigação pelo ruralismo e o sindicato Farquhar, possuíssem origens e relações diferentes com o território, tinham em comum uma visão sobre si de superioridade em relação à natureza. Apresentavam uma visão de hierárquica em eles incumbiam-se de uma missão civilizatória, como promotores da modernidade, levando o progresso para as selvagens florestas e os caboclos incultos. Era essa a ideologia própria do positivismo que justificava a acumulação por espoliação que seus empreendimentos significavam, avançando nos “cercamentos”, na exploração madeireira, na pecuária e nas relações capitalistas. Sendo assim, a natureza era encarada de forma reificada e mercantilizada.

Tal empreendimento não foi possível sem que essas ações fossem abrigadas e fortalecidas no âmbito do Estado da Primeira República. Nossa pesquisa não se dedicou a essa temática, mas entendemos que o Estado não atuou na garantia das concessões feitas e dos “direitos” das classes dominantes como um agente autônomo⁷⁰. O projeto ruralista, mesmo não sendo hegemônico nacionalmente, construía-se por dentro do Estado, assim como Farquhar não deixou de estabelecer um íntimo relacionamento com as estruturas de poder (Cf. ESPIG, 2008). Baseamo-nos na ideia de que o Estado cumpriu “um papel de organização da unidade conflitual de aliança de poder e equilíbrio instável no compromisso entre seus componentes”, conforme afirma Poulantzas, e desta forma utilizou-se de seu aparato militar para subjugar os caboclos, afirmando um caráter de colonialidade em nome da modernidade.

Investigamos também o conjunto social que chamados de caboclos, composto majoritariamente por posseiros, sitiantes expulsos de suas terras, ervateiros, desempregados, comunidades negras e caboclas do planalto. Procuramos compreender as relações que estabeleceram com a natureza a partir de seus costumes, que possuía forte caráter solidário e de reciprocidade, quando subsistiam da roça e da utilização de recursos da Floresta como pinhão e a erva-mate, ou ainda ações colaborativas, na prática da caça e a criação livre de animais. A convivência nessas práticas era regulada por normas costumeiras baseadas em relações de reciprocidade que constituíram um modo de vida característico.

A partir da vida dos monges que percorreram o planalto Contestado identificados como São João Maria na cultura cabocla, encontramos práticas e ensinamentos sobre a floresta, animais, rios e outras representações da natureza que apontam para uma visão de natureza mediatizada e construída pelo catolicismo caboclo, que muito diferia da visão positivista. Encontramos referências à natureza como um sujeito que se relaciona com as pessoas, uma “Mãe” capaz tanto de prover a subsistência dos caboclos e recompensar os cuidados aos animais e plantas, como também vingar agressões ou falta de cuidado aos seres e elementos da natureza. Tais informações provêm em grande parte de fontes folclóricas, que se não possuem algumas características baseadas em fatos das fontes convencionais, demonstram o enraizamento de uma visão ecológica que era não apenas difundida, mas

70 Cf. CARVALHO, 2009.

construída nas reelaborações e acréscimos em mandamentos, contos, décimas e lendas permeadas de “natureza” em sentido de reciprocidade. Assim as fontes folclóricas e a experiência do catolicismo caboclo concordam em muitos aspectos com as práticas costumeiras dos sertanejos.

Evidentemente que os caboclos não desconheciam a propriedade privada da terra, nem a venda de excedentes. O conhecimento acumulado de pesquisadores e fontes trouxeram informações sobre os sertanejos que dão conta de uma população que buscava estabelecer-se em posses legitimadas pelo uso costumeiro às bordas das florestas. Outros viviam com maior mobilidade, caso de peões e agregados, estabelecendo relações especialmente com fazendeiros. Há ainda o exemplo de ervateiros que viviam da venda da erva-mate. As atividades dessa população, se não desconhecem relações de mercado, elas estão misturadas a muitas outras, como uma *economia excedente*. Os caboclos dedicavam-se principalmente às atividades relativas à própria subsistência de acordo com normas e costumes construídos em comum.

A revolta dos caboclos contra a República e o projeto político que construíram como alternativa estavam intimamente vinculados à defesa de seu modo de vida, relacionados a uma *economia moral*, pois acreditamos que o movimento do Contestado constitui-se de forma mais complexa do que por motivos econômicos quantitativos, mas empreendiam suas ações respaldadas pelos costumes, pela cultura e pela razão, convictos de seus “direitos”. A monarquia cabocla que desafiou a República, diferente das interpretações que rotulam de “fanáticos” os revoltosos, constitui-se em parte referenciada em um passado em que os caboclos sentiam-se possibilitados de viverem conforme seus costumes e parte como projeto construído nos redutos, efetivamente, do “comunismo caboclo” baseado em práticas comunitárias.

Percorrida essa reflexão sustentamos então que a Guerra do Contestado foi também um conflito ambiental, enfrentaram-se em guerra duas visões distintas de natureza e formas de com ela se relacionar cujos impactos nas florestas e campos possuíam diferentes proporções. Configurou-se como um conflito ecológico distributivo, pois a revolta estava relacionada à efetiva expulsão de antigos posseiros e seu acesso a recursos. Do ponto de vista da valoração ecológica, enfrentaram-se uma dimensão mercadológica da natureza e outra constituída por um sentimento de pertencimento, permeada de valores religiosos, culturais e costumeiros. O enfrentamento político possuía um conteúdo epistêmico, pois em nome de postulados da ciência e da superioridade de seus conhecimentos no contexto da ideologia do positivismo, as forças do Estado e das milícias buscaram eliminar o modo de vida caboclo, constituído por uma relação com a natureza e saberes próprios. Mas não somente “à baioneta” foi o combate. Foi um contundente ataque no campo das ideias e representações em busca da eliminação do “atraso” para demonstrar uma suposta superioridade da lógica do progresso revestida pelo conhecimento científico na perspectiva positivista.

O movimento rebelde por sua vez mais do que resistiu, anunciou um projeto político que afirmava a diferença e seu modo de vida. Na perspectiva ambiental, afirmou-se uma ecologia política da diferença que colocava-se de forma antagônica aos pressupostos da modernidade e questionava o caráter de colonialidade das ações das classes dominantes. Assim, pudemos trabalhar com as ideias de algumas categorias construídas pela ecologia política, tais como, conflito ambiental distributivo⁷¹, epistemologia política nos conflitos ambientais⁷² e a ecologia política da diferença⁷³.

Deste estudo também apresentamos a ideia de um ecologismo caboclo, que se apresentou em contraste ao olhar coisificador e mercadológico do projeto ruralista e do

71 Cf. ALIER, 2007.

72 Cf. LEFF, 2003.

73 Cf. ESCOBAR, 2005 e 2011.

capitalismo internacional. Tal ecologismo não está pautado em técnicas consideradas sustentáveis, pela declaração de um modo de vida sustentável no contexto do ambientalismo moderno ou ainda por uma suposição romântica de que os caboclos conviveram harmonicamente com a natureza sem causar nenhum tipo de impacto. Mas diante do contraste do impacto devastador da ação das transformações empreendidas pelas classes dominantes e conforme a ideia de ecologismo dos pobres, ou popular, de Martínez Alier (2007), o ecologismo caboclo é expressão da defesa da natureza e dos bens comuns de populações pobres pela sua sobrevivência e pela maneira como viviam e viam-se em uma relação de dependência e reciprocidade com a natureza. Assim, o direito a existir do caboclo também era uma questão ecológica, assim como cultural e política.

Nosso esforço de pesquisa em boa medida foi motivado por uma compreensão, compartilhada por muitos autores, de que nossa sociedade, governada pela dinâmica de acumulação capitalista⁷⁴, tem se mostrado incapaz de dar soluções para as graves questões ambientais em termos globais e que afetam de forma diferenciada territórios e classes sociais. Esse caráter destrutivo pode ser demonstrado em muitos exemplos conhecidos e presentes em noticiários como a poluição do ar, da água potável e do meio ambiente em geral; processo ininterrupto de devastação das florestas tropicais; rápida redução da biodiversidade; esgotamento dos solos, desertificação; acumulação de resíduos, entre eles, nucleares; poluição alimentar e manipulações genéticas; secas em escala planetária, escassez de grãos, encarecimento dos alimentos, além da aceleração mudanças climáticas.

Para Michel Lowy trata-se de “um sistema que transforma tudo – a terra, a água, o ar que respiramos, os seres humanos – em mercadoria, e que não conhece outro critério que não seja a expansão dos negócios e a acumulação de lucros” (LOWY, 2013, p. 80). O cientista político alemão Elman Altvater, em *O Preço da Riqueza* (1997), conclui que o agravamento dos problemas ambientais é uma questão imanente ao processo de desenvolvimento capitalista. Em escala global, enquanto alguns poucos países possuem elevadas taxas de consumo de recursos naturais, outros assumem um papel de reserva e fornecedores destes recursos, além de reservatórios de poluição.

Essa dinâmica é ainda hoje justificada pela ideologia do progresso com suas características atuais que têm intensificado relações de colonialidade e tem avançado ainda mais sobre territórios e populações. Assim, tem-se travado uma luta permanente pela supressão de diferentes formas de se viver em nome de alguns pressupostos da modernidade. Queremos evidenciar que esse processo é histórico e muitas vezes é naturalizado pela historiografia como necessário tendo em vista o desenvolvimento. Ainda além, afirmamos que os processos de resistência do ponto de vista ambiental também são históricos. Hoje, muitas lutas ambientais protagonizadas por povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, vistas por movimentos sociais e ambientais e parcelas da academia como resistências, também têm se constituído como redes de alternativas ao desenvolvimento, ou de desenvolvimento (ESCOBAR, 2005), preocupados em disputar politicamente conceitos na perspectiva dos conhecimentos tradicionais.

Essa epistemologia política que questiona a suposta superioridade progresso e a aponta a relação Modernidade/Colonialidade em muitos empreendimentos na América Latina não pode abrir mão da história e de interpretá-la do ponto de vista ambiental. Conforme afirma Hector Alimonda (2011a, p. 22), “o trauma catastrófico da conquista e a integração em posição subordinada, colonial, em um sistema internacional, como reverso necessário e oculto da modernidade, é a marca da origem do latinoamericano”. Essa marca, contudo, de maneira alguma, é algo “que determine absolutamente nossa história de forma fatal”.

74 Cf. HARVEY, 2003.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALIER, Joan Martínez. **O ecologismo dos pobres**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.
- _____. **Entre la economía ecológica y la ecología política**. Disponível em: <<http://www.sinpermiso.info/16/11/2014>>. Acessado em 06/09/2017.
- ALIMONDA, Hector. **La colonialidad de la naturaleza. Una aproximación a la ecología política latinoamericana**. IN: ALIMONDA, Hector (org.). *La naturaleza colonizada - ecología política y minería en América Latina*. Buenos Aires. CLACSO, 2011a.
- _____. Presentación. IN: ALIMONDA, Hector (org.). **La naturaleza colonizada - ecología política y minería en América Latina**. Buenos Aires. CLACSO, 2011b.
- _____. Provocaciones sobre el tema “extrativismo e desarrollo. IN: **Polis, Revista Latinoamericana**. Volumen 14, Nº 41, 2015, p. 43-57.
- _____. *La Agricultura latinoamericana: una mirada desde la ecología política [CLASE]*. En: **Curso virtual El agro en América Latina: historia, conflictos y debates**. Programa Latinoamericano de Educación a Distancia, Centro Cultural de la Cooperación, Buenos Aires, Abril 2014.
- ALTVATER, Elmar. **O preço da riqueza**. São Paulo. Editora UNESP, 1995.
- ASSUMPÇÃO, José Herculano Teixeira d'. **A Campanha do Contestado**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 2 vols., 1917.
- BRANDT, Marlon. **Uma história ambiental dos Campos do Planalto de Santa Catarina**. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012
- _____. **Uso Comum e Apropriação da Terra no Município de Fraiburgo-SC: do Contestado à Colonização**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **João Maria: interpretação da Campanha do Contestado**. São Paulo. Nacional. 1960
- CARVALHO, Tarcísio Motta de. **“Nós não tem direito”. Costume e Direito a Terra no Contestado (1912/1916)**. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2002.
- _____. **Coerção e Consenso na Primeira república: A Guerra do Contestado (1912-1916)**. 2009. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.
- CROSBY, Alfred W. **Imperialismo ecológico**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- DEAN, Warren, **A ferro e fogo – A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- DRUMMOND, José Augusto. História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. vol 4, n.8, 1991, p. 177-197.
- ESCOBAR, Arturo. Ecología política de la globalidad y la diferencia. ALIMONDA, IN: ALIMONDA, Hector (org.). **La naturaleza colonizada – ecología política y minería en América Latina**. Buenos Aires. CLACSO, 2011.
- ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pósdesenvolvimento? In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, setembro de 2005. Disponível em: <bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Escobar.rtf>. Acessado em 16/07/2017.
- ESCOBAR, A. **Territorios de diferencia: Lugar, movimientos, vida, redes**. Universidad de Carolina del Norte. Chapel Hill: Enviñon editores. 2010.
- _____. As orações do movimento do Contestado: uma prática cultural. In: ESPIG, Márcia

Janete, MACHADO, Paulo Pinheiro (org.). **A Guerra Santa Revisitada – Novos Estudos sobre o Movimento do Contestado**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

ESPIG, Márcia Janete. **Personagens do Contestado: os Turmeiros da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (1908-1915)**. 2008. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

FACHEL, José Fraga. **Monge João Maria: recusa dos excluídos**. Porto Alegre; Florianópolis: Editora da UFRGS; UFSC, 1995.

FELIPPE, Euclides J. **O último jagunço**. Editora EME, 1995.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2003a.

_____. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2003b.

HOBSBAWM, Eric. **A Era do Capital – 1848-1975**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014a.

_____. **A Era dos Impérios – 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014b.

LEFF, Enrique. La ecología política en américa latina: un campo en construccion. In: **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 17-40, jan./dez. 2003

LENIN, Vladimir U., **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. Disponível em: <<https://pcb.org.br/portal2/661>>. Acessado em 04/05/2017.

LIMA, Deborah de Magalhães. A construção histórica do termo caboclo. In: **Novos Cadernos NAEA**. vol. 2, nº 2, dezembro, 1999.

LOUREIRO, Isabel. A menos eurocêntrica de todos. In: SCHUTRUMPF, Jorn. **Rosa Luxemburgo ou o Preço da Liberdade**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2015.

LOWY, Michael. Imperialismo ocidental versus comunismo primitivo. In: SCHUTRUMPF, Jorn. **Rosa Luxemburgo ou o Preço da Liberdade**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2015.

LUXEMBURGO, Rosa. **Acumulação do Capital**. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1970.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912-1916**. Tese de doutorado, UNICAMP, Campinas, 2001.

MARCON, Telmo. Cultura e religiosidade: a influência dos monges do Contestado. In: ESPIG, Márcia Janete, MACHADO, Paulo Pinheiro (org.). **A Guerra Santa Revisitada - Novos Estudos sobre o Movimento do Contestado**. Florianópolis. Editora da UFSC, 2008.

MARTINS, José de Souza, Frente pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica. In: **Capitalismo e tradicionalismo. Estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1975.

MARX, Karl. **O capital – Crítica da economia política**. Livro I, Volume I. Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 2006.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Lutas e resistências em contextos repressivos: reflexões a partir do Estado do Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk, SECRETO, Maria Verónica Secreto. (Org.). **Agrarismos. estudos de história e sociologia do mundo rural contemporâneo**. Rio de Janeiro: Mauad, 2017.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Os errantes novo século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado**. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

MONZOTE, Reinaldo Funes. **De los bosques a los cañaverales - una historia ambiental de Cuba - 1942 - 1926**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2008.

MORGAN, Lewis. A sociedade antiga. In: CASTRO, Celso. **Evolucionismo Cultural**. Textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

PADUA, José Augusto. **Um sopro de destruição – pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

- _____. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados**. Vol. 24, nº 68. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados – USP, 2010.
- PEIXOTO, Demerval. **A Campanha do Contestado. Episódios e impressões**. Rio de Janeiro: Segundo Milênio, 1920.
- POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro, Elsevier. 2000.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O messianismo no Brasil e no mundo**. São Paulo: Dominus Editora S.A., 1965.
- SANTOS, BOAVENTURA DE SOUZA. **O Fim das Descobertas Imperiais** Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/w3/fsmrn/biblioteca/27_boaventura2.html>. Acessado em: 06/04/2017.
- SCHMITT, Alessandra. **Uma irmandade em redefinição. Conflito entre modo de vida camponês e organizações coletivas do trabalho. Um estudo sobre os cafuzos de José Boiteux**. SC. Dissertação em Antropologia, USP, 1998.
- SECRETO, María Verónica. **O conceito de fronteira na obra de José de Souza Martins**. In: ANPUH 2001 Niteroi. ANPUH. Niteroi: Associação Nacional de Professores Universitários de História, 2001.
- SOARES, J. O. Pinto. **Guerra em Sertões à solução do secular litígio entre Paraná e Santa Catharina**. Rio de Janeiro: Papelaria, 1931.
- TILLY, Charles. From interactions to outcomes in social movements. In: GIUGNI, Marco; MCADAM, Doug e TILLY, Charles (ed). **How social movements matter**. Minnaoplis: University of Minnesota Press, 1999.
- TOMAZI, Gilberto. **A mística do Contestado - A mensagem de João Maria na experiência religiosa do Contestado e dos seus descendentes**. Mestrado em Ciências da Religião. UFSC. 2005.
- TOMPOROSKI, Alexandre Assis. **“O pessoal da Lumber”; Um estudo acerca dos trabalhadores da Southern Brazil Lumber and Colonization Company e sua atuação no planalto norte de Santa Catarina, 1910-1929**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- THOMÉ, Nilson. **Trem de Ferro**. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1983.
- THOMPSON, Edward Palmer. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Unicamp, 2001.
- _____. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VINHAS DE QUEIROZ, Maurício. **Messianismo e Conflito Social**. São Paulo. Ática, 1977.
- WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica da história. In: **Ambiente & Sociedade**. vol. v. n. 2, 2002/vol. vi. n.1, 2003.
- _____. Para fazer uma história ambiental. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. vol 4, n.8, 1991, p. 177-197.
- WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Materialismo**. São Paulo. Editora UNESP, 2011.

FONTES DOCUMENTAIS

BRASIL. Decreto n. 10.432, de 9 de novembro de 1889. - Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-10432-9-novembro-1889-542322-publicacaooriginal-52491-pe.html>

Decreto 305 de 7 de abril de 1890 - Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-305-7-abril-1890-523631-publicacaooriginal-1-pe.html>

BRASIL, Decreto n. 7.426, de 27 de maio de 1909. Senado Federal. <http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1909-05-27;7426>

FONTES HEMEROGRÁFICAS

VIEIRA DA ROSA, José In: **Jornal Terra Livre**, 1918, p. 2) - IHGSC (Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina)
A Federação, p. 1, 15 mar. 1895 – Biblioteca Nacional, acervo digital.

ANEXOS

ANEXO I

Antes (? - 1870)	Toras desdobradas manualmente, sem máquinas. População humana esparsa. (182 mil habitantes na região da araucária). Grupos indígenas e caboclos vivendo em meio à mata. Área remanescente da floresta com araucária próxima da área original.
Fase 1 (1870-1910)	Serrarias pequenas e com baixa tecnologia. Grande predominância da indústria madeireira do Paraná. (principalmente no planalto de Curitiba) A extração da erva-mate era economicamente mais importante do que a indústria madeireira. Percepção de que os pinheirais eram praticamente infinitos. (Romário Martins)
Fase 2 (1910-1940)	Primeiro boom significativo da produção madeireira, que atinge todos os Estados do Sul – uso intenso da ferrovia para o transporte da madeira. Aperfeiçoamentos técnicos das serrarias e aumento da produção. Preocupações nascentes em relação a exploração desenfreada (Hoehne, Maack, Romário Martins, etc). Código Florestal Federal de 1934 e Códigos Florestais Estaduais.
Fase 3 (1940-1970)	Corte intensivo de madeira e esgotamento dos pinhais em várias regiões. Indústrias maiores, algumas com várias filiais, e produtos mais elaborados, como celulose, papel, compensados. Aparecimento do INP e dos "reflorestamentos" (plantios de araucária). Uso intenso do caminhão e decadência da ferrovia. Abandono do projeto de plantar a araucária e substituição pelo pinus.
“Depois” (1970-2010)	“Reflorestamentos” massivos de pinus. Revolução Verde e expansão da agropecuária na região. Leis ambientais mais restritivas e maior fiscalização do poder público. Criação de 6 unidades de conservação de proteção integral no Paraná e em Santa Catarina em 2005 e 2006 (83.550 ha). Remanescentes pequenos, fragmentados e na maioria nos estágios iniciais de sucessão ecológica.

Quadro 1 – Esquema da história da exploração madeireira e do desmatamento da floresta com araucária.

Fonte: XAVIER CARVALHO, 2010, p. 197